

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Maio de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1119 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalhas na Figueira da Foz

JUSTIÇA SOCIAL

e desenvolvimento no centro do debate

Pág. 7

Colóquio em Lisboa sobre SEGURANÇA NA EUROPA

Pág. 7

Quando a sirene toca..
SALVADOR DA LUZ
ao

Avante!



Em entrevista
por Anabela Fino Centrais

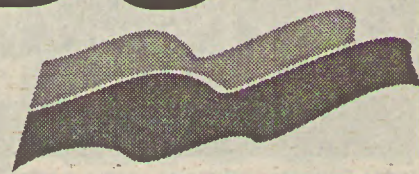
II ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DA GUARDA

com **Álvaro Cunhal**

Pág. 6

Cabeças de Listas

CDU



Pag.32

PCP-PEV



Problemas do movimento sindical

• Artigo de Domingos Abrantes

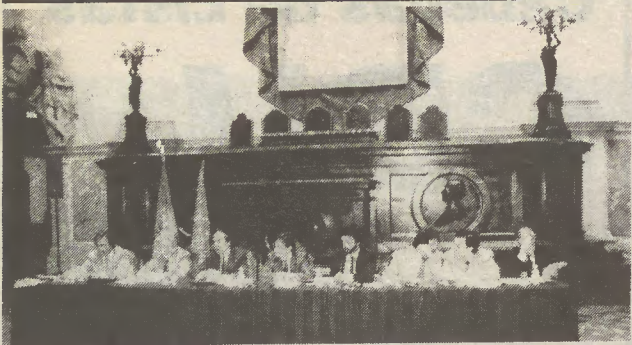
Pág.18

Congresso do Alentejo

Págs. 20 e 21

Vitória das autarquias recuo do PSD

Pag. 10



Carlos Carvalho afirma-se contra a criação de um novo bloco político-militar, num colóquio promovido pelo PCP sobre a segurança na Europa

RESUMO

10 Quarta-feira

O PCP divulga os cabeças de lista dos distritos do Porto, Setúbal, Leiria, Castelo Branco e Viseu ■ A nova lei sobre o património cultural português, proposta pelo Governo, é rejeitada por todos os partidos da oposição ■ O ex-presidente da Câmara de Alcobaça, Joaquim Coelho, é condenado a dois anos de prisão por falsificação de documentos e burla consumada ■ É anunciado que o vírus Ebola acaba de aparecer no Zaire ■ A cimeira entre Boris Ieltsin e Bill Clinton termina, prevalecendo a discórdia sobre a venda de armas ao Irão, o alargamento da NATO e a guerra na Tchetchénia ■ O número dois do Sinn Féin e um membro do Governo britânico encontram-se para analisar o processo de paz na Irlanda do Norte ■ Yasser Arafat lança um apelo à mobilização dos palestinianos para a defesa de Jerusalém, enquanto os países árabes alertam os EUA contra a transferência da sua embaixada para aquela cidade ■ Os EUA anunciam que estão a preparar um conjunto de sanções comerciais contra o Japão ■ Edouard Balladur apresenta o pedido de demissão do seu lugar de primeiro-ministro.

11 Quinta-feira

O julgamento do caso «malha branca» é adiado por falta de condições para a audição de cassetes no Ginásio dos Bombeiros de Fomalhão ■ Felipe Gonzalez é implicado no «caso GAL» pelo antigo director da Segurança do Estado ■ A comunidade internacional decide tornar permanente o Tratado de Não Proliferação Nuclear ■ Ocorrem violentos confrontos entre o exército indiano e separatistas muçulmanos, em Cachemira, depois da destruição de uma mesquita ■ 106 trabalhadores são esmagados numa mina sul-africana ■ Os sérvios bósnios lançam uma ofensiva para proteger o «corredor de Brcko».

12 Sexta-feira

Num jantar-debate em Viseu, Carlos Carvalho defende que o investimento multinacional não se deve ficar por Espanha. Antes, num colóquio sobre segurança na Europa, afirmou-se contra a criação de um novo bloco político-militar ■ Inicia-se o VII Congresso sobre o Alentejo, na Universidade de Évora ■ O Sindicato dos Enfermeiros anuncia que vai lançar a «operação Emergência-Saúde», contra a falta de profissionais e os novos contratos de vínculo precário ■ O secretário-geral da NATO é ouvido pela Justiça belga sobre o seu papel no caso Agusta ■ A OMS considera não haver motivos para pânico quanto à propagação do vírus Ebola.

13 Sábado

Carlos Carvalho apresenta, na Figueira da Foz, a pré-campanha e a campanha eleitoral da CDU para as legislativas ■ Álvaro Cunhal intervém na II Assembleia da Organização Regional da Guarda ■ D. Ximenes Belo, ao chegar a Lisboa para participar no primeiro centenário dos Salesianos, afirma que não apoia nem a independência nem a integração de Timor-Leste ■ Uma publicação alemã revela que Helmut Kohl estava ao corrente da importação ilegal de plutónio russo pela

Alemanha ■ O vice-presidente sul-africano diz confiar na paz em Angola ■ A Índia reforça a segurança na fronteira com o Paquistão ■ Butros Ghali rejeita qualquer reforço dos meios da Forpnu, na Bósnia ■ Um sismo violento abala o centro e o norte da Grécia.

14 Domingo

O PCP apresenta em Bruxelas os candidatos da CDU às eleições legislativas pelo círculo eleitoral Emigração/Europa ■ Dezenas de pequenos produtores do distrito de Coimbra manifestam-se contra a «invasão» de leite estrangeiro e a descida do preço na produção ■ Na Bielorrússia, o regresso a uma união estreita com a Rússia é consagrado por esmagadora maioria num referendo nacional ■ É detido o «ministro da Informação» da seita Verdade Suprema, considerado o chefe do grupo que introduziu as bombas de sarin no metro de Tóquio ■ O Governo israelita decide não confiscar mais áreas árabes em Jerusalém oriental ■ Carlos Menem é reeleito nas eleições presidenciais argentinas ■ Um forte sismo abala Timor-Leste.

15 Segunda-feira

É adiado um julgamento, em que 25 homens do Pelotão de Segurança da PSP do Porto são acusados de dezenas de crimes cometidos no âmbito de investigações sobre o tráfico de drogas ■ As linhas da CP de Sintra e Cascais e a rede do Metro de Lisboa começam a ser patrulhadas por um corpo especial da PSP ■ Concretiza-se a privatização da Rodoviária de Lisboa ■ Recomeçam as negociações entre a UE e Marrocos para a renovação de um acordo bilateral de pescas ■ Na reunião do Conselho de Ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros da EUO, em Lisboa, a Alemanha preconiza a fusão com a União Europeia, mas Portugal e a Inglaterra opõem-se ■ A OLP e Israel iniciam mais uma ronda negocial sobre as eleições palestinianas ■ Inicia-se a Conferência Internacional da Camada de Ozono na Estratosfera, na Grécia.

16 Terça-feira

O PSD impõe, com a força da maioria que detém na Assembleia da República, a conclusão de que «está apurada a verdade» no caso das Oficinas Gerais do Material Aeronáutico (OGMA) e que o então ministro Fernando Nogueira não pode ser responsabilizado; o inquérito será encerrado dia 7 de Julho sem ser ouvido nenhum responsável político ■ Segundo dados oficiais, o desemprego em Portugal voltou a aumentar em Abril, estando inscritas 430.000 pessoas nos Centros de Emprego; os despedimentos justificam o desemprego de 22,8% das pessoas e os recém-licenciados representam 14,8% do total de desempregados ■ É privatizado o último «segmento» da Rodoviária Nacional (a Rodoviária de Lisboa), que foi «arrematado» pela empresa Barraqeiro, que contou com o apoio financeiro da Caixa Geral de Depósitos; esta empresa privada já detinha a maioria esmagadora das transportadoras do sector que foram sendo privatizadas ■ O ministro da Defesa russo, Pavel Gratchev, propõe à China um sistema de segurança estratégica na região Norte da Ásia-Pacífico, incluindo a China, o Japão, as duas Coreias, os EUA e a Rússia.

A força da razão

Quem quer que analise serena e objectivamente o acontecer da vida política do nosso país não poderá deixar de reconhecer, em consciência, como os factos acabam por dar razão ao PCP, em tantas e tantas questões

em que ficou não só em minoria, mas até aparentemente isolado.

Esta constatação, que pode ser feita com pertinência em qualquer momento da longa história de luta dos comunistas portugueses, adquire uma muito particular acuidade nos dias que estamos a viver.

A acuidade resulta da importância das questões em que a razão do PCP se confirma ou revela e da reforçada credibilidade que é assim transmitida às posições e às propostas que o PCP está a defender actualmente no quadro das grandes linhas de uma nova política para o nosso país, baseada em valores e opções de esquerda.

Entre as numerosas questões que podiam ser abordadas, escolhemos três, pela sua grande importância para o futuro do país ou pelo especial relevo que adquiriram na actualidade política nacional. São elas: a oposição ao Tratado de Maastricht; a defesa da Reforma Agrária; e as posições em relação à chamada transparência da vida política.

No que se refere ao Tratado de Maastricht, as suas desastrosas consequências nas mais importantes áreas da vida nacional - agricultura, pescas, indústria, emprego - são tão clamorosas e evidentes que ninguém ousa negá-las.

Os maiores responsáveis pela aprovação do Tratado pelo nosso país - os dirigentes do PSD e do PS -, que pintaram maravilhas sobre os seus efeitos na economia nacional e no bem-estar dos portugueses, procuram agora dar a ideia de que sempre se distanciaram das suas soluções e fazer esquecer as responsabilidades.

Já procederam desta forma durante as passadas eleições para o Parlamento Europeu, voltam-no a fazer agora ainda com maior descaramento, ao aproximarem-se as eleições para a Assembleia da República e a propósito dos debates sobre a revisão do Tratado, que ocorrerá no próximo ano.

Muito cuidado, porém! É que estes posicionamentos dos «novos-críticos» de Maastricht - nos campos PSD e PS, mais uma vez indistinguíveis - não significam, em geral, combate às concepções federalistas do Tratado, mas pelo contrário o seu aprofundamento, isto é, combater as consequências ruinosas de Maastricht com mais Maastricht.

É muito oportuno recordar, neste momento, que houve um partido - o PCP - que preveniu o País para todas

as desastrosas consequências do Tratado e que alertou muito concretamente para os inevitáveis efeitos da chamada «convergência nominal».

A oposição dos comunistas incidiu igualmente noutro ponto fundamental - as abdições em matéria de soberania - de consequências menos visíveis, mas ainda mais graves e que se estão também a verificar.

A posição do PCP e da CDU em defesa da soberania e da independência nacionais e da especificidade dos interesses do nosso país no quadro da integração europeia está, pois, alicerçada na força da razão que os factos corroboram.

Em relação à Reforma Agrária, a crescente desolação, abandono e desertificação dos campos alentejanos, a agonia da economia do Alentejo, reduzido à condição de uma das regiões mais atrasadas

A acuidade resulta da importância das questões em que a razão do PCP se confirma ou revela e da reforçada credibilidade que é assim transmitida às posições e às propostas que o PCP está a defender actualmente no quadro das grandes linhas de uma nova política para o nosso país, baseada em valores e opções de esquerda.

da União Europeia, a degradação das condições de vida das populações alentejanas, com índices brutais de desemprego, aí estão numa implacável acusação aos responsáveis pela destruição de uma das mais importantes transformações revolucionárias trazidas pelo 25 de Abril e também a dar força aos que voltam a colocá-la na ordem do dia da política nacional.

Nesta situação, reveste uma enorme importância o que acaba de acontecer no VII Congresso sobre o Alentejo, no passado fim-de-semana.

Diz um despacho da Lusa, de 14 de Maio: «A propósito da "profunda crise" económica e social no Alentejo, onde a componente agrícola tem um peso dominante na sua estrutura económica e social, os congressistas defenderam a "reestruturação da posse e uso da terra". Esta matéria foi apelidada por alguns dos participantes como uma "nova Reforma Agrária"».

O Presidente da Câmara de Évora,

Abílio Fernandes, evidenciou, no discurso de encerramento do Congresso, todo o alcance desta atitude ao salientar: «como reconhece o próprio Programa Operacional do Alentejo, no âmbito do PDR da responsabilidade do Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território, "... a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso...". Concluindo depois, com naturalidade: «Por isso defendemos que é necessária uma reforma das estruturas agrárias...»

É a força inelutável dos factos que está a demonstrar, como sempre pensou o PCP, que a Reforma Agrária é um ponto obrigatório de qualquer verdadeiro programa de desenvolvimento do País.

Quanto às questões agora designadas de transparência da vida política, não é de mais lembrar que ao longo dos anos, em relação a chorudos aumentos de vencimentos, acumulações de lugares e retribuições, atribuição de pensões especiais e toda a casta de privilégios aos titulares dos cargos políticos, o PCP sempre advertiu que isso conduziria a criar um fosso entre eles e o comum dos cidadãos, que acabaria por afectar o seu prestígio e credibilidade.

O PCP não se limitou a condenar essas orientações e práticas; tomou várias iniciativas legislativas para que fossem abolidas, o que provocou o voto de rejeição do PSD, do CDS (agora PP) e, muitas vezes, também do PS.

A crise de credibilidade, por todos reconhecida, não tem que ver, no entanto, só com os privilégios, é o resultado dos efeitos acumulados da demagogia, dos diagnósticos mentirosos, das falsas promessas, da deterioração das condições de vida das massas populares, do aprofundamento das desigualdades, da concentração da riqueza, dos escândalos financeiros, do clientelismo, do tráfico de influência, da corrupção - numa palavra: é o resultado da política de direita e de todos os seus traços mais genuínos.

É por isso que não se pode tomar a sério a ânsia de transparência de quem só sabe pescar em águas turvas.

Esta ânsia de transparência, a quatro meses das eleições, tem acima de tudo objectivos eleitoralistas.

Aliás, as medidas proposta quer por Fernando Nogueira, quer pelo PS, são suficientemente elásticas, imprecisas, tímidas ou até omissas (em matérias como a exclusividade, as incompatibilidades, as pensões vitalícias e, sobretudo, o financiamento dos partidos) para que, depois de intensos debates, permitam mudar o necessário para deixar tudo na mesma.

Também neste caso, com a força da razão do PCP vem ao de cima a necessidade de uma nova política.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18350
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRÇ matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de renovação:
Até às 17 horas de cada sexta-feira
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Copa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Cacarejos da caravana

Foi um «banho de multidão», chegou o «Diário de Notícias» a titular a propósito do início da caravana de Guterres por terras do Fundão.

O «Público», também para acentuar a facilidade da digressão, anotava, por sua vez, que o líder do PS «jogava em casa».

O «Avante!» está em condições de esclarecer que mesmo em terras do Fundão, Guterres não encontrou só facilidades.

Foi o caso da aldeia de Vale de Prazeres, uma das maiores do concelho. Desde a véspera da passagem da caravana que os carros de som do PS matraqueavam a população com o anúncio da visita do «candidato a primeiro ministro», do «futuro primeiro ministro» ou até do «novo primeiro ministro». Apesar deste ênfase, à hora aprazada juntaram-se não mais do que umas seis pessoas: o presidente da Junta de Freguesia, PS, e mais uns cinco acompanhantes. O carro guia da caravana ao deparar com tão diminuta «multidão» hesitou, pára, não pára, e seguiu adiante, para Monsanto.

Vale de Prazeres foi assim um autêntico desmancha prazeres para Guterres. Ou terá sido este que o foi para os seus incondicionais da aldeia, que apesar de poucos se consideravam os melhores?

Trabalhos de outra natureza foi Guterres encontrá-los no Alentejo, mesmo sem falar dos banhos de solidão.

Teve desde logo o azar de entrar em terras alentejanas quando terminava o VII Congresso sobre o Alentejo.

A partir daqui tornou-se inevitável a comparação entre, de um lado, a profundidade e o alcance das questões levantadas pelo Congresso sobre os grandes problemas que afectam a região e as repostas e as soluções que ela preconiza, e, do outro, a ligeireza, a superficialidade e as medidas recuadas de António Guterres, a fazer de conta de primeiro ministro.

Este confronto tornou-se meridianamente esclarecedor a propósito da questão da posse da terra e das estruturas agrárias.

No Congresso prevaleceu a ideia, que o Presidente da Câmara de Évora sintetizou no discurso de encerramento, de que «é necessário uma reforma das estruturas agrárias, uma reforma democrática que ponha a terra a produzir ao serviço de quem a cultiva e que ponha fim ao abandono dos campos desta vasta planície alentejana».

Interrogado a propósito sobre medidas em relação à propriedade da terra Guterres respondeu pouco à vontade: «só se for o emparcelamento e de acordo com os interessados».

O emparcelamento no Alentejo?! Para juntar latifúndios em ainda maiores latifúndios e aumentar assim a área de terras inculcas e abandonadas?! Será esta a última descoberta do chamado «contrato de legislatura»?

A passeata da chamada «nova maioria», a imitar uma «presidência aberta» e a fazer de conta de uma visita de Estado, lembra muito um famigerado cartaz das legislativas de 1985. Era um retrato de Almeida Santos, em que o então «candidato a primeiro ministro», aparecia ornamentado com um «enorme 43%», a sugerir que seria esse o seu resultado nas eleições. Pouco passou dos 20%...

Ao alertar os seus pares contra o «excessivo triunfalismo», Guterres mostra reacear os erros de há dez anos atrás, mas está na massa do sangue do PS cacarejar antes de pôr o ovo.

■ Carlos Brito

Um velho provocador

Com lugar cativo de «comentador» em variados órgãos de comunicação social, Pacheco Pereira (PP) é um daqueles «analistas» típicos do nacional-situacionismo mediático, um daqueles «observadores» que, omitindo displicentemente o facto de desempenharem funções de responsabilidade no partido a que pertencem, escrevem e falam como se apatidários fossem e ostentam uma desavergonhada «isenção» nas análises que produzem.

PP é, repito, um desses: escreve, fala e pronto. Dizendo com mais rigor: escreve, fala, recebe o chorudo taco, opõe-se à exclusividade... e pronto.

Um dia destes, a SIC — que é uma espécie de vazadouro de pachecos — apresentou-no-lo descomposto e desastinado, arremetendo, em postura e discurso do tempo de antena do PSD, contra... a pobreza.

Depois de, em meia dúzia de palavras, ter vertido dúzia e meia de disparates sobre aquilo a que chamou «a nova pobreza», PP virou as baterias para o seu alvo apetecido: o PCP e os trabalhadores rurais alentejanos. O Alentejo rural é uma «bolsa tenaz de velha pobreza» — começa por afirmar Pacheco. E logo a seguir, enraivecido, dispara a varrer mais ou menos deste jeito: «O PCP é o maior responsável (por essa «velha pobreza») por que marginalizou o Alentejo num *ghetto* de atraso e de dependência». E, segundo Pacheco, tantas foram as malfetorias praticadas pelo PCP no Alentejo que se criou uma situação em que «uma gota de água a mais ou a menos significa desemprego e quase fome» (Sic. na SIC).

PP é, obviamente, um provocador. Aliás, um velho provocador, como a sua biografia política demonstra. Além disso, Pacheco é dirigente destacado do partido que é um dos principais responsáveis pelo aumento da pobreza (nova e velha) em todo o País; pelo aumento do desemprego; pela liquidação

da agricultura; pelo fenecimento das pescas; pela situação desumana em que vivem centenas de milhar de reformados, de deficientes; pelo presente sem futuro a que se pretende condenar a juventude; pela desfiguração da democracia política e pela criação de uma espécie de nova píd; pela venda de pedaços de soberania nacional a troco de milhares de milhões de contos dos quais dezenas de milhões se «evaporaram» misteriosamente; pela operação de saque do Estado que constitui o processo de privatizações; pela liquidação da Reforma Agrária, e pela entrega de terras cultivadas a agrários que logo as transformaram em coutadas ou as venderam a estrangeiros ao mesmo tempo que o governo de Pacheco lhes dava dezenas de milhões de contos.

A Reforma Agrária transformou a vida no Alentejo, aumentou a produção e a produtividade acabou com o desemprego, construiu infantários, creches e centros de dia, assegurou transportes escolares, criou um novo conceito de desenvolvimento no qual a vertente económica foi complementada pela componente social e cultural, transformou a terra numa fonte de liberdade, de criatividade e de realização humanas, acabou com a pobreza no Alentejo. E foi a sua destruição pelos pachecos todos que por aí andam que fez regressar a velha pobreza.

PP é co-responsável em tudo isto e muito mais. Indigno é que venha agora, abusando de um imunizado espaço de monólogo televisivo, provocar, mentir, caluniar. Cobardemente: porque sabe que não corre o risco de ouvir de imediato alguém chamar-lhe provocador, mentiroso, caluniador. Cego, julgando que em terra de pachecos quem tem uma sic é rei, o velho provocador não vê que o que a realidade mostra é que cada pacheco tem a sic que merece. E vice-versa.

■ José Casanova

A manifestação

A afirmação de Luís Filipe Menezes, o populista e reaccionário Secretário de Estado dos assuntos parlamentares e responsável pelo PSD/Porto, de que «é determinante o sinegismo (sic) governo-partido para se vencer as eleições» pois «os eleitores tendem a esquecer os primeiros nove anos e meio e a lembrarem-se tão-somente dos últimos seis meses» (O Diabo, de 16 de Maio), convida a atenção, uma vez mais e de forma muito viva, para a continuada e antidemocrática interferência do Governo na preparação das próximas eleições. E para o desesperado «vale tudo» em que visivelmente mergulharam, nas últimas semanas, os dirigentes do PSD.

Enquanto o primeiro-ministro cultiva uma imagem de despreendimento em relação à governação, procurando furtar-se às responsabilidades políticas com o estado do país e, simultaneamente, projectar-se para as presidenciais, não faltam factos que mostram a recente intensificação da presença dos membros do Governo em acções de contacto com o eleitorado, através de inaugurações, da concessão de subsídios diversos e, sobretudo, da multiplicação despendorada de promessas.

Em simultâneo com esta busca de dividendos através da área governativa, o PSD tem em curso uma complexa operação de cosmética partidária, cujos

objectivos e alcance seria ligeireza subestimar. Através da qual os dirigentes laranja estão inclusivamente a procurar «ultrapassar pela esquerda» a postura centrista do PS e explorar a ausência de uma real diferenciação dos socialistas em relação ao PSD, no que respeita às orientações políticas fundamentais.

É neste contexto que importa considerar o anúncio da promoção pelo PSD, no dia 20 de Agosto, de uma manifestação contra o Plano Hidrológico Espanhol. E que incluirá, segundo a comunicação social, «além de barcos a subir o Douro, um comboio especial do Porto a Marco de Canaveses».

Se os dirigentes do PSD e os membros do Governo vão desfilar pelo vale do Douro para fazer acto de contrição e cumprir penitência nacional pela forma como não assumiram a defesa dos interesses do país perante o Plano Hidrológico Espanhol, a iniciativa é compreensível, oportuna e inteiramente justificada.

Se o propósito é apenas o de encenar uma grotesca mistificação política de fachada regionalista, vão receber certamente resposta adequada - do Norte que preza a verdade, e que não é populista nem reacçãoário.

■ Edgar Correia

BOLÍVIA

Fim ao estado de sítio!

Mais uma vez o regime boliviano recorre ao estado de sítio (o 4º em 10 anos) com o objectivo de conter importantes acções de massas, num processo reivindicativo e de protesto em ascenso e que se ampliava. Para «restabelecer a paz social» impôs, por 90 dias, o recolher obrigatório, suspendeu liberdades fundamentais - de reunião e manifesta-

ção -, prendeu centenas de sindicalistas, fixou residência a outros em paragens longíquas.

Esta tentativa de sufocar pela força a luta dos trabalhadores evidencia simultaneamente a incapacidade do governo de resolver os graves e profundos problemas do país e o seu carácter antidemocrático e antipopular.

Primeira grande civilização urbana da região na antiguidade, berço do império inca, a Bolívia viu, no século XVII, ainda sob o domínio espanhol, crescer a sua rica burguesia mineira. Esta oligarquia assenhoreou-se e deturpou o projecto independentista assente em décadas de luta popular anticolonial. Assumindo a administração pública como parte do negócio do estanho, tornou o país vulnerável aos interesses imperialistas. Até aos dias de hoje.

A importante experiência revolucionária da década de 50, com a nacionalização das minas, a reforma agrária e a democratização da vida política, sobrepuseram-se contínuos golpes militares. Curtos períodos de vida democrática têm surgido como consequência da resistência do povo boliviano. Mas tal instabilidade política, associada à progressiva influência e imposições dos EUA e do FMI na vida económica da Bolívia, tornou-a num dos países mais atrasados do subcontinente.

A regressão económica e social é assustadora. Privatizações, destruição do aparelho produtivo, liquidação da reforma agrária favoreceram uma rápida acumulação de capitais, fizeram crescer o desemprego, extremaram as desigualdades. O encerramento de minas e o plantio generalizado de coca alteram profundamente as relações de produção e a consciência de classe. De país de mineiros e camponeses passou a um país de desempregados e marginalizados. O endividamento aumentou, o preço do estanho foi depreciado no mercado internacional, cresceu a dependência. Com uma economia essencialmente especulativa, a droga tem constituído pretexto para a militarização da economia e a ingerência dos EUA.

A pobreza alastra. As condições de vida tornam-se insuportáveis. O poder afunda-se na corrupção enquanto aumenta o preço do pão. O regime atravessa assim uma aguda crise. A desorientação cresce entre os partidos que o apoiam. O seu desprestígio é enorme.

Nestas condições, cabe ao movimento sindical boliviano - portador dum passado de luta que prestigiou a COB (Central Obrera Boliviana) no plano internacional - para além das vicissitudes que o têm atravessado, conseguir encontrar as formas mais adequadas para prosseguir a luta contra a exploração e pela justiça social. As negociações em curso entre o governo e a COB não podem servir, como há dois anos atrás, para criar expectativa e assim contribuir para a paralisação da luta.

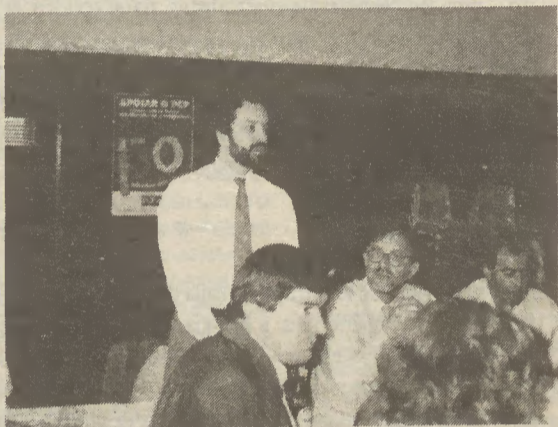
E cabe às forças democráticas e de esquerda, perante a disposição para a luta das massas populares, cooperarem na análise da situação, esclarecer e avançar para a unidade na acção. Para abrir caminho para uma alternativa democrática que defenda a soberania nacional, o desenvolvimento e o progresso social, em que o fim do estado de sítio é hoje uma exigência inadiável.

■ Manuela Bernardino



Encontro CNA-PCP

Uma delegação de dirigentes da CNA foi recebida na segunda-feira pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado por Agostinho Lopes, da Comissão Política. O encontro teve como objetivo a análise, entre outros assuntos, da situação de calamidade nacional em consequência das recentes geadas e da seca. A delegação da CNA, chefiada por João Vieira, era composta também por Luís Oliveira Pereira, Américo Figueiredo e José Francisco Antunes. Nesse mesmo dia esta delegação manteve encontros com outros partidos e entidades oficiais, numa semana em que a CNA apoiou uma significativa manifestação de produtores de leite, domingo, na Tocha.



Luís Sá em Palmela

Inserido na campanha nacional de fundos lançada pelo PCP, a Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela do Partido promoveu um almoço no passado dia 9, em que participaram cerca de 150 trabalhadores das autarquias do concelho. Esta iniciativa contou com a presença de Luís Sá, da Comissão Política do Partido, que referiu a necessidade dos trabalhadores da administração local participarem ativamente no esclarecimento das populações sobre as propostas da CDU.

Paulo Valadão na Califórnia

Durante cerca de duas semanas, o deputado do PCP, Paulo Valadão, visitou o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América, integrado na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Durante a visita, estabeleceu contactos com a comunidade portuguesa ali residente, na sua maioria açoriana, e foi recebido pelo Senado Estadual da Califórnia e por alguns *mayors*. Durante esta visita, em encontros com a comunidade social desta comunidade, o deputado comunista teve também oportunidade de expor em pormenor as posições que o Partido tem levado à Assembleia Regional dos Açores relativamente ao acordo sobre a Base das Lajes.

Resíduos tóxicos em Setúbal

A Comissão de Freguesia de S. Lourenço de Azeitão do PCP, numa nota à comunicação social, manifesta o seu repúdio pela existência de resíduos tóxicos na freguesia. Esta organização exige ainda que a Câmara Municipal de Setúbal, o Governo Civil e o Ministério da Ambiente tomem posição, procedendo à análise dos produtos e retirando-os daquele local.

Alternativas para Estarreja

«A decisão de instalar a incineradora de resíduos industriais tóxicos e perigosos em Estarreja foi tomada em função de critérios não técnicos, mas sim políticos, dada a existência de apoios no poder local, passado e actual», afirma a Comissão Concelhia de Estarreja do PCP. Em comunicado, os comunistas defendem que este processo não pode ser desenvolvido contra a vontade da população e declaram que é necessário implementar um conjunto de medidas tendentes à despoluição do concelho e ao lançamento de uma Operação Integrada de Desenvolvimento.



PCP recebe topógrafos

Uma delegação da Associação Nacional de Topógrafos foi recebida ontem à tarde, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, pelos camaradas Jerónimo Sousa, da Comissão Política, e Helena Medina, do Comité Central. Integram a delegação da ANT os dirigentes associativos Carlos José Casimiro Ferreira, José Miguel Sousa e João José Sousa Cruz.

Segurança na Europa — um debate necessário

A evolução das políticas portuguesas e europeias de segurança e defesa foi tema de debate na passada sexta-feira, na Sala do Senado da Assembleia da República, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP e do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu.

A iniciativa, essencialmente de reflexão sobre os problemas que se colocam em termos de organização mundial e coexistência neste final de século, e sobre o rumo a seguir num contexto de uma Europa que se deseja de nações livres, não pretendeu ser conclusiva, antes chamar a atenção e abrir as portas para um debate da maior importância para o futuro colectivo.

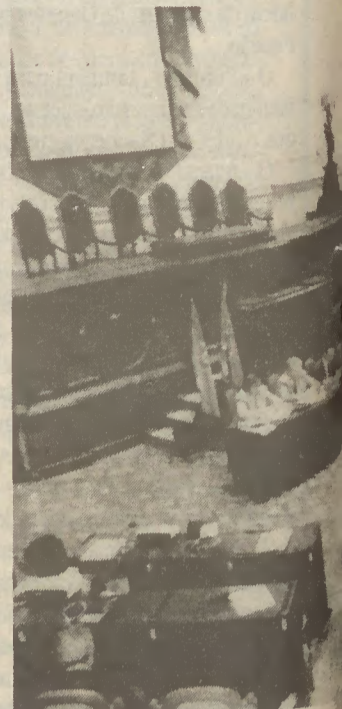
O colóquio sobre a segurança na Europa, que visou em particular a evolução da União da Europa Ocidental (UEO), Organização do Tratado do Atlântico Norte (Nato), da Organização da Segu-

rança e Cooperação na Europa (OSCE) e da União Europeia, no quadro do Tratado de Maastricht e da sua revisão, contou com a participação de diversos convidados, nacionais e estrangeiros.



Das personalidades estrangeiras, destaca-se a presença de Yes Cholières, membro do Partido Comunista Francês e do Movimento da Paz Francês; José Cabo, membro da Comissão Internacional da Esquerda Unida, de Espanha; Paphilis Athanassios, secretário-geral do Comité Grego para a Paz e membro do Comité Central do Partido Comunista Grego; e Kyriazis Kratis, membro do Partido Comunista Grego.

Entre as personalidades nacionais presentes contavam-se, entre outras, o brigadeiro Pezarat Correia, os deputados João Amaral, Miguel Urbano, Luís Sá, Octávio Teixeira e Joaquim Miranda, o generas Vasco Gonçalves e o marechal Costa Gomes, bem como o presidente da Câmara da Amadora, Orlando de Almeida,



Pedro Ramos de Almeida, Corregedor da Fonseca, Blasco Fernandes, Cunha Serra, Ana Serrano, José Neto, António Abreu, Silas Serqueira, Manuel Maia, Domingos Lopes, Albano Nunes, Aboim Inglês, Aurélio Santos, e ainda o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O encontro dividiu-se em dois painéis. Na parte da manhã, debateu-se a Segurança Europeia e Defesa Nacional, sob a moderação de José Neto, e com intervenções de fundo de Pezarat Correia e João Amaral; de tarde, o segundo painel visou a União Europeia e

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

Braga: trigo e joio

«É preciso saber distinguir o trigo do joio, a sinceridade e a coerência da retórica demagógica voltada para a *caça ao voto*» - alerta a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP. Num comunicado distribuído segunda-feira, após a sua última reunião, a DORBraga «adverte a população para a suja operação dos chefes do PSD que, anteendo a derrota que castigará a sua política ruinosa, procuram lavar-se ou branquear a imagem e reganhar a confiança daqueles que tanto prejudicaram».

Os comunistas bracarense repudiam a conduta «hipócrita e imoral» de responsáveis do Governo e do PSD «que, ofendendo os milhares de trabalhadores desempregados, vêm afirmar que o desemprego na região afinal não é um problema tão grave, porque os desempregados não se querem sujeitar às brutais formas de trabalho, emprego precário, sem condições, sem horário e mal pagos, de que empresas e grandes superfícies comerciais recém-instaladas se estão a servir para sobrexplorar a mão-de-obra desempregada pela indústria».

A DORBraga chama ainda a atenção para a grave situação na Segurança Social, no parque escolar (prevendo que a falta de escolas secundárias provoque uma situação incontrolável no próximo ano lectivo) e no atendimento nos Centros de Saúde - entre outras consequências da política do Governo no distrito.

O PS é criticado por não ter uma nova política para propor, uma vez que «não quer tirar a tranquilidade aos grandes capitalistas» e «é prisioneiro voluntário dos compromissos e condições impostas pelo Tratado de Maastricht». Em Braga, o PS, «para não desagradar ao patronato da região, silencia a prioridade do aumento de salários (o seu secretário-geral até já confirmou que no Vale do Ave o aumento de salários pode prejudicar a competitividade e o emprego!)», não se compromete com a reclamação das 40 horas de máximo semanal de trabalho, não diz como acabar com a precariedade das relações de trabalho (e é necessário lembrar que foi um Governo do PS que legalizou os contratos a prazo e que o PS defende hoje a *flexibilização no trabalho*).

Aveiro: grandes anúncios

Numa altura em que se seguem as visitas de governantes de vários calibres ao distrito de Aveiro (chegam até a inaugurar obras que já entraram em funcionamento), repetem-se também os anúncios de desbloqueamento de verbas e início de trabalhos: é a defesa do Baixo-Vouga contra a invasão de águas salgadas, é o desassoreamento da Ria, é a defesa da costa, são os sistemas intermunicipais de abastecimento de água, são centros de saúde e escolas... Só que o frenesim dos anúncios contrasta com a lentidão com que estes processos se têm arrastado - nota a Direcção

da Organização Regional de Aveiro do PCP. Nas conclusões da sua reunião de sábado passado, a DORAV reafirma que «sempre tem exigido» a execução destas obras, que poderiam ser um contributo importante para o desenvolvimento do distrito; contudo, coloca «sérias interrogações acerca da actual abundância» e recorda que «situações idênticas ocorreram em anteriores períodos pré-eleitorais, nada ou pouco avançando após as eleições».

O PCP alerta «de forma muito viva» para «o escândalo que se anuncia para o Hospital Distrital de Santa Maria da Feira», ainda em construção com dinheiro dos impostos de todos nós, e que o Governo se prepara para entregar à gestão privada», e regista «as legítimas preocupações dos agentes educativos face à perspectiva de agravamento do problema da insuficiência de instalações escolares». Valorizando as mais recentes movimentações e lutas de massas, a DORAV saúda a obtenção de «importantes vitórias» na batalha pela semana de 40 horas, como sucedeu na Tapeçaria Ferreira de Sá, na Casal, na Maser Portuguesa e no Grupo Amorim, entre outras empresas.

Na reunião de dia 13 foi sublinhada a importância do próximo encontro distrital da CDU (marcado para 27 de Maio e onde deverá ser anunciado o encabeçamento da lista aveirense de candidatos da coligação) e foram registados os resultados que já está a produzir a campanha de recrutamentos para o Partido: em pouco mais de um mês, entraram para o PCP 13 novos militantes, maioritariamente jovens trabalhadores.

O Colóquio sobre Segurança na Europa, promovido pelo PCP, debateu a evolução das políticas portuguesas e europeias de segurança e defesa



as questões de segurança, foi moderado por Luís Sá e contou com as intervenções de Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda, Miguel Urbano e convidados estrangeiros.

O brigadeiro Pezarat Correia começou por se interrogar sobre "que defesa comum europeia?", fazendo notar que a mesma pressupõe uma estratégia, que não existe e que nem poderia existir, já que "a estratégia é um instrumento de uma política, e que não havendo política comum de defesa, também não pode haver um estratégia de defesa comum". E no entanto..., no entanto, como lembrou o brigadeiro, apesar de continuar por definir qual o modelo a adoptar pela União Europeia (UE), apesar de persistir a confusão entre segurança (interna) e defesa (externa), de não haver consenso sobre as áreas geográficas preferenciais (se as Balcãs, se a Europa de Leste, se o Médio Oriente...), de não haver sequer uma clarificação sobre as modalidades de actuação a adoptar (se militar, se de cooperação, se no quadro da Nato, da CSCE, se da ONU...), apesar de tudo isto e da UE não ter uma política de defesa definida, a UEO vem cada vez mais sendo imposta como um pilar europeu da Nato, um instrumento da política externa norte-americana, enquanto ganham terreno as teses da "soberania limitada" e se discutem os "direitos de intervenção", numa indefinição do "inimigo" que tende a ser confundido com o "estrangeiro próximo".

Após chamar a atenção para a conferência sobre a não proliferação das armas nucleares, onde a tese dominante é a de que "os que as não têm, não devem tê-las, e os que as têm devem continuar a tê-las", ou, dito de outra forma, que as armas nucleares só são más em função das mãos que as possuem, Pezarat Correia terminou a sua intervenção com um alerta sobre "as utopias más", pois não falta quem continue a pensar que os conflitos se resolvem militarmente.

Paz e cooperação

O deputado João Amaral, de cuja intervenção publicamos em

separado largos excertos, centrou as atenções na política de defesa nacional, que se encontra em profunda mutação.

Ao deputado Miguel Urbano coube, da parte da tarde, a intervenção que faz a ponte entre o passado e o presente, desde a criação da Nato e dos tempos da guerra fria às remodelações hoje em curso. Um documento que, pela sua importância e extrema actualidade - Portugal foi palco esta semana de mais um passo na criação de novos blocos militares -, publicamos na íntegra nas páginas 22 e 23 desta edição.

A construção de uma Europa de paz e cooperação - preocupação comum a todos os intervenientes no debate - foi apontada por Carlos Carvalhas como linha condutora da actuação dos comunistas, que pautará a sua intervenção nomeadamente no âmbito da revisão do Tratado da União Europeia. Sublinhando que "nada nos separa e distancia antes tudo nos une e aproxima dos milhões e milhões de europeus que acreditam simultaneamente na modernidade e vitalidade do conceito de nação e na necessidade de uma crescente cooperação entre povos e países", o secretário-geral do PCP defendeu a "cooperação entre nações iguais e soberanas". Uma posição que não encontra eco no Tratado de Maastricht, que cada vez afasta mais povos e países dos centros de decisão fundamentais, que sacrifica os interesses dos países pequenos e dos países periféricos, desvaloriza o papel dos parlamentos nacionais e propicia a crescente governamentalização dos assuntos comunitários, que assume a lógica dos blocos político-militares e promove a militarização crescente da UEO.

Para os comunistas, disse, não é este o caminho para a paz, a cooperação e o desenvolvimento. Para os comunistas, "há lugar para um Portugal soberano, de liberdade, justiça e progresso social numa Europa de nações livres, iguais, independentes e solidárias, económica e socialmente coesa", uma Europa "nem fortaleza, nem bloco político-militar", uma Europa, enfim, de paz e cooperação.

A subversão silenciosa da política de defesa nacional

(...) Há dez anos, as Forças Armadas portuguesas tinham já, é certo, uma profunda ligação e articulação com a Nato. Mas o seu modelo organizacional concebia-as no essencial com uma vocação determinante de defesa do território nacional contra agressões e ameaças externas. As Forças Armadas portuguesas tinham o seu maior peso no Exército. Este caracterizava-se por um dispositivo e por um sistema de forças que cobriam todo o território nacional. Os conceitos fundamentais acentuavam a resistência activa. O exército baseava-se no Serviço Militar Obrigatório (SMO) e os planos militares envolviam, em caso de conflito, uma profunda ligação entre os militares e o conjunto dos portugueses.

A ligação e articulação com a Nato (e com os Estados Unidos) que referi anteriormente era evidentemente forte. Aparecia nas facilidades militares, em particular nos Açores, que na prática funcionava como base americana. O acordo com os Estados Unidos assinado em 1984 pelo ministro socialista Jaime Gama constitui escandalosa capitulação perante as imposições dos EUA, que ficaram com poderes para usar as Lajes como entendessem.

(...) A situação mudou profundamente nos últimos anos, particularmente de 1990 para cá.

Afirmo que nestes últimos anos se processou em Portugal uma espécie de subversão silenciosa da política de defesa nacional. Mais afirmo que esse processo se realizou em ruptura com os imperativos da Constituição da República Portuguesa e em confronto com os interesses nacionais.

Chamo-lhe silenciosa pelo facto do reduzido eco político que teve. Não que tenha sido escondida. Veja-se um exemplo.

No debate sobre as grandes opções do conceito estratégico da defesa nacional ocorrido na Assembleia em 4 de Junho de 1993, quero citar das declarações do então ministro da Defesa, Fernando Nogueira, a sua afirmação seguinte: "É de salientar (...) o relevo dado à participação nacional no seio das diversas organizações internacionais e ao domínio do processo da construção europeia". Traduzindo esta afirmação para o plano da componente militar de defesa, dizia o ministro: "O documento (apresentado pelo Governo) aponta sem tibiezas nem eufemismos, para a componente militar como instrumento de afirmação no domínio da política externa e salienta a sua importância nas acções de cooperação com os países de expressão portuguesa, reconhecendo, ao mesmo tempo, a necessidade de as Forças Armadas estarem aptas a responder às novas missões que cabem no domínio da diplomacia preventiva, ou seja, às opções humanitárias e às operações de paz".

Os conceitos que sublinhei nada têm a ver com as concepções que aponte como caracterizadoras da política de defesa nacional e da sua componente militar há dez anos. Mas as diferenças mostram-se melhor analisando alguns factores que vieram a público.

De facto, percorrendo a imprensa das últimas semanas e cruzando a informação nela contida com a que é obtida por canais oficiais, pode constatar-se que a posição das autoridades portuguesas é de acentuar o envolvimento de Portugal e das suas Forças Armadas na nascente componente militar dos sistemas de defesa europeia.

(...) Resumidamente, passarei em revista esse processo de reforma.

A primeira grande orientação foi a substituição do SMO por um modelo profissionalizante. A medida foi tida ao princípio como fundamentalmente eleitoralista. Claro que o é. Mas visa muito mais longe. A profissionalização é essencial quando se pretende passar de um modelo de Forças Armadas que é vocacionado para a defesa e a dissuasão e que potencialmente se traduz na "Nação em armas", para um modelo de Forças Armadas interventoras, de filosofia e pendor marcadamente ofensivos; quando se passa de um modelo de Forças Armadas cujo ambiente de conflito é o próprio território nacional (ou os territórios próximos, em situação de defesa próxima), para um outro modelo em que o ambiente de conflito é um qualquer, em um qualquer ponto do Mundo; quando se passa de um modelo de Forças Armadas que actuam para defesa de interesses nacionais ameaçados, para um outro modelo de Forças Armadas que actuam na lógica de interesses geoestratégicos e políticos supranacionais.

A segunda orientação foi a modificação da estrutura organizacional e de chefia das Forças Armadas. A autonomia técnico-profissional das Forças Armadas e sua intervenção determinante na escolha dos chefes militares tinha sentido e cabimento num modelo em que as Forças Armadas estavam preferencialmente vocacionadas para a defesa militar, para acções que de forma

directa serviam o interesse nacional. Num modelo em que as Forças Armadas podem ser chamadas para missões as mais variadas e sem qualquer relação perceptível com o interesse nacional, toma-se decisivo assegurar uma dependência total do poder político. As alterações legislativas introduzidas e aprovadas pelo PSD e PS fortaleceram o poder do Ministério da Defesa Nacional sobre as Forças Armadas, retirando a estas todas as funções que não fossem estritamente operacionais, acabaram com a intervenção qualificadas das Forças Armadas no processo de nomeação das chefias. As Forças Armadas adquirem a configuração de mera Força Armada, sem pensamento e vontade próprios, simples braço armado do Governo e da política do Estado tal como este o concebe.

(...) A terceira orientação foi a de alterar significativamente a estrutura do dispositivo e do sistema de forças. O Exército sofreu a maior modificação. O dispositivo territorial (os quartéis espalhados pelo país) praticamente desapareceu. As Forças foram concentradas em meia dúzia de pontos. Os investimentos são feitos em força na BAI, a quem se quer dar a mobilidade e flexibilidade necessárias para missões no exterior, já sem nada a ver com uma filosofia de defesa militar da República (e esta é que é a missão constitucional das Forças Armadas). O número de membros do Exército é fortemente restringido, mandando o

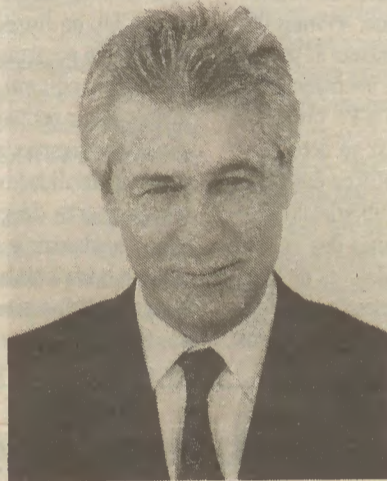
Governo embora centenas de oficiais e sargentos, particularmente na faixa etária dos que fizeram o 25 de Abril.

Quanto à Marinha e Força Aérea, adquirem maior projecção, a Marinha com as Fragatas e a Força Aérea com os F16, tudo meios fortemente afectados a missões da Nato.

Estas orientações estão em grande parte concretizadas. Temos hoje umas Forças Armadas praticamente profissionalizadas (...) Temos umas Forças Armadas mais pequenas, mas comparativamente mais caras. Vocacionadas para missões externas. Mais subordinadas e vulneráveis ao poder político. Se alguma coisa ainda falha, é o equipamento, que continua escasso, mas o Governo tem feito o que pode para equipar aceitavelmente as unidades que quer a operar no exterior. Veja-se, por exemplo, o caso dos Fuzileiros. O nível de equipamento actual é miserável (não há outro termo). A decisão de aderir à Brigada Anfíbia Anglo-Holandesa foi de imediato acompanhada da intenção política de acelerar um reequipamento que há anos tardava, apesar de ser mais que evidente que, com a característica do Portugal continental e insular, o Corpo de Fuzileiros era essencial para a defesa militar da República.

Destas três orientações resulta um conceito de Forças Armadas portuguesas que as concebe como componente especializada de Forças Multinacionais, da Nato e da UEO, isto é, Forças Armadas que se preparam e dimensionam à luz das oportunidades de integração nas Forças Multinacionais criadas e à luz das necessidades e da repartição do trabalho que for definido pelos comandos políticos e militares dessas Forças. As Forças Armadas portuguesas como elas eram até ao que elas são chamadas a ser agora vai um abismo.

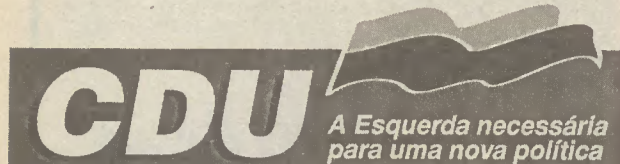
(...) Enquanto muitos discutem se deve ou não haver defesa europeia; enquanto muitos (e, na minha opinião, bem) denunciam os objectivos dessa "defesa" caracterizando-a como a tentativa e a intenção de construir uma potência militar europeia de natureza e características agressivas; enquanto os holofotes foram especialmente apontados para o debate político, para a CIG (Conferência Intergovernamental), para as reuniões de ministros e de Assembleias Parlamentares; enquanto tudo isso se passa, no terreno, paulatinamente, está já em construção o aparelho necessário a integrar as decisões que não estão tomadas. O debate dos políticos vai-se tornando uma discussão sujeita à política dos factos consumados, porque, no terreno, políticos e burocratas de cabeça fria e sem preocupações de legitimidade põem em execução aquilo que outros pensam que podem decidir. Pior ainda: estabeleceu-se uma espécie de "fasquia europeia", nesta área como noutras, para os países mais débeis e mais pequenos. Essa "fasquia" concretiza um processo de chantagem permanente: os países são aparentemente livres de decidirem o que quiserem; mas se quiserem beneficiar das graças do bloco militar líder da Comunidade, devem decidir de acordo com a fasquia estabelecida. Assim se vêem países como Portugal com governos com o que aqui existe a esgadanharem-se alegremente para cumprirem os critérios de convergência, para entrarem no clube Schengen ou para integrarem as Forças da UEO, qualquer que for a repercussão que isso tenha sobre os interesses nacionais.



(excertos da Intervenção de João Amaral no colóquio sobre Segurança na Europa)

Encontro distrital marca arranque da pré-campanha e

É mais eficaz eleger um deputado da CDU



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



O encontro distrital, que decorreu no passado sábado na Figueira da Foz, com a presença de duas centenas de candidatos, apoiantes e activistas, foi a primeira iniciativa pública da CDU no distrito de Coimbra. Neste arranque da pré-campanha coimbrã da Coligação, participaram Carlos Carvalhas (de cujo discurso publicamos os excertos essenciais), Blasco Hugo Fernandes (presidente da Intervenção Democrática), Heloísa Apolónia (da Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes»), António Avelãs Nunes (professor da Faculdade de Direito, independente, e cabeça-de-lista da CDU em Coimbra). O encontro foi presidido por Nelson Fernandes, enfermeiro, membro da Comissão Concelhia

da Figueira da Foz e da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, que também integra as listas da CDU.

Sérgio Teixeira, coordenador da DORC e membro da Comissão Política do PCP, apontou como «objectivo fundamental» para a batalha eleitoral «o reforço da votação na CDU e a sua representação por Coimbra na futura Assembleia da República», sublinhando: «Vamos desmistificar e combater as teses da bipolarização e alternância, que tanto o PSD e o PS procuram institucionalizar no debate das ideias e da política em geral. Não devemos subestimar a referência que muitas das vezes é feita ao chamado voto de eficácia, no dia das eleições para derrotar a direita. Sejamos claros:

não é mais eficaz ter um deputado da CDU pelo distrito de Coimbra, em vez do 4º ou 5º do PS ou do PSD? É evidente que a eleição de um deputado da CDU é profundamente mais eficaz.»

Anunciando que «por opção» a apresentação da lista completa será feita noutra oportunidade, o dirigente comunista adiantou algumas notas sobre os candidatos da CDU no distrito, «pessoas de prestígio no plano profissional, cívico, cultural, político e social», o que permite dizer que «a CDU é um espaço aberto, unitário e de qualidade». Além do cabeça-de-lista, Sérgio Teixeira referiu ainda outros nomes que já aceitaram candidatar-se pela Coligação Democrática Unitária no distrito: Jorge Gouveia

Monteiro (licenciado em Direito, membro da DORC e do CC do PCP), prof. Jorge Alarcão (independente, presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de

Coimbra, com trabalho pioneiro desenvolvido na identificação e preservação do património histórico coimbrão), profª Luísa Veiga (independente, docente-coordenadora na Escola Super-

rior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra) e Nelson Fernandes. O mandatário distrital da CDU é Carlos Fraião, advogado e membro da DORC e do CC do PCP.



2ª Assembleia Regional da Guarda Um PCP mais forte para um distrito mais desenvolvido

Os comunistas da Guarda reafirmaram o seu empenhamento em lutar por um distrito mais desenvolvido e apresentaram um vasto conjunto de propostas na II Assembleia da Organização Regional do Partido. Realizada no passado sábado, no salão dos Bombeiros Voluntários de Seia, a assembleia analisou o relatório de actividades, discutiu e votou a resolução política e elegeu o novo organismo de direcção. Esta iniciativa foi bastante participada pelas várias dezenas de intervenientes e convidados, e contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, que interveio no encerramento.

Os trabalhos - dirigidos por Humberto Mota Veiga, da Direcção da Organização Regional - foram iniciados com a intervenção de Manuel Leitão, da concelhia de Seia, que salientou todo o trabalho que o Partido tem realizado, tanto no distrito como no País. Em todas as lutas travadas, sublinhou, «o Partido sempre teve uma palavra de solidariedade com os trabalhadores e a população, ao contrário do PS, que fica silencioso à crise, especialmente no sector têxtil no nosso distrito e à desertificação do mundo rural».

José Manuel Costa alertou para a necessidade de um ensino pré-escolar capaz de «resolver atrasos e dificuldades das crianças» e acusou o Governo e o primeiro-ministro

de pretenderem «desfazer-se desta responsabilidade, passando-a para as câmaras, que têm cada vez mais encargos e menos orçamento». Acrescentou ainda que «não nos podemos esquecer dos professores e educadores que estão no

jovens formados no politécnico da Guarda aplicarem no distrito os seus conhecimentos foram questões reclamadas na intervenção do camarada Honorato, da JCP, que valorizou as lutas dos jovens pela defesa dos seus direitos.

Armando Morais, responsável da Organização Regional, falou sobre a intensa e positiva actividade do Partido, que influenciou lutas de grande significado. Recordou vários exemplos da política de sucesso realizada pelo Governo PSD: «o depau-

desemprego centenas de trabalhadores, como a Confalvoco, a Lorimalhas, a Têxtil do Mileu, a Montebelo, as Confecções Aljão, a Jolide, a Álvaro Chaves, a Auto-Garagem Gouveiense, a Estrel-Peixe, a Sofisel e outras de pequena dimensão». Existem actualmente 5542 desempregados (para uma oferta de apenas 47 empregos), além de 2060 trabalhadores com salários em atraso. Armando Morais fez algumas considerações acerca do trabalho do Partido, realçando «o grande esforço e dedicação para levar à prática as imensas tarefas» e a necessidade de «um grande esforço para ganhar outros membros do Partido para a luta diária», e «transmitir aos membros do Partido a confiança em que lutando podemos alterar situações injustas e alcançar vitórias».

Noutras intervenções, que constituíram fortes contributos para o conteúdo da assembleia, foi acentuada a necessidade de, nas próximas eleições legislativas, obter resultados que permitam alterar radicalmente a situação política, social e económica do País e do distrito.

A resolução política da assembleia foi aprovada por unanimidade.

A composição da nova Direcção da Organização Regional da Guarda foi aprovada com uma abstenção. Foi criado um Conselho Coordenador Regional que, além dos membros da DORG, inclui representantes dos concelhos.

Intervenção de Álvaro Cunhal

Álvaro Cunhal encerrou a assembleia intervindo sobre alguns aspectos mais recentes da actualidade política e da actividade do PCP, nomeadamente, a luta que este travou, desde a reunião do Comité Central de Dezembro passado, pela dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas.

Na presente situação, salientou as próximas eleições legislativas como sendo a principal batalha do Partido com o objectivo de derrotar o Governo PSD e a política de direita. Para isso, afirmou que «é essencial o reforço, a intervenção e a dinâmica do PCP» e dos seus aliados na CDU: o Partido Ecologista «Os Verdes», a associação Intervenção Democrática e milhares de democratas sem filiação partidária.

«O PCP apresenta-se a estas eleições no quadro da CDU com as suas responsabilidades e tem de ter um papel interveniente nesta batalha» - realçou o Presidente do Conselho Nacional do Partido, sublinhando ser necessário que «os comunistas apareçam com a sua fisionomia, o seu projecto e a sua confiança no futuro».

Referindo-se ao debate durante a assembleia, Álvaro Cunhal registou a compreensão de que «esta batalha política tem de ser necessariamente acompanhada por duas outras importantes linhas de actuação»: a luta de massas e o reforço do PCP.



No final da assembleia, teve lugar um animado lanche-convívio, acompanhado com a boa música do Rancho Folclórico de Seia, a temperar o contagiante ambiente de fraternidade e alegria

desemprego, das duas centenas de escolas que têm vindo a fechar devido à desertificação e à falta de formação para os professores que tem sido nula, a que existe é dada pelos sindicatos. A luta dos professores vai continuar e a luta do PCP por uma nova política, também.»

A formação profissional, as actividades culturais, uma política de emprego que permita aos



Intensa actividade

Ao apresentar o relatório de actividades, o camarada

peramento do sector produtivo, com várias empresas em crise, para além daquelas que já encerraram e levaram para o

Carlos Carvalho aponta linhas de força para o período pré-eleitoral

Pelo desenvolvimento e a justiça social

Extractos da intervenção do secretário-geral do PCP no Encontro Distrital de Coimbra da CDU

(...)

Na campanha e pré-campanha eleitoral vamos procurar colocar no centro do debate as questões do desenvolvimento e da justiça social.

Mostrar, por exemplo, que o aumento do poder de compra dos cidadãos é um elemento fundamental não só de justiça social como de eficácia económica.

O aumento do poder de compra alargará através do consumo popular o mercado interno, o que influenciará positivamente o aumento do investimento, da produção e do emprego. A competitividade da economia é da máxima importância, mas esta não se consegue com o esmagamento ainda maior dos salários reais dos trabalhadores portugueses que já estão ao nível da Coreia do Sul.

Cinco questões e propostas concretas

Assim, colocaremos no centro das nossas intervenções e do debate político cinco grandes questões e as medidas e propostas concretas para lhes dar resposta:

- 1ª O combate ao desemprego, ao trabalho precário e à liquidação dos direitos dos trabalhadores e da segurança social.

- 2ª A melhoria do nível e qualidade de vida dos cidadãos através do aumento dos salários, das pensões e reformas e da redução do tempo de trabalho, da dimensão ambiental e cultural do crescimento.

- 3ª O desenvolvimento com a dinamização das actividades produtivas nacionais, a valorização da produção nacional e a penalização das actividades especulativas e parasitárias.

- 4ª A desgovernamentalização do Estado e o aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, fazendo da educação e da cultura, da ciência e da técnica, vectores estratégicos do progresso e do avanço da civilização.

- 5ª A defesa da soberania e da independência nacional, a defesa dos interesses nacionais rejeitando o catecismo monetarista de Maastricht, exigindo a concretização do princípio da «coesão económica e social», a cooperação mutuamente vantajosa e a diversificação das nossas relações económicas externas.

Nós não podemos admitir a passividade e a submissão do Governo face à tutela de Bruxelas. Portugal não está condenado à ruína da sua agricultura e das suas pescas, à desvitalização da sua indústria e à regressão social.

Abater barcos, abandonar a agricultura, entregar alavancas fundamentais da economia ao estrangeiro levará ainda mais a desertificação e o envelhecimento ao interior e à concentração populacional no litoral, engrossando o desemprego, a pressão sobre a habitação, a insegurança e a já deteriorada vida urbana.

E não se pode fechar os olhos às consequências sociais de tal política, aos milhares de trabalhadores que ficam à margem das reestruturações, da política de centralização de capitais, da liquidação de actividades produtivas.

E não é cruzando os braços, ou oferecendo mezinhas respeitáveis, como a do mercado social de emprego, que se dá resposta aos problemas.

O desemprego crescente não é meramente conjuntural. O desemprego e a intensificação da exploração são a consequência da destruição dos sectores produtivos, do desmantelamento de empresas, da aplicação do dinheiro e dos dinheiros públicos em actividades especulativas e sumptuárias e não em actividades produtivas e em serviços criadores de empregos. É a consequência das privatizações, da reconstituição do capital monopolista e das reestruturações assentes em meros critérios financeiros. Por isso não basta atacar os sintomas, é necessário também atacar as suas causas. O que é que se vai fazer ao aumento do número de desempregados, aos jovens que não encontram emprego, aos reformados antecipados, aos pescadores e agricultores que estão arruinados? O debate nacional sobre estas questões é bem mais útil do que o folhetim sobre a transparência das rendimentos dos detentores de cargos públicos.

A transparência é importante. Mas se fosse levada a sério, se não fosse uma questão eleitoralista o PSD já há muito teria aceite as propostas da oposição e teria aceite, por exemplo, o inquérito às privatizações e aos Fundos Estruturais. Mas «quem deve, tem medo».

Por isso, reafirmamos que o debate da transparência não pode servir de «cortina de fumo» para esconder a grave situação social.

O agravamento da situação social e dos níveis de desemprego causam profunda preocupação e angústia a milhares e milhares de famílias. E esta situação não tem resposta com acções mediáticas e promessas eleitoralistas como as que têm sido produzidas pelo PSD e pelo Governo. Mas também não se resolve mantendo no essencial a mesma política acenando depois com políticas sociais. Quando se diz que se é «liberal em economia», mas que se exorta à justiça social, como faz o PS, está a mistificar-se a situação, a dizer-se que se vai reproduzir os mesmos flagelos

sociais chamando depois o 115, para eventual conforto às vítimas. É que não há políticas sociais positivas no quadro de políticas económicas e financeiras negativas. As consequências de concentração de riqueza são conhecidas e estão à vista. Graças à eficácia das receitas neoliberais só de 1969 para cá, nos EUA, os 20% dos americanos mais ricos, que detinham do Rendimento nacional 7,5 vezes mais que os 20% mais pobres, passaram a deter 11 vezes mais! E na Inglaterra o número de súbditos de Sua Majestade, vivendo abaixo do limiar da pobreza, passou nestes vinte anos de 5 milhões para 13,9 milhões!

E tudo isto, apesar do aumento da produção e da explosão dos conhecimentos e dos avanços da ciência e da tecnologia!

Por isso, o voto de quem se situa à esquerda não poderá ir para a prática de políticas de direita. Poder-se-á votar para se refazer o que faliu, para repor de novo a política assente nos critérios ultraliberais de Maastricht?

O que está em causa é dar mais força às aspirações de mudança, dos que querem uma verdadeira alternativa. Não chega, por isso, trocar a velha maioria por uma nova maioria. O fundamental é mudar a velha política de direita por uma nova política, por uma política ao serviço do povo e do país, por uma política que tenha o homem como centro e objectivo do crescimento, por uma política de esquerda sem hesitações nem subterfúgios...

Só falta a palmeta a pataco

Como se sabe, o PSD anda desesperado e, por isso, corre cada vez mais como os coelhos, aos ziguezagues. Depois do súbito amor pelo 25 de Abril e pelo 1º de Maio, onde declarou grande preocupação pelo emprego e condenou os capitalistas portugueses que só se aproveitam dos fundos comunitários para terem lucros fáceis sem criarem empregos, logo a seguir em visita ao Vale do Ave e perante empresários glorifica a sua actividade e o seu dinamismo... É o discurso «à la carte» em função do auditório. É o ser governo e oposição ao mesmo tempo...

À medida que Outubro se aproxima não faltam as promessas, as tiradas democráticas e as declarações solidárias...

O PS afirma que se for governo removerá «montanhas» e exortará o social. Por sua vez, o PSD promete que se for de novo governo aumentará sempre as pensões e reformas acima da inflação e criará descontos na hotelaria para os reformados na época baixa do ano. Um fartote!

Neste leilão de promessas, o PSD só não prometerá a palmeta ou o bacalhau a pataco porque sabe que o escândalo da sua passividade na União Europeia relativa à cedência face às negociações com o Canadá ainda está na memória dos portugueses.

Mas o PSD está no governo e se quer aumentar os reformados pode e deve fazê-lo e de imediato. Deve proceder a um aumento intercalar que alivie os sacrifícios e aumente o poder de compra de uma grande massa de portugueses, que vivem numa situação aflitiva. O PSD está no governo, não precisa de esperar até Outubro. (...)

Sobre a produção leiteira

Realizando-se este Encontro da CDU no distrito onde se localiza a importante bacia leiteira dos campos do Mondego, permitam-me uma referência mais desenvolvida aos problemas da produção de leite.

A difícil e crítica situação dos produtores de leite e do sector leiteiro é razoavelmente conhecida.

Recebendo preços manifestamente desajustados face aos custos de produção, estão no presente momento ameaçados por descidas de preços entre um e quatro escudos por litro.

Sofrem, em muitas regiões, o encerramento de salas de ordenha colectiva e postos de concentração de leite.

Continuam a suportar atrasos de meses dos pagamentos das suas entregas.

Aguentam com a concorrência desenfreada de leite importado, que provavelmente atingirá, no presente ano de 1995, o volume de 200 milhões de litros. O que corresponde à substituição por produção estrangeira da produção nacional de cerca de 50 mil vacas! Completamente escandaloso e inaceitável! Cinqüenta por cento dessa importação substitui a produção de 17 mil pequenos e médios produtores portugueses que, pelas condições económicas criadas, foram compelidos a desistir de produzir, resgatando a sua quota a troco de uns tostões.

No recenseamento feito pelos serviços comunitários verifica-se a sua redução, entre Dezembro de 1993 e Dezembro de 1994, de 5,1%, ou seja, menos 19 mil vacas.

Não é por acaso que a produção nacional está estagnada, e ao nível de 1988, faltando-nos cerca de 350 milhões de litros de leite para atingir a quota nacional. Há já quem pense, nos órgãos comunitários, em reduzir-nos a quota para, certamente, entregar a fatia cortada no nosso «bolo» aos países que, neste momento, encharcam o mercado nacional de leite.

Quando procuram identificar-se as causas e os responsáveis pela situação aflitiva a que chegou o sector leiteiro, há os que procuram, ao jeito do «agarrar que aí vai ladrão», culpabilizar as cooperativas leiteiras e o movimento cooperativo.

O PCP critica a má gestão, orientações desajustadas e práticas erradas de algumas cooperativas leiteiras, o que é uma realidade.

Mas, se estamos particularmente à vontade para criticar os erros e deficiências do movimento cooperativo, é também porque estamos na primeira linha na defesa do cooperativismo e das cooperativas.

É porque dizemos alto e bom som que os principais problemas que enfrenta o sector leiteiro português não se devem às cooperativas.

Quem negociou e aceitou um Tratado de Adesão à CEE onde se estabeleceu o desmantelamento do sistema de recolha organizada do leite pelas cooperativas e apoiado pelo Estado.

Quem aceitou e vendeu por dez réis de mel coado a 2.ª etapa do período de transição da nossa agricultura, que devia durar até 1996, e cuja eliminação é responsável pela ausência de mecanismos de controlo das desmesuradas importações de leite e de outros produtos?

Quem negociou e apoiou a Reforma da PAC? É preciso lembrar que os responsáveis foram o Governo do PSD/Cavaco/Nogueira, com a benção, no Parlamento Europeu, do PS e do CDS.

Mas podemos e devemos ir mais longe no movimento da memória e deixar outras tantas perguntas.

Quem conduz uma política de aplicação dos fundos comunitários que, desde o início da adesão, discrimina a exploração agrícola familiar e favorece a grande empresa agrícola e a concentração da produção leiteira?

Quem desenvolve uma política de esmagamento dos preços pela total cumplicidade com a importação de leite de má qualidade, sem controlo higieno-sanitário, embalado e vendido, em grande parte, sob as «marcas brancas» dos hipermercados (representam hoje 20% a 25% do mercado), sem identificação da empresa que o empacota, sem identificação do país em que foi produzido, sem a rotulagem exigida legalmente e sem uma única menção em português, ultrapassando prazos de validade (90 dias entre a embalagem e a venda)?

Quem é cúmplice da distribuição como leite escolar às crianças portuguesas do leite importado e comercializado por multinacionais?

Quem determinou as taxas do IVA para o leite e lacticínios?

Quem é responsável pelo assalto e estabelecimento de situações monopolistas do grande capital multinacional e nacional (Parmalat, Nestlé, Lacto Ibérica-Espírito Santo, etc.) ao património cooperativo da UCAL, de cooperativas açorianas e outras cooperativas agrícolas portuguesas?

A culpa dos muitos problemas do sector leiteiro português, como afirmava há dias um agricultor, «não é filha de pai incógnito nem a mãe morreu solteira». E acrescentava: «os agricultores portugueses devem saber a quem pedir contas pelo estado a que isto chegou». Estamos totalmente de acordo.

O problema é de orientação política de certos partidos em optar pela defesa de um punhado de poderosos capitalistas, pela total subserviência aos interesses das multinacionais agro-alimentares, pela atitude de aluno bem comportado face às imposições dos países ricos da Comunidade.

Porque esta política agrícola, esta política leiteira, não é apenas contra a agricultura e os agricultores. É uma política contra a economia nacional, contra o emprego na indústria e no comércio, contra o desenvolvimento regional, contra a saúde dos portugueses, contra o futuro do País como Pátria soberana e independente.

Orgulhamo-nos de ter sempre falado verdade ao povo português. E hoje os agricultores portugueses podem avaliar melhor o realismo das nossas previsões e prevenções relativamente à adesão à CEE. Podem valorizar as nossas firmes posições contra a venda da 2ª etapa do período de transição, contra a Reforma da PAC. Podem verificar a razão das nossas intervenções e da nossa luta contra sucessivos governos, que mais não fazem senão destruir a agricultura nacional.

Em particular, para os graves problemas do sector leiteiro, apresentou o PCP, em 30 de Junho do ano passado, na Assembleia da República, um Projecto de Resolução para a adopção, pelo Governo, de medidas imediatas visando a defesa da produção leiteira nacional e do movimento cooperativo. Medidas que responderiam, se concretizadas, a muitos dos problemas que referimos anteriormente: apoio à recolha e concentração do leite; regionalização e conveniente gestão das quotas; combate anti-dumping e controlo das importações; disciplina de comercialização do leite e lacticínios pelas grandes superfícies; criação de laboratórios oficiais para análise do leite; apoio às cooperativas leiteiras.

É o PCP que hoje pressiona também o Governo e a Comunidade Europeia para que se indemnisem os agricultores vítimas da seca e das geadas, que hoje resolutamente apoia a luta e as reivindicações dos produtores de leite de Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho, e da Beira Litoral onde nos encontramos, em defesa de melhores preços, contra as importações de leite (e outros produtos agrícolas, como o vinho), em defesa do movimento cooperativo leiteiro.

E deste Encontro manifestamos a nossa solidariedade aos agricultores que amanhã têm marcada uma importante jornada de luta. (...)

Listas CDU por todo o País

Iniciou-se, por todo o País, a divulgação das candidaturas CDU às próximas eleições legislativas, através de diversos encontros e conferências de imprensa onde, em alguns casos, os respectivos cabeças de lista apresentaram as propostas eleitorais que defendem. Começamos também a referi-los, conforme vêm chegando à Redacção.

Distrito do Porto

Num encontro com jornalistas realizado segunda-feira passada, a CDU anunciou os quatro primeiros nomes da sua lista pelo círculo do Porto. São eles: **João Amaral** (cabeça de lista, já anunciado pelo PCP e nas páginas do «Avante!»), **Cristiano Ribeiro**, médico, 38 anos, **José Calçada**, inspector pedagógico, 49 anos, e **Rui Sá**, engenheiro, 31 anos.

«Todos eles – afirmou-se no encontro – são candidatos disponíveis e dispostos a exercerem o mandato de deputado – em regime de exclusividade e de acordo com a conhecida e praticada regra do PCP de não serem beneficiados nem prejudicados pelo exercício do cargo.»

Foi também informado que «oportunamente a CDU realizará nesta cidade uma iniciativa para divulgação do conjunto da lista, mas podemos desde já anunciar que já está decidido que, entre outros, dela farão parte, propostos pelo PCP: **Emídio Ribeiro**, da Comissão Política do PCP, **Ilda Figueiredo**, vereadora e dirigente do PCP, **Vítor Ranita**, dirigente da CGTP e Coordenador da USP, **Emílio Peres** e **Óscar Lopes**, conhecidas personalidades da cultura e da ciência. **José Reina**, advogado e ex-vereador da Câmara da Póvoa de Varzim, será o primeiro candidato proposto pela Intervenção Democrática».

O dr. Raul Castro, actual deputado e vice-presidente da Intervenção Democrática, será o mandatário da lista da CDU.

Distrito de Braga

Em encontro com a Comunicação Social, foi apresentada uma declaração política por **António Lopes**, cabeça de lista da CDU pelo círculo elei-

51 anos; **Adão Ribeiro Mendes**, op. têxtil, membro da Comissão Executiva da CGTP, Coord. USB, membro da AM Guimarães, 43 anos; **Alfredo Casais Baptista**, eng.º civil, vereador na CM Braga, 48 anos; **Carlos Silva** (ind.), professor universitário, Barcelos, 48 anos; **Manuel Carvoeiro**, professor, activista associativo em Esposende, 31 anos; **Amélia Lopes**, op. Grundig/Braga, sindicalista, 41 anos; **Luís Filipe Gomes** [ind. proposto pel'Os Verdes], gerente comercial, membro da AM Terras Bouro, 37 anos; **A. Salgado Almeida**, médico, presidente da J. Freguesia Cando-so/Guimarães, 36 anos.



Momento da conferência de imprensa em Viseu

toral do Distrito de Braga e divulgados todos os nomes que integram esta candidatura da CDU, que transcrevemos:

António Lopes, professor, 47 anos, membro da Comissão Política do PCP; **Cândido Capela Dias**, economista, vereador na CM Guimarães, 47 anos; **Manuel Barbosa da Silva**, contabilista, membro da AM V. N. Famalicão.

Faleceu Oldemiro Figueiredo

No passado dia 7 de Maio faleceu, em Angra do Heroísmo, o dr. **Oldemiro Cardoso Figueiredo**, destacado democrata e resistente antifascista açoriano.

Natural da Ilha Terceira, onde nasceu há 76 anos, o dr. Oldemiro Figueiredo exerceu medicina na sua terra durante quase 50 anos. A par de uma competente e muito dedicada actividade profissional, o dr. Oldemiro Figueiredo desenvolveu uma constante e dedicada actividade cívica e política de oposição ao fascismo. Membro da Comissão Coordenadora do Movimento Democrático de Angra do Heroísmo, foi nomeado Governador Civil de Angra após o 25 de Abril. Mais tarde foi candidato da APU e da CDU em diversos actos eleitorais e integrou, como independente, diversas Comissões da CDU na Ilha Terceira.

O funeral foi acompanhado por largas dezenas de amigos, colegas e populares. Junto à campa proferiram discursos de homenagem o dr. Eduardo Ferraz da Rosa, professor da Universidade dos Açores e dr. João Rodrigues, médico terceirense, que salientaram quer a dedicada e competente actividade profissional, quer a permanente acção cívica democrática desenvolvida pelo dr. Oldemiro Figueiredo. Uma delegação da DORAA e da Comissão da Ilha Terceira do PCP incorporou-se no funeral.

À família enlutada, o «Avante!» apresenta as mais sentidas condolências.

ENCONTRO CDU/EUROPA

1 Maio '95 - Bruxelas



Encontro da CDU em Bruxelas

Distrito de Castelo Branco

Realizou-se no passado domingo na Covilhã o almoço de apresentação do cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Castelo Branco às próximas eleições legislativas, que contou com a presença de cerca de centena e meia de apoiantes.

A mandatária da lista, a dr.ª **Maria de Lurdes Abrantes Narino Figueira**, presidiu ao almoço, tendo feito a apresentação do primeiro dos candidatos da Lista CDU, o **Professor Doutor Luís António Nunes Lourenço**, que, num discurso circunstanciado, exigiu não apenas um novo Governo para o País, mas também uma nova política.



Beja: CDU apresenta candidatos



O Porto já apresentou os primeiros candidatos CDU

PSD e os dois do PS actualmente em funções» e reafirmou «a necessidade da eleição de um deputado da CDU pelo círculo eleitoral de Viseu».

Distrito de Beja

«A nossa candidatura é uma candidatura assumidamente de esquerda e como tal se apresenta no sentido de mobilizar e conseguir o apoio e o voto de todos os homens, mulheres e jovens que não se conformam com a gravíssima situação económica e social para que o distrito de Beja, o Alentejo, tem vindo a ser conduzido pela política de direita que o PSD tem vindo a praticar e que o PS no fundamental continua a aplaudir», afirmou **José Soeiro**, primeiro candidato da CDU pelo círculo de Beja, num encontro muito concorrido, onde usou também da palavra o dr. **José Jorge Munhoz Frade**, mandatário da lista da CDU.

Distrito de Faro

Numa animada sessão onde usaram da palavra **Carlos Luís Figueira**, cabeça de lista da CDU pelo Algarve, membro da Comissão Política do PCP e responsável da DORAL do PCP, e também

António Boronha, segundo nome na lista, empresário e candidato independente, foram apresentados os dois nomes seguintes da lista da CDU pelo Algarve. São eles **Carlos Manuel Boto**, empregado bancário e membro da DORAL do PCP, e **João Augusto Castel-Branco Goulão**, médico e também membro da DORAL do PCP.

Distrito de Setúbal

Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, apresentou, numa sessão realizada no hotel Bonfim, em Setúbal, o cabeça de lista da CDU a este distrito, **José Manuel Maia**, membro do CC e da DORS do PCP e vice-presidente da Assembleia da República. Estiveram presentes 100 pessoas do distrito, nomeadamente presidentes de Câmara e outros eleitos da CDU, dirigentes sindicais e membros de ORT's, dirigentes do movimento associativo e cooperativo, membros do PCP, dos Verdes, da ID e numerosos independentes.

Círculo da Europa

No domingo passado, um Encontro da CDU na Emigração na Europa fez a apresentação da lista de candidatos pelo respectivo círculo eleitoral, encabeçada por **Manuel Beja**, seguindo-se os nomes de **Alexandre Milheiro**, professor a viver em França, independente, **José Ventura**, quadro técnico a residir na Alemanha, membro do PCP, **Fátima Garcia**, a trabalhar em Bruxelas no Gab. de Apoio aos deputados do PCP no PE, também membro do PCP. A iniciativa realizou-se em Bruxelas e contou com a presença de **Joaquim Miranda**, membro do CC do PCP e deputado no PE.

Festival da Juventude CDU é já no Sábado

Política, música e festa

Os organizadores do Festival da Juventude CDU, que se realiza no próximo sábado no Parque Eduardo VII em Lisboa, anunciaram o programa completo da iniciativa onde consta no espectáculo de encerramento, às 17 horas e 30, o nome de Sérgio Godinho. O Festival tem como objectivos «unificar a dinâmica nacional da Juventude CDU», «permitir um arranque, com força, da campanha da Juventude CDU imprimindo dinâmica por todo o país» e, finalmente, «permitir uma grande projecção pública» da organização juvenil da Coligação.

Do programa da iniciativa consta a discussão e aprovação do Compromisso da Juventude CDU e de um Manifesto, a partir das dez e meia da manhã. Às 13 horas, realiza-se um *picnic* ao mesmo tempo que se inicia o funcionamento dos chamados «espaços alternativos»: *graffiti*, *bi-cross*, *skate*, desportos para além de um conjunto de módulos representativos de organizações desta estrutura juvenil onde se incluem o Alentejo (com uma exposição sobre a regionalização e um

tasco), Setúbal (igualmente com uma exposição e um bar), Porto (sai-sempre), Barreiro (artesanato urbano), Superior (desporto) e Secundário (banca).

Festa-comício

Às 15 horas terá início a Festa-Comício onde a actuação de quatro formações musicais será intercalada por curtas intervenções políticas sobre os temas da educação, emprego, ambiente e política geral.



Os grupos musicais convidados são os «Dixit», «Rebel Gang», «Palavra Diôna» e «Academia Aleluia».

O comício realiza-se às 17 horas após o que se seguirá o

espectáculo com Sérgio Godinho, que durará até ao encerramento, agendado para as 18 horas e 30, com um desfile dos jovens participantes até ao Rossio.

Campanha Nacional de Fundos do PCP

Bom andamento é razão para redobrar esforços

A Campanha Nacional de Fundos lançada pelo PCP está já a mobilizar todas as estruturas do Partido com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinham. É a resposta positiva à necessidade de acelerar o trabalho para que rapidamente se atinja esse objectivo vital para o bom sucesso político que os comunistas pretendem alcançar no período que aí vem.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

As quotas são pois uma área da Campanha que deve ser encarada de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).



Aveiro contabiliza mil e 400 contos

Após a sua última reunião de direcção, a Organização Regional de Aveiro do PCP anunciou o facto de, em apenas três meses, ter sido recolhida no distrito, para a Campanha Nacional de Fundos, uma verba superior a 50 por cento do seu objectivo até final do ano.

Segundo se lê numa nota da DORAV do PCP, entre Fevereiro e Maio os donativos de militantes, simpatizantes e amigos do Partido e as iniciativas das organizações, permitiram reco-

lher uma verba próxima dos mil e 400 contos. Em sete dos 19 concelhos do distrito ultrapassaram-se os 50 por cento de objectivos.

«O sucesso que a Campanha Nacional de Fundos está a conseguir no distrito demonstra que é possível, em muitos concelhos, ir mais além do que as metas inicialmente propostas», conclui a DORAV que assinala também o recente recrutamento de 100 novos militantes.

Actualizar quotas

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

«Contas às febras»

Meia centena de camaradas e amigos participaram no passado domingo num convívio realizado na Quinta da Atalaia, uma iniciativa integrada na Campanha Nacional de Fundos. Feitas as contas às febras assadas da matança do porco, a Comissão Concelhia de Setúbal arrecadou 24 mil e 200 escudos. E ainda houve oportunidade para se falar do muito trabalho a realizar para a Festa do «Avante!», ali mesmo naquele terreno.



10.º Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde

Vai realizar-se, no dia 27 de Maio, o 10º Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde sob o lema «Todos pela Saúde». A Associação Nacional das Comissões de Base de Saúde, a entidade que organiza esta iniciativa, convidou, para participação neste décimo Encontro, todas as Câmaras Municipais e Sindicatos, centenas de Juntas de Freguesia, organizações de Deficientes, Reformados, Instituições Privadas de Solidariedade Social, Associações Sócio-Culturais, profisionais de saúde, para estarem presentes no Pavilhão Carlos Lopes, local do evento que terá início às dez horas.

Numa nota a que o «Avante!» teve acesso, os organizadores desta iniciativa consideram que «os Encontros Nacionais das Comissões de Base de Saúde constituem as maiores jornadas de análise crítica da situação da Saúde no nosso país, onde os representantes da população definem, também, o Serviço Nacional de Saúde que pretendem para Portugal».

«Reveste-se, este ano, de uma particular importância e oportunidade, dado que a política de saúde seguida neste momento pelos nossos gover-

nantes pretende, no fundamental, transformar a Saúde num grande negócio lucrativo, esquecendo que na nossa época constitui um Direito Fundamental do Homem, atribuído a todos em condições de igualdade e universalidade», lê-se.

O programa da iniciativa agendou o início dos trabalhos para as dez e meia da manhã com a discussão dos seguintes temas: Situação da Saúde em Portugal, Privatizações, Hospital Amadora/Sintra, Saúde Direito e Necessidade Social, Saúde negócio, Seguros de Saúde, Financiamento e Custos, Participação da Comunidade, Trabalhadores da Saúde e Experiência Internacional.

Na parte da tarde serão discutidos dois grandes temas: Saúde Igual para todos - Uma Exigência Nacional e Intervenção da População - Perspectivas de Acção.

No final, serão apresentadas as conclusões deste 10º Encontro das Comissões de Base de Saúde.

Durante a iniciativa vão actuar os Grupos Corais de Alvito, Amareleja e as «Saías» de Campo Maior.

Em causa proibição de obras Luta das autarquias impõe recoo do PSD

Uma importante vitória dos trabalhadores, do Poder Local e das populações, assim deve ser considerada a eliminação do dispositivo previsto em diploma governamental que proibia genericamente a realização de obras superiores a vinte mil contos.

Submetido a debate faz amanhã oito dias, na sequência de pedidos de ratificação apresentados nesse sentido pelo PCP e PS, o decreto-lei que antes impedia os municípios de realizarem obras por administração directa acima

Para esta alteração - que não pode deixar de ser interpretada como um recoo do PSD -, contribuiu de forma decisiva a firme denúncia desde a primeira hora levada a cabo pelo Grupo Parlamentar do PCP (de quem primei-

As razões eram óbvias, face àquilo que o deputado comunista Luís Sá considerou ser o exemplo típico de um "diploma politicamente inepto, lesivo da autonomia do poder local, criador de privilégios para o Governo e a Administração Central e tecnicamente desastroso".

Daí o amplo movimento de contestação que congregou autarquias e trabalhadores um pouco por todo o País, já que, foi ainda Luís Sá a lembrá-lo, o que estava em causa,

o emprego de milhares de trabalhadores, a rentabilização dos parques de máquinas, a programação física e financeira das autarquias aprovada no início do mandato ou no início do ano.

"Onde a Constituição manda desburocratizar o Governo burocratiza, onde manda descentralizar centraliza, onde seria aconselhável fortalecer as assembleias municipais preferiu torná-las mais fracas e carecidas de poderes", assinalou ainda Luís Sá, numa crítica incisiva às concepções e à prática do Executivo do PSD no domínio do Poder Local.



daquele valor foi assim alterado, não se prevendo agora qualquer restrição desde que as obras a realizar sejam aprovadas pela Assembleia Municipal.

ro partiu a iniciativa de apresentar o pedido de ratificação), bem como a acção de protesto generalizado das autarquias e dos trabalhadores da administração local.

se os propósitos iniciais do Executivo fossem por diante, era a realização de obras indispensáveis ao desenvolvimento de algumas das áreas mais deprimidas do País, era

Dias 29 e 30 em Lisboa Jornadas Parlamentares do PCP

Lisboa foi o local escolhido pelo Grupo Parlamentar do PCP para a realização das suas Jornadas Parlamentares, as últimas na presente Legislatura. É já nos próximos dias 29 e 30 de Maio, e a ordem de trabalhos será preenchida no fundamental com um balanço da actividade desenvolvida pelo Grupo comunista no decorrer dos últimos quatro anos, quer no plano da produção legislativa, quer da sua intervenção em plenário e nas comissões, quer ainda da sua acção e acompanhamento das grandes questões de âmbito regional e nacional, designadamente ao nível da ligação dos deputados com os eleitores dos respectivos círculos.

Nos trabalhos participará o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, estando igualmente previstas, a exemplo do que sempre tem sucedido, visitas a empresas e encontros com diversas entidades e organizações.

Lei do Património Cultural Uma visão elitista e retrógrada

Duramente criticada pela metodologia seguida e pelo conteúdo, a nova Lei do Património acabou por baixar à comissão para debate na sequência de uma proposta nesse sentido apresentada pelo Grupo comunista. Depois deste recoo do PSD, falta agora pouco tempo para aferir da sua real vontade em proceder a mudanças reais num diploma marcado pela natureza retrógrada das suas propostas e pela unanimidade das críticas.

Insuficiência de verbas, situações de incúria e intervenções incorrectas, restaura-

que destroem em vez de restaurar, centralização de estruturas, incapacidade de diálogo e uma permanente atitude de soberberia perante os profissionais, eis, em traços largos, o retrato da situação que caracteriza o nosso património. Na semana transacta - estava-se em pleno debate da nova Lei do Património Cultural -, todas estas questões vieram a lume pela voz do deputado comunista Paulo Rodrigues em intervenção que constituiu um verdadeiro libelo acusatório contra uma política que no domínio da cultura, acentuou, "expõe Portugal numa situação vergonhosa no plano internacional".

E o expoente acabado desta política, depois de o Governo pura e simplesmente nada ter feito no sentido da regulamentação da Lei do Património aprovada por unanimidade em 1985, foi o pedido de autorização legislativa no sentido da sua substituição por um diploma marcado, no fundamental, pelo "carácter retrógrado e centralizador da maioria das suas propostas e concepções".

Conseguindo a proeza de concitar contra si praticamente a totalidade dos agentes e profissionais ligados a esta área (arqueólogos, autarcas, técnicos de restauro, especialistas

em museologia, entre outros), a proposta de lei foi ainda rodeada na sua elaboração por um intolerável secretismo, o que, no entender de Paulo Rodrigues, constituiu a "pior das metodologias possíveis".

Particularmente verberada por Paulo Rodrigues, num diploma onde a maior parte das propostas representa um retrocesso em relação à legislação anterior, foi a diluição do "papel do Governo e da entidade responsável pela cultura a nível central em tudo o que respeita às acções inerentes à protecção, preservação e valorização do património cultural".

Críticas, duras, foram ainda dirigidas à atitude que levou a banir pura e simplesmente da lei a filosofia nela anteriormente consagrada no que respeita ao papel activo e importante das populações na defesa e protecção do património, bem como à natureza elitista e retrógrada dos conceitos que presidiram à elaboração do diploma.

Entretanto, por proposta do PCP (que apresentou nesse sentido um requerimento igualmente subscrito pelo PS e CDS), que acabaria por ser fundida com uma de idêntico sentido apresentada pelo PSD, o diploma baixou sem votação à comissão respectiva para debate.

Depois deste recoo da maioria governamental, importa agora aferir em comissão se ele traduz uma sincera vontade de acolher as críticas da oposição, o mesmo é dizer, se vai representar uma mudança real, designadamente ao nível da metodologia e do conteúdo.

Conferência sobre Timor-Leste

A Conferência Internacional e Interparlamentar sobre Timor-Leste, com início no próximo dia 31 de Maio, em Lisboa, contará com a presença de cidadãos indonésios, revelou na passada semana o deputado Fernando Amaral, presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da situação em Timor-Leste. Em conferência de imprensa destinada a dar a conhecer os objectivos da iniciativa, que reunirá durante três dias mais de 90 deputados e senadores de todo o Mundo, Fernando Amaral referiu que "o conflito em Timor-Leste não é entre Portugal e a Indonésia", mas sim "entre a Comunidade Internacional e a Indonésia", recordando ainda que o regime de Jacarta não cumpre as directivas da ONU no que respeita à salvaguarda dos direitos humanos. Depois de salientar que o nosso país "está no

processo porque a ONU escolheu Portugal como potência administrante de Timor", o ex-presidente da Assembleia da República apelou aos órgãos de Comunicação Social para criarem o "eco necessário" da conferência, destacando a chamada "Declaração de Lisboa" que está a ser preparada pelos deputados Correia Afonso, Eduardo Pereira e Miguel Urbano Rodrigues. Os trabalhos iniciam-se na Assembleia da República a 31 de Maio, com as intervenções do Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e dos líderes parlamentares, prosseguindo depois no Centro Cultural de Belém, onde intervirão, nomeadamente, o representante do líder da resistência timorense, Ramos Horta, que lerá uma mensagem de Xanana Gusmão. Em síntese, a iniciativa destina-se a "contribuir para o esforço de sensibilização da opinião pública mundial relativamente à

violação continuada, por parte da Indonésia, dos mais elementares princípios do Direito Internacional".

Dispersão de manifestantes nos Jerónimos

Deputados do PCP, PEV e PS criticaram no Parlamento, faz amanhã oito dias, a intervenção da PSP junto ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, para dispersar os manifestantes que defendem a preservação das gravuras rupestres de Foz Coa, ameaçadas pela construção de uma barragem. Isabel Castro, do Partido Ecologista "Os Verdes", levantou a questão, afirmando que a "intervenção ilegal" da polícia "viola direitos fundamentais". Na ocasião, pediu à Mesa da Assembleia da República que esclarecesse "de quem é a responsabilidade da actuação". A deputada criticou a acção da PSP por "impedir um direito fundamental" que é o de manifestação com a

justificação de "deixar o terreno livre" para o casamento de D. Duarte Pio, realizado no dia seguinte, no Mosteiro dos Jerónimos. PCP e PS associaram-se também ao pedido do PEV, com Lino Carvalho, do PCP, a defender que se "deve travar essa ilegalidade". Eurico de Figueiredo, deputado do PS, que já fez o jejum simbólico em defesa das gravuras junto aos Jerónimos, aproveitou a presença do ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, no Parlamento, para questionar a "legitimidade deste acto". Laborinho Lúcio, porém, não respondeu. Solidário com o protesto, Eurico de Figueiredo classificou de "crime cultural no vale do Coa" o que se está a passar relativamente à barragem e às gravuras rupestres. Mário Tomé, da UDP, inquiriu, por sua vez, se a intervenção da PSP "não está ao serviço de D. Duarte ou da RTP", a estação televisiva que transmitiu em directo o casamento.

Projectos do PCP hoje em debate

Reparar injustiças aos sinistrados de trabalho

Reparar as injustiças que os sinistrados de trabalho têm sofrido desde há alguns anos, consagrando nomeadamente o aumento das pensões e indemnizações, eis, no fundamental, o grande objectivo que preside aos dois projectos de lei do PCP que preenchem a totalidade da ordem do dia da sessão plenária de hoje.

Num caso, trata-se de alterar o conteúdo de dois diplomas publicados em 1993 através dos quais o Governo procedeu à diminuição dos montantes da remição a que têm direito os sinistrados de trabalho, situação que na óptica do Grupo comunista favorece claramente as companhias seguradoras e constitui um "autêntico esbulho" aos trabalhadores sinistrados.

Com este projecto, ao propor o restabelecimento do regime anteriormente aplicado (Decreto nº 360/71), a formação comunista visa garantir aos sinistrados de trabalho, vítimas já de

pensões de miséria, em resultado da remição, o pagamento de quantias muito superiores, nalguns casos em centenas de contos, relativamente ao que recebem actualmente.

No que se refere ao projecto de lei que procede à revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, a questão essencial parte da ideia de que com os montantes das actuais indemnizações e pensões existe quase um convite ao lachismo no que toca à prevenção, uma vez que é mais barato reparar do que prevenir.

Com as vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais a receberem pensões de miséria - que contrastam com os lucros das companhias seguradoras e da Caixa Nacional de Seguros e de Doenças Profissionais -, resulta claro, por conseguinte, como refere a nota preambular do projecto do PCP, que a par do "infortúnio laboral e de situações sub-humanas para os trabalhadores" existem "avultados lucros" que vão parar a outras entidades.

É, pois, todo este quadro profundamente injusto que o projecto se propõe alterar, defendendo para o efeito, entre outros aspectos, o alargamento da noção de acidente de trabalho, a correcção do actual sistema quanto a acidentes em trajecto, o

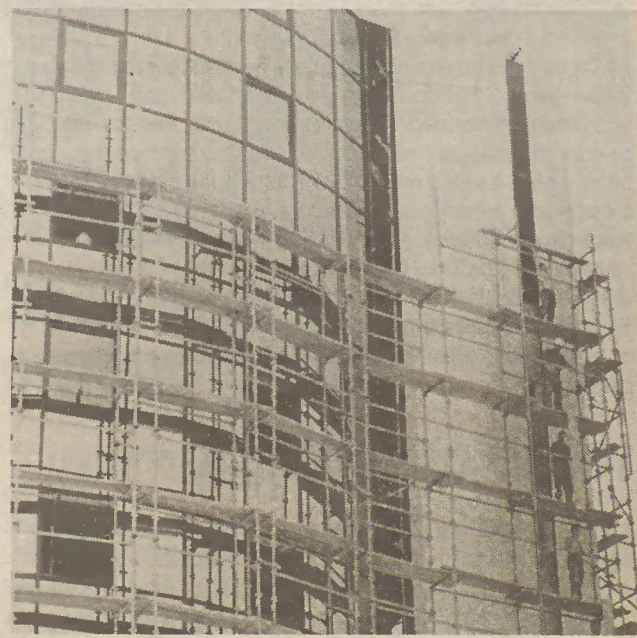
aumento das pensões e indemnizações.

Manipulação de dados

Entretanto, numa audição realizada na passada semana no âmbito da preparação do debate de hoje, a deputada comunista Odete Santos afirmou ter provas de que há manipulação dos dados sobre acidentes no trabalho por parte de algumas empresas.

A deputada do PCP sublinhou que o mesmo se passa em relação aos acidentes mortais, havendo empresas, disse, que não consideram os acidentes como mortais porque o trabalhador faleceu já no hospital.

Na audição participaram, nomeadamente, representantes da Ordem dos Médicos, Sindica-



to dos Metalúrgicos, União dos Sindicatos de Setúbal, CGTP, União das Organizações de

Deficientes, Associação Nacional de Sinistrados do Trabalho e União dos Sindicatos de Lisboa.

Alterações ao Código Penal

As fragilidades de uma reforma feita à pressa

As alterações introduzidas pelo Governo ao Código Penal voltaram a trazer a lume, no final da passada semana, em debate suscitado pelo pedido de ratificação ao diploma apresentado pelo PS, as críticas do Grupo Parlamentar do PCP ao que qualifica de "reforma feita à pressa", que esteve longe de reunir o consenso social necessário capaz de garantir a sua eficácia.

Nestas condições, inevitavelmente "fragilizada logo à nascença", do ponto de vista da deputada comunista Odete Santos, a Lei mais não foi do que "uma tentativa de esboçar uma resposta a convulsões" que vão desde o sistema prisional (instalada que está a descrença na reinserção social do delinquent) à inépcia da política criminal do Governo, passando pelas convulsões no sistema processual penal e nas graves convulsões económicas e sociais que perpassam a sociedade portuguesa.

O resultado, como não podia deixar de ser - foi Odete Santos a salientá-lo -, traduz-se numa generalizada convicção quanto à ineficácia da Lei Penal, "que surge assim desmuniada da sua finalidade de prevenção geral positiva", pelo que, em consequência, dela "não há assim que esperar muito".

Reiteradas por Odete Santos no decorrer do debate, não obstante a recusa evidenciada em aceitar tanto pelo ministro Laborinho Lúcio como pelo deputado do PSD, Costa Andrade, foram

ainda as propostas do PCP anteriormente rejeitadas pela maioria em sede especialidade.

Sem que o seu mérito tivesse sido questionado, e tendo em vista contribuir para a consensualização de uma Lei que deveria reunir o máximo de apoios, essa propostas do Grupo comunista incidem, por exemplo, nos crimes graves contra as pessoas, como é o caso dos crimes de rapto e de sequestro, relativamente aos quais os deputados do PCP não compreendem que tenha havido abrandamento das penas.

Para a formação comunista, de acordo com as palavras de Odete Santos, não é igualmente aceitável que a pena para os crimes de uso de menores em publicações ou filmes pornográficos seja apenas de três anos, do mesmo modo que consideram inadmissível - e por isso materializaram a sua posição em proposta que, tal como as restantes, baixou à comissão - que a comunicação social responsável continue a ser atingida com proibições no que se refere à prova de verdade dos factos.

Arrendamentos não habitacionais

Uma legislação propositadamente ambígua

A Assembleia da República apreciou, faz hoje uma semana, a proposta de lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de arrendamento urbano não habitacional. Longe da estabilidade prometida pelo Governo em 1990, no que se refere à área do arrendamento, esta autorização "propositadamente vaga e ambígua", segundo a opinião de Odete Santos, veio colocar em aflições os inquilinos sem garantir também os interesses dos pequenos proprietários.

Em causa estão os arrendamentos não habitacionais (comerciais, industriais, profissões liberais e a colectividades de cultura e recreio e associações visando fins sociais), relativamente aos quais o Governo quer instituir os contratos de duração limitada, que, ao cessarem, como assinalou a deputada do PCP, poderão dar lugar a "um

novo e mais lucrativo arrendamento".

Subsistem dúvidas, todavia - e delas se fez eco Odete Santos -, porque a autorização legislativa não o esclarece, relativamente ao prazo mínimo do contrato (um, dois, três anos?), do mesmo modo que não se sabe por que forma se propõe o Executivo legislar quanto à denú-

cia dos contratos a prazo, nem muito menos quanto ao prazo de antecedência a que o senhorio é obrigado para efectivar a denúncia.

Por esclarecer, do ponto de vista de Odete Santos, está ainda a questão das obras - cuja obrigatoriedade de realização o Governo quer imputar aos inquilinos, sem que no entanto tenha esclarecido sobre o tipo e natureza das obras -, circunstância que a levou a inquirir se acaso o Governo pretende legalizar a especulação".

Em síntese, o entendimento da bancada comunista em relação a esta matéria é o de que a justificação apresentada pelo Governo para o a "subversão legislativa do mercado dos

arrendamentos não habitacionais" é falaciosa, uma vez que - foi Odete Santos a recordá-lo -, "locais para dar de arrendamento para fins não habitacionais existem, o que não existe, dado o ataque desenfreado aos pequenos e médios investimentos, são os candidatos a arrendamentos a preços exorbitantes".

"Como pode assim a alteração pretendida dinamizar o mercado de arrendamento?", inquiriu a deputada comunista, antes de alertar para a desprotecção e arbítrio a que ficam sujeitos os pequenos e médios investidores (cuja família se estruturou em torno do estabelecimento comercial ou industrial), bem como as colectividades ou instituições de fins sociais.

No próximo dia 25 PCP interpela Governo sobre direitos dos trabalhadores

O estado dos direitos laborais, sociais e económicos dos trabalhadores vão estar em debate no próximo dia 25, na Assembleia da República. A iniciativa, sob a forma de interpelação ao Governo, é do Grupo Parlamentar do PCP que, para o efeito, no âmbito da sua preparação, tem agendada para a antevéspera do debate uma audição, a realizar na sala do Senado, para a qual estão convidadas a CGTP-IN, todas as Uniões Sindicais e comissões de trabalhadores.

No centro do debate em plenário, como o próprio título da interpelação sugere,

estarão os direitos laborais nas empresas, os direitos sindicais e os direitos dos trabalhadores e sua execução. Para a formação comunista, como salientou em declarações ao

"Avante!" o deputado Lino de Carvalho, o importante é confrontar o Governo com estas matérias, bem como com o clima de intimidação nas empresas e com as situações de instabilidade e insegurança registadas ao nível das relações laborais.

No decorrer do debate - e este vai ser outro vector que pautará as intervenções dos parlamentares comunistas -, não deixará igualmente de ser feito um balanço deste conjunto de direitos dos trabalhadores ao longo da Legislatura. Trata-se de saber, mais exactamente, onde é que pairam as promessas do PSD feitas há quatro anos atrás - a semana de 40 horas, a criação de mais empregos, a melhoria das condições de vida, entre outras -, estabelecendo o paralelo com a realidade presente.

COMPROMISSO PARA A EXPO'98

O ministro do Emprego e Segurança Social comprometeu-se, dia 11 a corrigir as situações de anormalidade legal relativas a trabalhadores da Expo'98, revelou Arménio Carlos à agência Lusa. Este dirigente da União dos Sindicatos de Lisboa, que falava após uma reunião da USL com Falcão e Cunha, disse existirem situações em que as entidades patronais não descontam para a Segurança Social, incorrendo assim em ilegalidade relativamente à legislação laboral.

No encontro, realizado a seu pedido, a USL solicitou ao ministro que intervenha, através da Inspeção-Geral de Trabalho, para o cumprimento da legislação laboral em vigor, bem como dos contratos colectivos de trabalho e respeito pelas normas de higiene e segurança no trabalho. Segundo Arménio Carlos, as associações patronais subscreveram apenas os acordos de contratação colectiva com a federação da Construção Civil, Madeira e Mármore, mas não os cumprem. «Aguardamos que o bom senso prevaleça», afirmou o dirigente sindical, sublinhando que, se o ministro não intervier junto da Parque Expo e das restantes entidades patronais, «será também responsabilizado pelas irregularidades e pelas consequências que delas possam advir».

FORUM DA EDUCAÇÃO

«No limiar do século XXI é importante e decisiva uma política educativa profundamente democrática e que contribua proficientemente para a motivação dos professores, estudantes e todos os que trabalham nas escolas», afirmou o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores. Paulo Sucena interveio no Forum Nacional pela Educação, iniciativa da Fenprof que teve lugar dia 11, em Coimbra, e foi patrocinada pelo Presidente da República e pelo reitor da Universidade de Coimbra, Rui Alarcão. Para aquele sindicalista, «tal política é necessária e urgente, porque Portugal e o seu sistema educativo estão distantes dos países desenvolvidos, nomeadamente dos países da Comunidade Europeia», distância que «advém de atrasos antigos, de há muito denunciados, mas ainda não corrigidos». O reitor da Universidade de Coimbra, o vice-presidente da Associação Nacional dos Municípios (Rui Marques), o presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (Fernando Regateiro) e o presidente do Sindicato dos Inspectores de Ensino (José Calçada) foram outros dos intervenientes na iniciativa, dedicada sobretudo ao debate da Comunidade Educativa.

ÁGUAS DE MONCHIQUE

A Fundação Oriente está a mostrar indisponibilidade para discutir aumentos salariais e outras reivindicações dos trabalhadores da Empresa de Águas de Monchique - denunciou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas. Numa nota que fez chegar à nossa redacção, o sindicato refere que a última actualização de salários na empresa teve lugar em Janeiro de 1993; desde então, nem a Enatur, até à privatização (no primeiro trimestre de 1994), nem a Fundação Oriente (nova proprietária) procederam a qualquer aumento salarial.

Em Janeiro, o sindicato solicitou uma reunião à administração da Fundação para discutir as reivindicações dos trabalhadores, recebendo como resposta um pedido de mais um mês, ou mês e meio, para analisar as matérias. Contudo, apesar da insistência do sindicato, até à data ainda não foram dados a conhecer os resultados da «análise». A direcção do sindicato decidiu reunir com os trabalhadores para «analisar a situação e decidir o que fazer», refere a nota, realçando que «os trabalhadores das Águas de Monchique nada ganharam com a passagem para o sector privado».

MAU ACORDO NOS SEGUROS

No passado dia 9 foi assinado o acordo de revisão do CCT dos Seguros, que o sindicato do Norte continua a considerar um mau documento para os trabalhadores, pois a tabela salarial accrdada não cobre a inflação verificada em 1994 (ano em que não houve aumentos dos salários) e a esperada para 1995; a solidariedade entre gerações não é respeitada (devido ao novo regime de pensões, globalmente desfavorável e que não se aplica aos futuros trabalhadores); é posta em causa a independência sindical e a solidariedade entre as organizações dos trabalhadores.

Denunciando as pressões da associação patronal e a posição «a todos os títulos condenável» do sindicato do Sul e Regiões Autónomas, o STSN afirma que «as circunstâncias forçam-nos a subscrever este acordo, mas não eliminam a nossa determinação em prosseguir na defesa dos direitos dos trabalhadores, em reforçar a acção sindical, em fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que esta acção não se repita».

FOZ CÔA EM BELÉM

A utilização de forças policiais, na passada sexta-feira, contra os activistas do movimento de defesa das gravuras de Foz Côa acampados em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, foi considerada pela CGTP como um atropelo às liberdades fundamentais dos cidadãos. Reafirmando a sua solidariedade aos manifestantes, a Inter sublinha que «não há qualquer razão objectiva que justifique» «um acto antidemocrático do Governo, igual a outros por ele desencadeados, nomeadamente contra manifestações de trabalhadores».

USL/CGTP exige medidas para a educação pré-escolar

As duas creches de Marvila continuam encerradas por culpa do Governo

A União dos Sindicatos de Lisboa promoveu na semana passada uma visita à creche do Bairro do Relógio, para exigir do Governo o cumprimento da Constituição e a tomada de medidas concretas de apoio aos jardins-de-infância construídos pelas autarquias. Na iniciativa participaram deputados da AR, o presidente da Junta de Freguesia de Marvila e o vereador da CML responsável pela Educação, António Abreu (ambos comunistas, eleitos nas listas da Coligação «Com Lisboa»), e sindicalistas da Função Pública e dos professores (SPGL/Fenprof).

Aos problemas dos muitos milhares de trabalhadores que vivem no distrito de Lisboa - referiu Maria João Martins, na intervenção feita em nome da Comissão Executiva da USL - somam-se «as dificuldades de ter onde deixar os seus filhos», em particular os mais novos, pois «a rede oficial é pouca e não cobre um horário compatível com os horários de trabalho dos pais» e «a rede privada, em geral de menor qualidade, prati-

ca preços altos para as capacidades económicas duma família trabalhadora». Neste contexto, «a ameaça de privatização da rede de jardins-de-infância, anunciada pela ministra da Educação no ano passado, é para nós motivo de preocupação e mais um atentado aos direitos dos trabalhadores, atentado de consequências directas sobre a vida e o futuro sucesso educativo dos seus filhos», afirmou a sindicalista.

Depois de realçar que, só no concelho de Lisboa, faltam cerca de 425 salas de jardim-de-infância, Maria João Martins alertou: «A privatização, a acontecer, vai afectar particularmente os filhos dos trabalhadores e das famílias de imigrantes que habitam os vários bairros degradados da cidade». Para a USL/CGTP, «só com a intervenção do Estado na promoção da educação de infância é possível defender uma real igualdade de oportunidades», como estipula a Constituição (que, no seu artigo 74º, diz claramente que incumbe ao Estado criar um sistema público de

educação pré-escolar). Apelando à união de «todos os esforços para exigir que o Estado cumpra a sua responsabilidade», a dirigente sindical manifestou a solidariedade da USL para com as iniciativas desenvolvidas ou a desenvolver com objectivos semelhantes, exigindo o alargamento da rede pública dos jardins-de-infância, a atribuição de dinheiros do 2º Quadro Comunitário de Apoio para o financiamento e alargamento da rede pública pré-escolar, a elaboração de um plano nacional para este grau de ensino, a publicação de portarias que estabeleçam apoios concretos aos jardins-de-infância construídos pelas autarquias, a abertura de vagas para integração dos educadores de infância desempregados.

A creche do Bairro do Relógio possui o seu espaço há cerca de nove anos, mas está inactiva. Tal como a outra creche da freguesia de Marvila, não funciona porque não foram colocados os técnicos e outros trabalhadores, o que está a cargo do Ministério da Educação.

Greve terça-feira

Para a próxima terça-feira, dia 23, está convocada uma greve nacional de 24 horas dos ajudantes de creche e vigilantes dos equipamentos de acção social dos centros regionais de Segurança Social. No mesmo dia, realizam-se concentrações a nível regional.

A decisão foi tomada recentemente em plenário nacional, promovido pela federação da Função Pública. Numa nota de imprensa, a FNSFP aponta como motivos da luta (que inclui ainda, durante toda a corrente semana, o envio diário de um documento à Secretaria de Estado da Segurança Social exigindo adequado enquadramento profissional) um conjunto de situações de injustiça, por resolver desde 1983, como, por exemplo, diferenças salariais entre trabalhadores com as mesmas tarefas.

No plenário foi admitida a convocação de nova greve e uma concentração nacional para os primeiros dias de Junho, caso se mantenha o impasse e o silêncio do Governo.

Enfermeiros com vínculo precário admitem recorrer à greve

Há mais de três meses que o ministro da Saúde se comprometeu a criar normativo legal que garantisse a contagem de todo o tempo de serviço aos mais de 4 mil enfermeiros que, a nível nacional, estão a trabalhar nas instituições públicas de saúde com vínculo precário, embora satisfazendo necessidades permanentes dos serviços. Reunidos na semana passada no Hospital de Santa Marta, enfermeiros da região de Lisboa manifestaram-se dispostos a encetar formas de luta pela publicação daquela legislação, admitindo mesmo o recurso à greve.

Actualmente, aos enfermeiros contratados a termo, a recibo verde ou sob outras formas de vínculo precário, quando são admitidos no quadro, não é contado o tempo de serviço prestado anteriormente, o que os prejudica no justo direito à promoção e progressão na carreira - refere uma nota do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, distribuída após o plenário de dia 10.

Amadora/Sintra

Em vários pontos importantes, a proposta de candidatura à eventual gestão privada do Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca (Amadora/Sintra) que foi escolhida pelo ministro da

Saúde foi considerada «inadmissível e inaceitável» por enfermeiros da região de Lisboa interessados em vir a trabalhar naquela unidade de saúde.

Numa reunião promovida pelo SEP na semana passada, também no anfiteatro do Hospital de Santa Marta, foi repudiada a decisão governamental de entregar, para gestão privada e exploração, a um grupo financeiro que não precisou de fazer qualquer investimento, um hospital construído com mais de 18 milhões de contos de dinheiros públicos. Os enfermeiros condenaram ainda as «alarmantes» medidas de contenção de custos propostas, nomeadamente no que toca à dotação de profissionais de enfermagem (inferiores às dos hospitais públicos que, como é sabido, funcionam com graves carências de pessoal de enfermagem), o que irá ter reflexos inevitáveis na qualidade dos cuidados a prestar. Protestaram ainda contra o facto de, «para garantir ao hospital uma mão-de-obra barata e fácil», estar previsto o recurso a alunos de enfermagem em formação.

Os enfermeiros - que decidiram solicitar uma audiência, com carácter de urgência, ao ministro Paulo Mendo - exigem que seja claramente garantido o vínculo à Função Pública de todos os trabalhadores do Estado que venham a exercer fun-

ções no hospital. Caso se concretize a celebração do contrato de gestão privada, reclamam que seja imediatamente negociado um acordo de empresa.

Emergência!

De 2ª a 5ª feira da próxima semana, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses vai levar a cabo o plano Operação Emergência-Saúde, com o objectivo de denunciar o que

vai mal na saúde do nosso país, do ponto de vista da classe e «face ao impasse político» que têm merecido as suas reivindicações e propostas. Esta operação - que foi apresentada no fim-de-semana, em Coimbra, durante uma conferência internacional integrada nas comemorações do Dia do Enfermeiro e que reuniu mais de 500 profissionais - envolve a realização de várias iniciativas públicas numa série de capitais de distrito.

Plenário em Aljustrel

Os trabalhadores da mina de Aljustrel, num plenário realizado segunda-feira e aberto à participação de toda a população, aprovaram uma resolução em que rejeitam o protocolo proposto pela administração das Pirites Alentejanas para o reinício da laboração e que, entre outras medidas, inclui a abdicação de aumentos salariais até ao ano 2002. Pretendia ainda a empresa que os trabalhadores que aceitassem rescindir os contratos prescindissem das indemnizações, bem como aqueles a quem fosse oferecido «um posto de trabalho em conformidade com as suas habilitações, numa empresa estável situada nas proximidades de Aljustrel».

Os mineiros decidiram aceitar o alargamento, de três para seis meses após a retoma da laboração, do prazo em que se comprometem a não fazer exigências salariais. Findo este prazo, e segundo a resolução aprovada, será analisada a situação da empresa e a possibilidade de actualização salarial. Foi também decidido constituir uma delegação que tentará obter, junto da administração, uma resposta quanto à data de reabertura da mina.

Uma decisão sobre a reabertura poderá ser tomada na assembleia de credores marcada para hoje. Os trabalhadores, o sindicato dos Mineiros do Sul e a Câmara de Aljustrel manifestaram a disposição de não baixar os braços e prosseguir as movimentações para que seja retomada a laboração, suspensa há mais de 2 anos.

Amanhã, em Lisboa A «prova dos nove» da Função Pública

Trabalhadores da Função Pública de todo o País vão amanhã concentrar-se junto ao Ministério das Finanças, depois de um plenário no Coliseu dos Recreios

Os sindicatos da Função Pública decidiram fazer do dia de amanhã uma jornada para verificar, com uma espécie de «prova dos nove», a real vontade do Governo para desfazer as nódoas que lançou sobre os trabalhadores em matérias tão importantes como os salários (desvalorização de 5,3 por cento do salário-base relativamente ao salário mínimo nacional), a instabilidade e insegurança no emprego, a corrosão das expectativas de evolução profissional.

Para as 15 horas, está marcado um plenário nacional no Coliseu dos Recreios (a que se seguirá a concentração no Terreiro do Paço). Todos os partidos com representação no parlamento foram convidados a dizer, nesta reunião, que compromissos estão dispostos a assumir e que reivindicações dos trabalha-

dores da Função Pública pretendem incluir nos seus programas eleitorais - adianta um comunicado do sindicato do Sul e Açores, que considera a proximidade das eleições legislativas como «a oportunidade que devemos aproveitar para levar o Governo a minorar as dificuldades e injustiças que ele próprio criou ou que tem deixado agravar, para resolver os principais problemas a que se comprometeu e que nunca cumpriu». É que, afirma o STFP SA, este «é o momento em que o foco inquiridor da comunicação social mais expõe à opinião pública as práticas dos políticos, para delas retirar ilações e se perceber orientações quanto ao futuro», pelo que «o Governo, assim exposto, não tem condições para manter, de modo tão arrogante, as práticas arbitrárias e prepotentes que

conduziram à erosão do nosso estatuto profissional e social, que provocaram perdas sucessivas do nosso poder de compra, que diminuam a estabilidade do emprego, que nos retiraram estímulos profissionais».

Ainda há poucos dias o Governo veio acrescentar mais um motivo para a luta dos trabalhadores da Função Pública, como refere a federação do sector numa nota de imprensa distribuída dia 12. Com data de 2 de Maio, foi emitido um despacho definindo o número de efectivos que o Governo admite virem a ingressar na administração pública no ano corrente.

Criticando globalmente o despacho por insistir na política de emagrecimento da Função Pública (à custa da diminuição das funções sociais do Estado, da degradação da qualidade dos

serviços públicos, da diminuição do poder de compra dos trabalhadores, da precarização e da instabilidade do emprego), a FNSFP faz algumas observações concretas:

- aposentaram-se no ano passado 14534 funcionários, mas admite-se que ingressem menos de metade (6419);

- o número de vagas descongeladas fica muito aquém dos trabalhadores abusiva e ilegalmente empregados com vínculo precário (mais de cem mil, segundo a federação);

- na Educação não há qualquer vaga para pessoal auxiliar e admitem-se apenas 10 vagas de administrativos, o que contrasta com as graves e conhecidas carências das escolas;

- este miserabilista descongelamento é condicionado pela existência de cobertura orçamental e pela prossecução de objectivos prioritários do Programa do Governo!



STAL saúda vitória na AR

O recuo do PSD, admitindo a rectificação do decreto-lei 55/95, foi saudado como «importante vitória dos trabalhadores, do poder local democrático e das populações» pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.

Em nota de imprensa emitida na passada sexta-feira - pouco depois de, na Assembleia da República, ter ficado decidido que as autarquias poderão realizar obras por administração directa de valores superiores a 20 mil contos, desde que tenham a aprovação da Assembleia Municipal respectiva - a Direcção Nacional do STAL manifesta a sua satisfação pelo facto de que, «culminando um largo conjunto de iniciativas (plenários de trabalhadores, apresentação de moções e pareceres às diferentes entidades, com destaque para os grupos parlamentares), os trabalhadores viram, em parte, reconhecidas as suas razões», uma vez que o PSD recuou e reconheceu a necessidade de rectificar aquele decreto, depois da iniciativa do PCP que chamou

o diploma governamental ao plenário parlamentar (ver notícia nas páginas da AR).

A obrigatoriedade de concessão a privados de obras camarárias em valor superior a 20 mil contos, pretendida pelo Governo e vivamente condenada por autarcas e trabalhadores, «iria levar a que não fossem correctamente aproveitados os recursos humanos e materiais das autarquias» e «punha em causa o emprego de milhares de trabalhadores e a realização de obras necessárias à melhoria das condições de vida das populações», recorda a nota do sindicato.

Ao congratular-se com esta vitória, o STAL realça o importante trabalho realizado pelo poder local, trabalho que «é reconhecido por todos, excepto pelo Governo». O executivo Cavaco/PSD é acusado de ter exercido, sobre as autarquias e os seus trabalhadores, «uma política de afrontamento, nomeadamente através da constante interferência na normal gestão do poder local, da redução de salários e da incapacidade de negociar».

Para exigir novo Governo e nova política

Barreiro sai hoje à rua

Para hoje, às 10 horas, no Parque Catarina Eufémia, foi convocada pela União dos Sindicatos de Setúbal uma jornada de luta dos trabalhadores e da população do concelho do Barreiro, com o objectivo de protestar contra o agravamento dos problemas económicos e sociais e para exigir a mudança da política e do Governo, a quem cabem as maiores responsabilidades pela actual situação.

«Da destruição do aparelho produtivo e da política e gestão erradas (de que são exemplos mais graves a Quimigal, como grande pólo industrial, e a CP) resultou e continua a resultar a redução de postos de trabalho e o consequente aumento do desemprego, a retirada de direitos aos trabalhadores e aos reformados, a falta de alternativa e de futuro para os jovens» - refere o comunicado que a estrutura distrital da CGTP distribuiu no concelho, a apelar à participação na jornada de hoje.

No documento pergunta-se «que futuro teremos perante a realidade actual», referindo uma série de casos concretos e recentes que afectaram trabalhadores de várias empresas e sectores: a **Plasquisa**, confrontada com mais uma penhora; a **RMC**, em situação de *lay-off*, com salários em atraso e com o futuro ameaçado; a **Quimigal** e as empresas resultantes da *reestruturação*, confrontadas com as consequências do processo de privatização; a **Quimigal Adubos**, em luta por melhores salários; os **ferroviários**, que continuam a bater-se contra as discriminações, pelo direito à contratação colectiva, contra a repressão e os despedimentos; a **administração local**, com o Governo a recusar a discussão da Carta Reivindicativa; a **Lusol**, onde está anunciado o encerramento do sector das mar-

garinas; a **Sotinco**, que ainda não actualizou os salários este ano e pretende reduzir o pessoal; a **Fisipe**, que enfrenta um processo de privatização do capital detido pela Quimigal, a par dos problemas resultantes da sobrevalorização do escudo e do aumento das matérias-primas.

A União dos Sindicatos de Setúbal defende «uma nova política, que promova o desenvolvimento assente numa maior justiça social, garantindo o acesso à educação, à saúde, à segurança social e à habitação» e que «desenvolva o sector produtivo nacional, o emprego e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas».

Congresso dos Metalúrgicos e Mineiros em tempo de crise, resistência e luta

Com a participação de 220 delegados e cerca de 300 convidados, realiza-se amanhã em Aveiro o 6º Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, que tem por lema «Organizar e lutar, por um futuro melhor».

Uma nota da Comissão Executiva da FSMMP/CGTP, divulgada anteontem, adianta que no relatório de actividades desenvolvidas desde o 5º Congresso (Abril de 1991), que será apresentado pelo coordenador da federação, é referida a forte diminuição do emprego no sector naval (já teve 30 mil trabalhadores, conta hoje com 8 mil), no sector mineiro (tem 1500 dos 10 mil que já empregou), na metalomecânica pesada (que passou de 13600 para 1800), na Siderurgia (3673, contra os 6350 que teve) e no sector de «duas

rodas» (que já empregou 2500 pessoas, e hoje conta com 1625 trabalhadores).

A redução do emprego reflectiu-se na vida e na acção dos sindicatos, que encetaram e vão prosseguir medidas de reestruturação sindical, administrativa e financeira, de rejuvenescimento e renovação de quadros e de sindicalização. O relatório vai referir alguns resultados já visíveis da aplicação destas medidas, nomeadamente a manutenção do número global de delegados sindicais (1147) e os 2499 novos sócios que se inscreveram nos sindicatos entre Outubro de 1994 e Março passado.

O congresso vai debater uma proposta de alteração dos estatutos, onde se prevê a criação de um Conselho Nacional de Representantes, «para garantir uma maior ligação da federação aos dirigentes de base», e

se atribui aos sindicalistas do sector que são dirigentes da CGTP o direito de participar nas reuniões da direcção da federação. Os delegados vão ainda eleger a nova direcção da FSMMP.

Indústria naval para amanhã

Foi convocada para amanhã uma greve de 24 horas dos trabalhadores da Lisnave e da Solisnor/Setenave, que exigem das administrações (subordinadas ao grupo Mello) o respeito dos compromissos assumidos em Agosto de 1994, nomeadamente no que se refere aos aumentos salariais, que deveriam ter sido concretizados a partir de 1 de Janeiro.

Além de não respeitar os compro-

missos assumidos, o grupo Mello pretende ainda retirar direitos e regalias, aumentar o valor relativo dos prémios face aos salários fixos e flexibilizar os horários de trabalho.

A greve de amanhã foi antecedida de plenários sectoriais e segue-se a outra paralisação que teve lugar no passado dia 4.

Na semana passada, deslocaram-se à sede da multinacional ABB representantes dos trabalhadores das empresas do grupo, ligadas à metalomecânica pesada, para protestar contra a «ofensiva feroz» da administração, que se recusa a negociar os cadernos reivindicativos, atenta contra direitos adquiridos, pratica a discriminação salarial, não respeita as leis em vigor e continua a exercer todo o tipo de pressões para reduzir postos de trabalho.

Palestina

Israel prossegue no processo de expropriação de terras palestinas. Apesar das críticas geradas pela recente confiscação de 53 hectares em Jerusalém Oriental, ocupada e anexada em 1967, Israel anunciou entretanto a expropriação de mais 120 hectares, para construção de bairros judeus, num processo de claro cerco e estrangulamento dos bairros palestinos na zona.

O ministro israelita da Habitação, Binyamin Ben Eliezer, a propósito destas novas ocupações de terras palestinas, fala de "combate pelo destino de Israel" e afirma que "ninguém tem o direito de ditar a Israel qual a conduta a adoptar no seu território soberano", ignorando assim os direitos palestinos em Jerusalém.

Entretanto está em debate no Conselho de Segurança da ONU um projecto de resolução sobre Jerusalém, apresentado pelos palestinos, onde se "deplora que Israel tenha confiscado terras em Jerusalém Oriental" e "pede ao governo israelita que anule imediatamente as medidas de expropriação".

EUA

Quase todas as mulheres com menos de 50 anos que são membros das Forças Armadas norte-americanas declaram-se vítimas de assédio sexual e quase um terço delas admite ter sido violada, indica um relatório.

O estudo, publicado pela Associação Médica norte-americana, destaca que o número de agressões contra as mulheres é muito mais elevado na comunidade militar do que na população civil em geral.

"As tentativas de agressão sexual e as agressões contra as mulheres são 20 vezes mais frequentes (na comunidade militar) que noutros serviços do Governo norte-americano", indica o relatório.

Segundo a sondagem, 90 por cento das mulheres militares com menos de 50 anos dizem ter sido vítimas de assédio sexual e cerca de 29 por cento de violação.

Cosmonautas

Dois cosmonautas russos saíram da estação espacial "Mir" para transferir uma pilha solar reutilizável. O passeio espacial prolongou-se por cinco horas.

Os cosmonautas Vladimir Dezhurov, comandante da missão, e Gennady Strekalov, engenheiro de voo, estão encarregados de transportar o referido componente de um dos módulos da estação espacial para outro, na perspectiva da chegada de um outro - de 20 toneladas - a 27 de Maio.

Amnistia

Um ano após a assinatura do acordo sobre a faixa de Gaza e Jericó, a "Amnistia Internacional" refere numerosas violações dos direitos humanos, de que são vítimas as populações palestinas.

Bósnia

A guerra interminável

Prossegue a guerra na Bósnia, com novo surto na região de Pakrac, enquanto os negociadores do grupo de contacto voltam a reunir em Paris.

No próprio dia em que expirava a frágil trégua de quatro meses na guerra da Bósnia - a 1 de Maio -, tropas croatas lançaram uma grande ofensiva contra os independentistas sérvios da região de Pakrac, com o objectivo de assumir o controlo de parte de uma auto-estrada que liga Zagreb, a capital croata, ao resto do país, cortada pela criação de um enclave sérvio.

Uma das múltiplas divisões territoriais, fruto de uma guerra que passa pela mútua afirmação do poder - político e territorial -, e pela "purificação étnica" que separa fisicamente populações, perseguidas e expulsas das suas casas.

Dos 500.000 sérvios hoje refugiados na Sérvia, 200.000 são da Croácia. Um quadro de refugiados que se repete por todo o lado, com populações de diversas proveniências.

A ofensiva croata chegou até Jasenovac, perto da fronteira com a Bósnia, aldeia

tristemente célebre por ter albergado um campo de concentração do regime croata pró-nazi durante a segunda guerra mundial.

A resposta dos sérvios concretizou-se em bombardeamentos a cidades croatas, nomeadamente Zagrebe, a capital, onde morreram cinco pessoas e ficaram feridas cento e vinte.

Uma nova escalada numa guerra interminável, que decorre de paralelo com o insucesso das iniciativas diplomáticas.

Entretanto, há quem renove esforços de alimentar mais ainda o braseiro.

O primeiro-ministro bósnio, Haris Silajdzic, parece apostado em relançar a proposta de suspensão do embargo de armas e defende a estranha tese de "mais armas, menos combates". Pretensão em que é explicitamente apoiado pelo partido republicano nos Estados Unidos. O dirigente da maioria republicana no Senado, Bob Dole, já anunciou a sua



O recomeçar da guerra, após uma frágil trégua

intenção de pedir uma votação para o levantamento do embargo de armas, em favor da Bósnia.

Em debate, igualmente, e mais uma vez, a possibilidade de bombardeamentos, por aviões da Nato, das forças sérvias em torno de Sarajevo.

Na sequência desta nova escalada da guerra, o antigo presidente Jimmy Carter, que promoveu o acordo que levou ao período de tréguas que agora expirou, criticou a

acção do grupo de contacto para a ex-Jugoslávia (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Rússia), que tem vindo a impor, como condição para futuras negociações, o seu plano de divisão da Bósnia.

Nestes dias, os principais responsáveis das Nações Unidas na ex-Jugoslávia encontraram-se em Paris, com o Secretário-Geral da ONU, Butros Ghali, para discutir formas de fazer face à

deterioração da situação na Croácia e Bósnia.

Para além de Butros Ghali, participam nesta reunião o enviado especial da ONU, Yasushi Akashi, o mediador Thorvald Stoltenberg, assim como o general Bernard Janvier, que comanda a FORPRONU (Força de Protecção das Nações Unidas) na ex-Jugoslávia, e o general Rupert Smith, chefe dos capacetes azuis na Bósnia.

Tratado de Não-Proliferação Nuclear Prorrogação indefinida gera polémica

O presidente da câmara municipal de Hiroshima, a cidade devastada pela primeira bomba atómica em 1945, criticou a prorrogação indefinida do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Takashi Hiraoka considerou como "extremamente lamentável" que a prorrogação tivesse sido aprovada por 178 países signatários sem que tenha sido apresentado qualquer plano concreto para acabar com o armamento nuclear em todo o mundo.

O director do Centro Cultural japonês da Paz, Minoru Omuta, comentou que é "muito doloroso" para os habitantes de Hiroshima que não tenha sido feita qualquer menção a favor da eliminação das armas nucleares.

Quatro países árabes do Médio Oriente (Egipto, Iraque, Líbia e Síria) recusaram-se a apoiar a prorrogação indefinida do Tratado por Israel não ter aderido ao documento e terem a certeza de que o estado judaico possui armas nucleares.

Segundo os peritos internacionais em armamento nuclear, Israel, Paquistão e Índia, que não assinaram ainda o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, são as quatro potências militares atómicas "encobertas" que há que juntar às cinco "oficiais".

Outros países não-alinhados manifestaram objecções às pressões ocidentais para conseguir sem votação a prorrogação indefinida do tratado.

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em vigor desde 1970, foi prorrogado por tempo indeterminado.

Na sequência de uma conferência que se prolongou por quatro semanas na sede da ONU, em Nova Iorque, os delegados dos mais de 170 países signatários do Tratado decidiram, por maioria, sem votação, que o TNP "permanecerá em vigor por uma duração indefinida".

Três documentos acompanham a decisão de prorrogação.

O primeiro desses documentos diz respeito ao "reforço" dos mecanismos de exame do funcionamento do TNP, tendo a próxima conferência de exame do Tratado sido fixada para o ano 2000.

O segundo contém os "princípios e objectivos da não-proliferação e do desarmamento nucleares", de acordo com um conceito inspirado pela África do Sul, o único Estado voluntariamente desnuclearizado. Este documento evoca um "programa de acção" tendo em vista o desarmamento nuclear, designadamente a conclusão pela conferência de Genebra, "o mais tardar em 1996", de negociações sobre o tratado de proibição total de ensaios nucleares.

O terceiro documento diz respeito ao Médio Oriente. Inicialmente apresentado por 14 dos 22 membros da Liga Árabe, apontava Israel como potência nuclear "de facto", solicitando que o Estado hebraico adira sem demora ao Tratado e coloque todas as suas actividades nucleares sob o controlo da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA).

Os Estados Unidos recusaram que Israel fosse nomeado explicitamente e o documento sobre o Médio Oriente, finalmente co-aceite por Washington, Moscovo e Londres, os três países depositários do Tratado, apela aos Estados que ainda não o fizeram para que adiram quanto antes ao TNP.

O TNP limitou de facto a proliferação das armas nucleares, consagrando entretanto a vantagem nesta matéria das potências nucleares inicialmente declaradas - EUA, Rússia, França, Grã-Bretanha e China.

As principais disposições do Tratado de Não-Proliferação Nuclear estão contidas em 11 artigos.

Artigo 1: Todo o Estado equipado com armas nucleares compromete-se a não transferir para quem quer que seja armas ou outros dispositivos nucleares explosivos, e a não ajudar, encorajar ou instigar de qualquer forma um Estado não dotado com armas atómicas a fabricar ou adquirir armas nucleares.

Artigo 2: Todo o Estado não equipado com armas nucleares compromete-se a não aceitar de quem quer que seja a transferência de armas nucleares, a não fabricar nem adquirir armas nucleares.

Artigo 3: Todo o Estado equipado com armas nucleares compromete-se a aceitar as garantias constantes num acordo com a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), tendo em vista impedir que a energia nuclear seja desviada das suas utilizações pacíficas para o fabrico de armas nucleares.

Artigo 4: Nenhuma disposição do Tratado será interpretada como atentatória do direito inalienável de todas as partes signatárias desenvolverem os seus próprios programas de investigação, produção e utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Artigo 5: Cada Estado signatário do Tratado compromete-se a adoptar medidas apropriadas para garantir que as vantagens decorrentes das aplicações pacíficas do nuclear sejam acessíveis aos restantes Estados não equipados com armas nucleares, numa base não discriminatória.

Artigo 6: Cada uma das partes signatárias compromete-se a aceitar de boa-fé negociações conducentes à cessação da corrida aos armamentos nucleares e ao desarmamento nuclear, bem como sobre o Tratado de desarmamento geral e completo, sob um controlo internacional estrito e eficaz.

Os artigos 7 e 8 dizem respeito à possibilidade de celebração de acordos regionais e às modalidades de revisão do TNP.

O artigo 9 especifica que é considerado como sendo Estado nuclear qualquer país que "tenha feito explodir uma bomba nuclear" antes de 1 de Janeiro de 1967.

O artigo 10 estatui o direito de desvinculação do TNP e o artigo 11 estabelece como países depositários das cópias do TNP os governos dos Estados Unidos, Rússia (ex-União Soviética) e Grã-Bretanha.

Argentina Reeleição de Menem num quadro de crise

As eleições presidenciais agora realizadas na Argentina confirmaram a prevista reeleição de Carlos Menem, num quadro socioeconómico entretanto marcado por profundas desigualdades, uma situação de crise e o reagitar da questão candente dos desaparecidos, que o poder bem tem tentado lançar no esquecimento.

Carlos Menem foi reeleito à primeira volta com mais de 49 por cento dos votos. Em segundo lugar - com 29,5% dos votos - ficou outro candidato da área peronista, José Octavio Bordón da Frepaso (Frente para um País Solidário), uma heterogénea força política que de facto apoia a política neoliberal de Menem, questionando entretanto os seus elevadíssimos custos sociais. O principal partido da oposição tradicional - a União Radical Cívica - passou à terceira posição.

Um dado importante no panorama político do país é o recuo espectacular da extrema-direita, cujo candidato Aldo Rico, do Movimento para a Dignidade (Modin) apenas obteve 2% dos votos (contra 11% em 1993).



Mães da Praça de Maio acusam Menem, em véspera das eleições, de tentar comprar votos oferecendo dinheiro aos familiares das vítimas

Os resultados eleitorais não podem entretanto ocultar a gravidade da situação do país no plano socioeconómico. Toda a campanha eleitoral foi marcada por manifestações contra a política ultraliberal do

presidente agora reeleito. Num país em que tudo está privatizado (do gás aos correios, passando pela saúde) crescem os protestos populares contra os projectos de liquidação da escola pública e do serviço de

saúde ainda existente e contra um imposto sobre consumo, fixado em 21%, e que naturalmente penaliza em particular os trabalhadores, deixando de fora as fortunas acumuladas pelo patronato.

O país conta neste momento com quatro milhões de desempregados e uma dívida externa de 100 mil milhões de dólares.

Ao longo de todo o período eleitoral, uma das questões particularmente agitadas foi a dos desaparecidos - as 30.000 vítimas da ditadura -, e a impunidade de que gozam os seus algozes, por mão do presidente reeleito, que assinou os respectivos decretos de amnistia. Em 4 de Maio, as Mães da Praça de Maio voltaram a exigir a anulação de tais decretos.

Neste período foram entretanto surgindo algumas declarações públicas de responsáveis directos ou indirectos (por convívio, como foi o caso da Igreja) pelos massacres da ditadura militar. Assumiu particular relevância a confissão do general Balza, ao abalar o pacto de silêncio entre os militares argentinos, devidamente escudados no poder político.

Na opinião de Fernando Solanas, da Alianza Sur (que reúne comunistas, socialistas, cristãos, independentes, peronistas de esquerda), "não haverá pacificação nem forças armadas democráticas enquanto não for feita justiça".

Num documento intitulado "Direitos do homem: um ano de esperanças iludidas", a organização sediada em Londres responsabiliza as forças de segurança israelitas e palestinianas por violações dos direitos humanos, com destaque para a tortura de presos.

De acordo com este relatório, no espaço de um ano as autoridades israelitas prenderam 6.000 pessoas, algumas das quais por simples delito de opinião, havendo casos de detenção até 30 dias sem acesso a um advogado, ou durante 140 dias sem visitas de familiares.

"O governo israelita aceita e até recomenda mesmo métodos de interrogatório que não excluem agressões e a privação prolongada do sono", escreve a Amnistia Internacional. Um guia secreto dos sistemas de interrogatório autoriza a utilização de "pressões físicas moderadas".

A tortura dos presos durante os interrogatórios ganhou maior incidência após o atentado de Outubro em Telavive que causou 22 mortos e foi reivindicado pelo Movimento da resistência islâmica (Hamas).

A Amnistia cita o caso de um palestiniano de Hebron (Cisjordânia) cuja morte foi anunciada depois de ter sido interrogado durante três dias pelos serviços de segurança israelitas. Abdel Samed Hrizat, 30 anos, sucumbiu a torturas, afirma a A.I. citando um médico legista escocês que participou na autópsia.

Em relação aos territórios sob controlo das autoridades palestinianas, a Amnistia diz que centenas de pessoas foram interpeladas e detidas sem culpa formada e julgamento, não tendo tido acesso a advogados ou familiares.

Milhões de refugiados e emigrantes

Em todo o Mundo, travam-se presentemente 56 guerras, na sua maioria conflitos internos, afirma o "Relatório de 1995 de Desastres Mundiais", divulgado pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho.

Segundo o documento, apresentado em Londres, há pelo menos 17 milhões de refugiados, 26 milhões de pessoas desalojadas no interior dos seus próprios países e 100 milhões de emigrantes económicos, "todos vítimas do fracasso do desenvolvimento e da diplomacia".

Em 1995, acrescenta, ocorreram "desastres totais" no Ruanda, Afeganistão e Bósnia, bem como em Moçambique, Iraque, Etiópia, Haiti, Somália e Sérvia.

A Federação Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho crê ser altura de se pedir uma urgente análise da forma como actuam as agências humanitárias, nomeadamente da maneira como tratam o crescente papel das forças armadas internacionais, visto que tais factores, se mal utilizados, impedem o auxílio.

Uma das principais conclusões do relatório é de que só "altos níveis éticos e de profissionalismo podem, em última análise, garantir a segurança e eficácia de agências humanitárias que operam num mundo onde o número de conflitos violentos aumenta".

Rápidas mudanças políticas e económicas, urbanização e industrialização, degradação ambiental e crescente pobreza resultam em mais guerras, declara o relatório.

Para George Weber, secretário-geral da Federação, "a comunidade internacional apoia-se cada vez mais no sistema humanitário, mas este também tem os seus problemas, porque os recursos financeiros são distribuídos menos em função das necessidades do que dos interesses mediáticos e políticos". E acrescenta: "As organizações humanitárias nunca devem esquecer que têm por vocação, não servir os seus doadores, mas os 43 milhões de pessoas deslocadas no mundo, os 160 milhões de sisnistrados e, mais ainda, os dois mil milhões de pessoas que vivem numa situação de profunda miséria social e material."

Irlanda Sinn Fein e Londres Encontro em Stormont

"Assistimos hoje à queda de mais um obstáculo no caminho da paz. Desejo ardentemente que seja o último", declarou o dirigente da Sinn Fein, Martin MacGuinness, quando do primeiro encontro oficial entre uma delegação da ala política do Exército Republicano Irlandês (IRA) e uma representação do governo de Londres, em Stormont, perto de Belfast, no passado dia 10.

Este encontro, considerado por Londres como "discussões exploratórias" (fase que a Sinn Fein desejaria ver ultrapassada), vem na sequência da trégua decretada pelo IRA, em Setembro passado, após vinte e cinco anos de luta armada contra as forças britânicas. E quase coincidiu com as comemorações, em Belfast, do 14º aniversário da morte de Bobby Sands, em que participaram muitos milhares de pessoas.

O encontro deveria servir, no fundamental, para fixar uma ordem de trabalhos e um calendário de negociações, e foi precedido de contactos do secretário de Estado britânico para o Ulster, Michael Ancram, e dirigentes do movimento protestante, que entretanto também decretou uma trégua por tempo indeterminado.

Este primeiro contacto oficial deverá abrir caminho a negociações difíceis, em que estão em causa, tanto a desmilitarização da Irlanda do Norte como o referendo quanto ao seu futuro e, finalmente, as perspectivas de uma unificação de toda a Irlanda (os unionistas protestantes continuam a defender a integração no Reino Unido).

Para facilitar o processo negocial, Sinn Fein aceitou a discussão separada do arsenal do IRA, sem ligar directamente esta questão à desmilitarização geral da Irlanda do Norte, que continua a ser considerada como questão fulcral.

Em contrapartida, Londres iniciou a retirada de uma parte dos 17.500 soldados britânicos colocados na Irlanda do Norte e o desmantelamento da polícia local.

Quanto à perspectiva de autodeterminação da Irlanda do Norte, Sinn Fein continua a exigir um único referendo na Irlanda em vez de dois - um no Norte, o outro na República da Irlanda, como é defendido por Londres. Um referendo realizado apenas no Norte consolidaria a posição dominante dos protestantes maioritários, consagrando uma situação desfavorável à minoria católica. O que corresponderia a relançar o país num clima de confronto e violência.

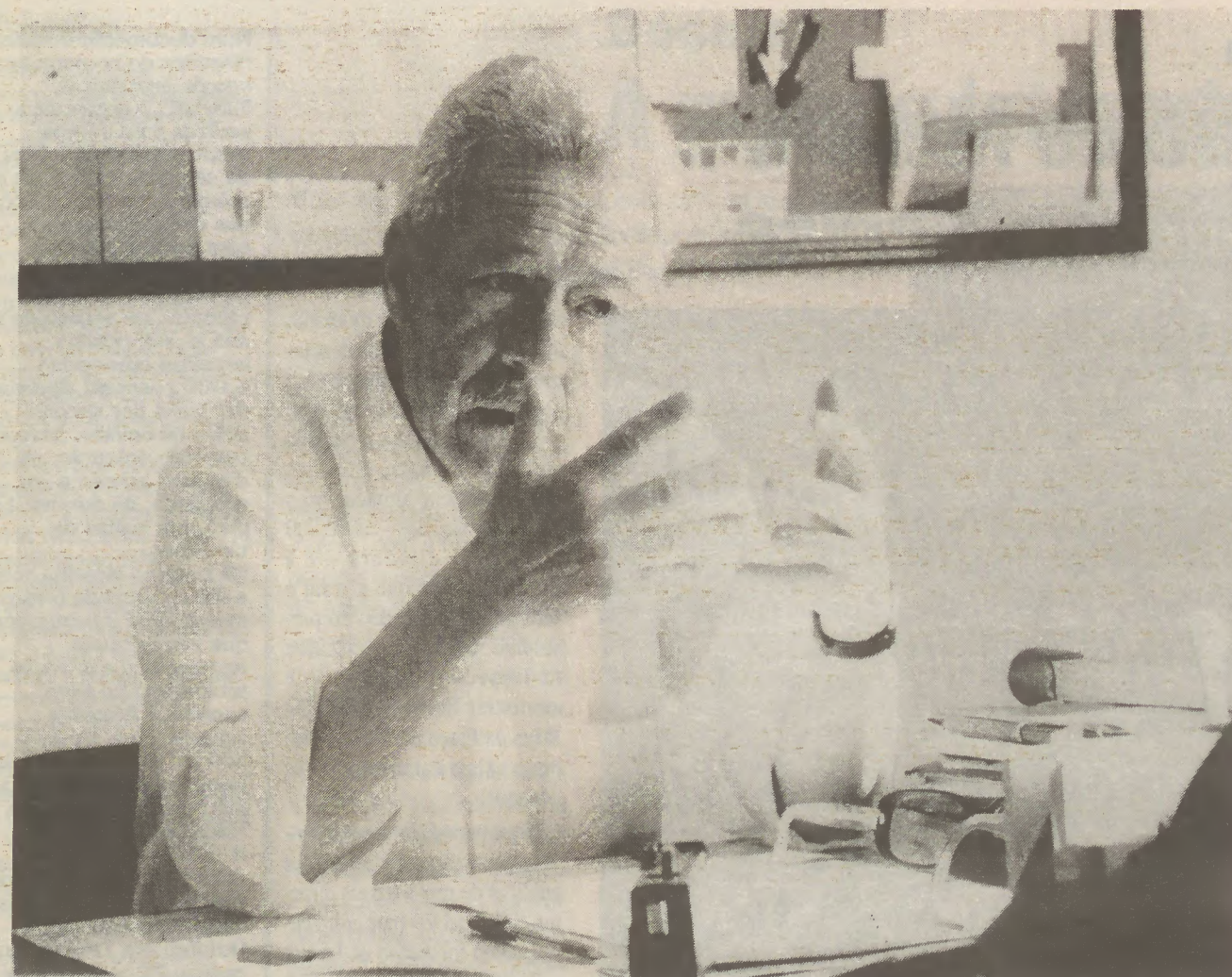
Em recente entrevista a "L'Humanité", diário do Partido Comunista Francês, Gerry Adams, dirigente de Sinn Fein, manifestou a sua confiança numa futura unificação da Irlanda, sublinhando: "É o momento de acelerar o movimento, não apenas na busca de uma possível unidade irlandesa, mas sobretudo tendo em conta a realidade de autodeterminação nacional irlandesa. Quer isto dizer que os irlandeses devem decidir por si qual o tipo de sociedade que pretendem. Sinn Fein acredita numa Irlanda unificada com um governo e estruturas descentralizadas."

Imigrantes

O ultraconservador Patrick Buchanan, possível candidato presidencial às eleições presidenciais nos Estados Unidos, propôs a suspensão, por cinco anos, da admissão de quaisquer imigrantes nos Estados Unidos. Buchanan afirma que o país está ameaçado por uma "invasão".

Sida

Um total de 31.221 casos de sida foi recenseado pelos serviços sanitários de Espanha em 31 de Março de 1995, desde o início da epidemia em 1981, o que representa um aumento de 13% nos últimos seis meses. Desde 1981, mais de 16.000 pessoas morreram com sida. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a sida é actualmente a primeira causa de mortalidade no país (21% entre os homens e 15% entre as mulheres) na população entre 25 e 34 anos, a que se seguem os acidentes automóveis. Calcula-se que o número de seropositivos é de cerca de 150.000 pessoas, dos quais 81,7% dos casos declarados são homens. A injeção de drogas por via intravenosa representa a primeira causa de transmissão do vírus (64,5%).



Eles fazem parte das nossas vidas. Mesmo quem nunca precisou de recorrer aos seus préstimos, gosta de saber que estão lá, 24 horas por dia, prontos a acorrer a uma chamada que é sempre de urgência, seja para levar um doente ao hospital, libertar alguém preso num elevador ou abrir uma porta cuja chave se esqueceu. Eles são os Bombeiros Voluntários, esses "soldados da paz" tantas vezes incompreendidos, a quem se exige até o risco da própria vida, numa sociedade em que cada vez mais o individualismo e a indiferença fecham as portas à solidariedade. Eles são, nas palavras de Salvador da Luz, presidente da Associação de Bombeiros Voluntários de Queluz e presidente (há vários anos e eleito por unanimidade) da Federação Distrital de Lisboa de Bombeiros Voluntários, a prova inequívoca de que em Portugal permanece vivo o espírito solidário e generoso de contribuir para o bem comum. Homem de muitas causas, desde os 17 anos devotado à missão de intervir lá onde faz falta o espírito de iniciativa e de sacrifício, Salvador da Luz é um reformado sem tempos livres, defensor do trabalho unitário e da acção colectiva, que faz da situação dos bombeiros em Portugal uma análise serena, sem regatear reconhecimentos que considera devidos, nem críticas onde elas se justificam.

Todos os anos, assim que começa o calor, Portugal começa a arder; também todos os anos se fazem grandes promessas para a resolução do problema e o País continua a arder. Que ponto da situação se pode fazer hoje, quanto à capacidade de intervenção dos bombeiros?

Como é do conhecimento de todos, os fogos florestais têm sido um grande flagelo para o nosso país. Até 1992, procurava-se explicar os fogos com causas que nada tinham a ver com a realidade: invocavam-se as condições climáticas, a proximidade do Mediterrâneo, etc. Como se os fogos fossem uma fatalidade. E, sobretudo, situavam-se todas as atenções no combate aos próprios incêndios, depois do fogo deflagrar.

Para cúmulo, como os bombeiros eram chamados para situações já incontornáveis, pretendeu-se atribuir-lhes uma certa incapacidade para enfrentar o flagelo.

Em 1992, começou-se a inverter a situação em termos de conceitos. Reconheceu-se que os bombeiros não tinham culpa nenhuma, porque não podiam enfrentar situações incontornáveis; que o Governo se tinha limitado a fazer face ao problema da forma mais fácil, ou seja, através da atribuição de cheques de subsídios aos bombeiros; e que se descurava quase completamente a prevenção, vigilância e preservação do património florestal.

Reconheceu-se que não havia ordenamento florestal do País, nada, enfim, que reduzisse as causas dos fogos e impedisse a sua propagação rápida e incontornável. Não havia aquilo a que se pode chamar o combate a montante, isto é, antes dos fogos eclodirem.

É claro que ouve vozes a denunciar a situação e a procurar uma abordagem correcta do problema, designadamente do Partido Socialista e do Partido Comunista, na Assembleia da República, mas essas vozes só começaram a encontrar eco a partir de 1992. É nessa altura que o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, apercebendo-se desta situação gravíssima, convoca os comandantes e presidentes de Federações de bombeiros de todo o País para uma célebre reunião na Figueira da Foz, convidando-os a fazer comunicações sobre a situação real dos bombeiros em particular e dos fogos florestais em geral.

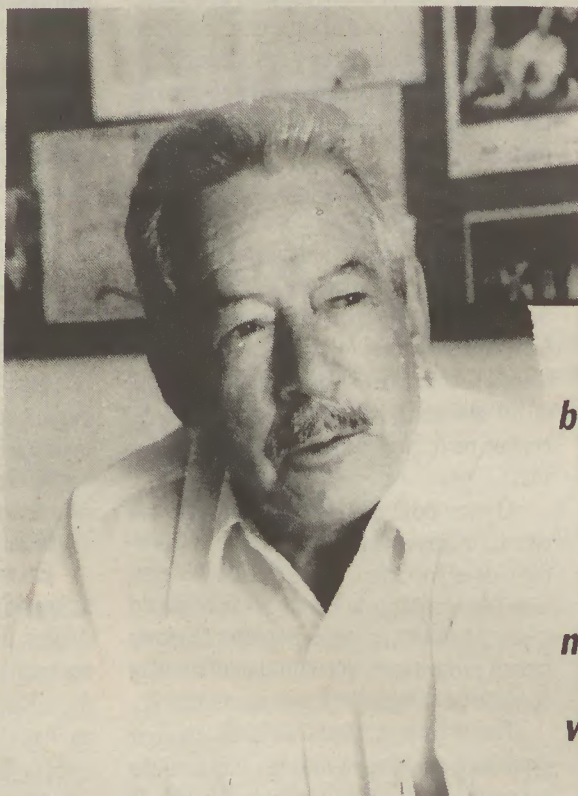
É a partir dessa reunião que o ministro - e sublinho que falo do ministro e não do Governo - começa a fazer um discurso sério, quer no respeitante ao papel dos bombeiros na sociedade portuguesa, quer às reais causas dos fogos florestais.

O que é que isso significa, um discurso sério?

Significa que o ministro foi capaz de fazer uma análise da situação dos bombeiros, defendendo o voluntariado e o associativismo na sociedade portuguesa, reconhecendo os factores perversos da sociedade actual que têm implicações negativas para a disponibilidade dos cidadãos para funções de voluntariado e de associativismo, e apontando como causas reais dos fogos florestais precisamente a ausência de medidas a montante, ou seja, de vigilância e prevenção. É reconhecido que estas medidas são difíceis de implementar de um momento para o outro, mas que são indispensáveis.

Digamos que o discurso está feito de uma maneira correcta. E a prática?

O que se verificou na prática, até hoje, foram algumas medidas de maior apoio de combate aos fogos, algumas medidas de reforço dos grupos de intervenção durante a época de fogos, mais um ou dois helicópteros... As medidas de fundo, designadamente no que toca ao ordena-



mento florestal, não foram concretizadas. Não foi por acaso que, num congresso florestal realizado na Figueira da Foz, em Dezembro do ano passado, em que participaram técnicos e cientistas nesta matéria, se sublinhou a falta de uma política firme do Governo neste âmbito. O pró-

Quando a sirene toca

Entrevista com Salvador da Luz

Texto Anabela Fino Fotos Jorge Caria

O grupo parlamentar do PCP apresentou um projecto de alteração a essa lei que obriga os bombeiros a tirarem uma licença para fazer o serviço de ambulâncias, e teve o cuidado de o enviar previamente à Liga dos Bombeiros Portugueses. A Liga aprovou-o de imediato, considerando-o correcto, pois vem ao encontro das aspirações dos bombeiros nesta matéria

prio "Avante!", na altura, referiu os escândalos ligados ao reflorestamento, denunciando como indivíduos instalados em várias instâncias do Poder se abotaram com verbas destinadas a florestação que não foi realizada.

Pode dizer-se que hoje temos o conhecimento exacto do que é preciso fazer no que toca aos fogos florestais, só que as medidas de fundo não foram ainda implementadas.

No que respeita aos bombeiros em si, como estrutura social, sem dúvida nenhuma que se produziram grandes avanços.

Que avanços?

Medidas legislativas de apoio, conseguidas com a luta dos bombeiros, que reforçam esta vertente do voluntariado e do associativismo no seio dos bombeiros. Se é verdade que houve reivindicações muito fortes nesse sentido, não há dúvida nenhuma também que o ministro da Administração Interna acolheu muitas dessas exigências. A publicação do que se chamou o "edifício institucional dos bombeiros portugueses" é um marco muito importante no domínio da legislação. Pela primeira vez, ficou consagrado o valor do voluntariado e do associativismo nas associações de bombeiros.

Mas os bombeiros não são todos voluntários...

É verdade, mas os voluntários são a grande maioria. Há vários tipos de bombeiros no País: os bombeiros sapadores, em três ou quatro cidades portuguesas; os bombeiros privados, numa ou noutra empresa; os bombeiros municipais em três ou quatro municípios; e os bombeiros voluntários, em todo o País.

Para se perceber a importância dos voluntários, basta dizer que, enquanto os profissionais (sapadores e municipais) são à volta de dois mil, os voluntários são à volta de trinta e cinco mil. Ou ainda que cerca de um milhão e quatrocentos mil portugueses estão vinculados aos bombeiros voluntários e associativos, por força da sua cotização, ou seja, dão-lhes o seu apoio através da cotização.

Acrece, por outro lado, que os bombeiros voluntários têm cerca de oito mil dirigentes, a trabalhar gratuitamente por todas as associações do país, e que criaram e asseguram cinco mil postos de trabalho, de um modo geral sem salários em atraso, como acontece em tantas empresas.

E sem falências (mesmo com a falta de dinheiro e com os milhares e milhares de contos de dívida do Ministério da Saúde aos bombeiros), pois o voluntariado detém capacidades de sacrifício que não se verificam numa empresa privada.

Para se perceber a importância dos bombeiros voluntários, basta dizer que, enquanto os profissionais (sapadores e municipais) são à volta de dois mil, os voluntários são à volta de trinta e cinco mil

Voltando à questão do enquadramento legal, os bombeiros estiveram recentemente em peso na Assembleia da República, fazendo exigências...

É verdade. O que se passa é que, das reivindicações que os bombeiros vêm fazendo desde

há alguns anos, algumas já foram conquistadas, designadamente o edifício institucional dos bombeiros portugueses, o regime jurídico dos corpos de bombeiros, etc. Mas há duas questões que ainda não foram resolvidas: uma, é a actualização do estatuto social dos bombeiros; a

outra, é a alteração de uma lei perversa que o Governo criou, obrigando os bombeiros a terem um alvará para exercerem o serviço de ambulâncias, o que, diga-se de passagem, já fazem há mais de cem anos.

Estas duas questões têm mobilizado as atenções dos bombeiros, e foi justamente o seu debate na Assembleia da República, no final de Abril, que levou à concentração referida.

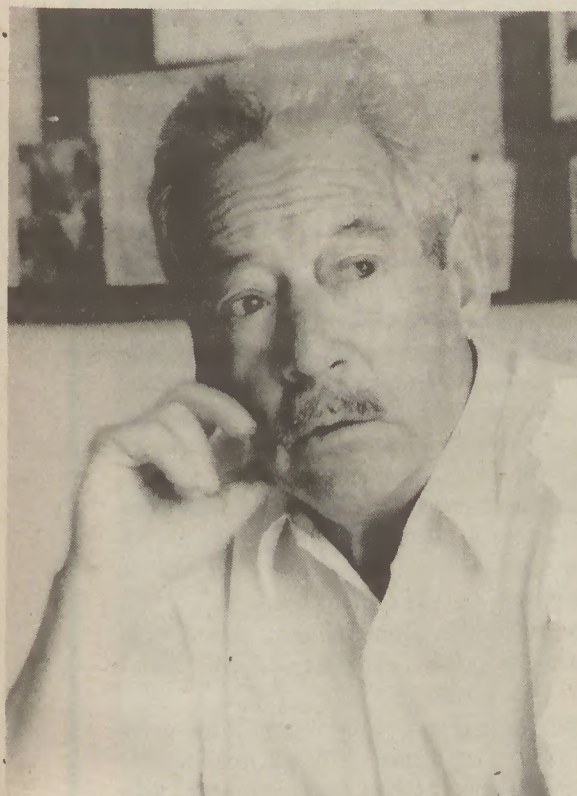
Concretamente, a AR apreciou um projecto de alteração ao estatuto social do bombeiro, que não nos satisfaz, pois omite muitas das nossas reivindicações. Os bombeiros foram à Assembleia para fazer sentir aos senhores deputados que deviam ter a maior atenção na revisão dessa legislação, tornando-a mais rica em direitos e regalias para os bombeiros.

Por outro lado, o Governo criou a tal lei que obriga os bombeiros a tirarem uma licença para fazer o serviço de ambulâncias, tal como as entidades privadas que se estão agora a criar. Nós repudiamos isso. Estamos de acordo que o serviço de ambulâncias seja feito por bombeiros ou por outras entidades, deve ser regulamentado, obedecer a parâmetros de higiene, segurança, etc., etc., mas não podemos aceitar que um serviço prestado há mais de cem anos, que está consagrado no estatuto dos bombeiros, que faz parte da sua vocação, que o próprio regime jurídico dos corpos de bombeiros reconhece como uma das suas actividades importantes, seja agora sujeito a uma licença, ainda por cima com requisitos inaceitáveis.

Os bombeiros protestaram contra a aplicação desta lei, o que levou o Governo a proelar a obrigatoriedade dos alvarás até ao passado dia 28 de Abril. Entretanto, o grupo parlamentar do PCP apresentou um projecto de alteração a essa lei, que teve o cuidado de enviar previamente à Liga dos Bombeiros Portugueses. A Liga aprovou-o de imediato, considerando-o correcto, pois vem ao encontro das aspirações dos bombeiros nesta matéria. Para além disso, a Liga tomou a iniciativa de contactar com os outros grupos parlamentares para conseguir o seu apoio a este mesmo projecto.

No dia 27 de Abril, quando os diplomas foram apreciados na Assembleia, os bombeiros apareceram ali em força, a dar a cara e a reforçar com a sua presença o apoio às alterações pretendidas.

No que respeita ao estatuto social dos bombeiros, todas as forças



O Povo português, apesar de todos os problemas da sociedade actual, não perdeu a sua vocação de solidariedade, de envolvimento com as coisas que servem a comunidade

políticas manifestaram a sua disponibilidade e receptividade para atender às reivindicações dos bombeiros; quanto ao projecto de alteração apresentado pelo PCP, todos se mostraram igualmente disponíveis para o apoiar. Os diplomas baixaram às comissões especializadas, e esperamos agora que o nosso "recado" seja devidamente traduzido em letra de lei.

Se os deputados, na prática, vierem a fazer o contrário daquilo que prometeram em plenário perante os bombeiros, naturalmente que serão encontradas formas de exprimir o seu protesto e descontentamento.

Quais são as principais reivindicações nesta matéria?

Quanto ao estatuto, é a introdução de regalias que até agora não existem. Perante o que designou por "crise de voluntariado" - fruto dos problemas sociais com que nos debatemos, tal como a violência, a agressividade, o individualismo, a competitividade, o sucesso individual - o próprio secretário de Estado reconheceu a necessidade de encontrar antídotos, ou seja, regalias, incentivos e estímulos para que os cidadãos, nomeadamente os jovens, sejam atraídos para os bombeiros. Incentivos esses que têm de ser consubstanciados no estatuto

O que se verificou na prática, até hoje, foram algumas medidas de maior apoio de combate aos fogos, algumas medidas de reforço dos grupos de intervenção durante a época de fogos, mais um ou dois helicópteros... As medidas de fundo, designadamente no que toca ao ordenamento florestal, não foram concretizadas

social, e que compensem, de certo modo, o sacrifício e a disponibilidade dos cidadãos para servir nos bombeiros ou no associativismo.

Reivindicamos, a título de exemplo, isenção de taxas moderadoras, isenção de propinas e taxas de inscrição para os jovens bombeiros, subsídios de estudo, direito de transporte público, aumento do tempo de serviço para efeitos de aposentação, benefícios fiscais para as entidades empregadoras...

As empresas levantam problemas à admissão de bombeiros?

Algumas, sim, porque já sabem que quando toca a sirene esse trabalhador larga o trabalho. As mais compreensivas dispensam, as menos compreensivas descontam. Outras, de todo em todo não admitem bombeiros. Isto é reconhecido pelo Governo. Por isso nós defendemos que as entidades empregadoras de bombeiros devem ter algumas regalias, para contrabalançar os efeitos da ausência desses trabalhadores em situações de sinistralidade.

O que pretendemos, ao fim e ao cabo, é criar estímulos para que os cidadãos continuem a ingressar nos corpos de bombeiros. Hoje, quem se dedica a esta actividade, seja como bombeiro, seja como dirigente associativo, é quase considerado louco, pois sacrifica-se sem nenhum benefício. O que pedimos não é nada de especial, mas apenas o incentivo suficiente para que este potencial do associativismo e do voluntariado em Portugal - uma raridade no mundo, uma virtualidade formidável do nosso povo - seja preservado.

Havia algum interesse em pôr termo a esse voluntariado e em criar um serviço de bombeiros totalmente profissionalizado?

Sem dúvida, sem dúvida.

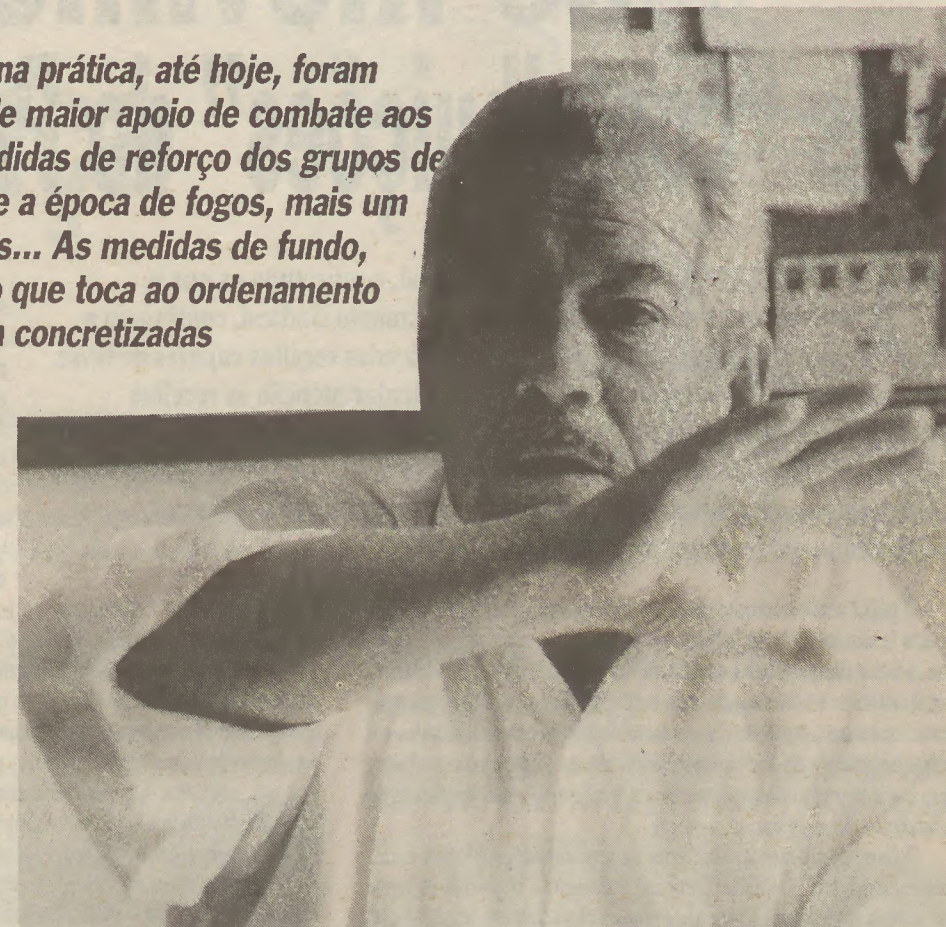
Houve uma grande ofensiva nesse sentido, mas por força da afirmação dos defensores do voluntariado e do associativismo, consagrado no regime jurídico dos bombeiros, essa situação modificou-se favoravelmente, pelo menos em termos teóricos. Mas atenção, o facto de defendermos esta posição não significa que não haja componentes remuneradas - a própria lei o prevê - para atender às situações de emergência. Com o crescimento urbano, com o desenvolvimento industrial, com o aumento da sinistralidade, essas situações não podem ser só resolvidas com os voluntários, têm que ter uma componente profissional que funcione em complementaridade com o voluntariado. E é o que se está a fazer.

Ora, se defendemos essa componente remunerada para dar resposta imediata às questões de emergência que se colocam, a todo o momento e a toda a hora, mais razões temos para defender os incentivos ao voluntariado para contrabalançar, digamos assim, os benefícios materiais que os remunerados detêm.

O exemplo de Queluz, como o de qualquer grande aglomerado populacional, demonstra que esta complementaridade é possível e necessária. Embora a esmagadora maioria dos nossos bombeiros seja composta por voluntários, a verdade é que as ambulâncias andam todo o dia na rua, e esse serviço não poderia ser feito só na base do voluntariado.

Em termos meramente económicos, a actividade dos bombeiros é rentável?

Falando numa linguagem mais crua, se isto é um bom negócio?



De maneira nenhuma. É um péssimo negócio. Por força do crescimento em flecha das despesas correntes - manutenção, luz, limpeza, serviços administrativos, meios técnicos -, a gestão não é nada fácil. Hoje os bombeiros já não vão combater fogos com carros puxados por um burro ou com cântaros de barro às costas; usam-se viaturas sofisticadas que custam muito dinheiro, não só para a sua aquisição como para a respectiva conservação.

As despesas totais dos bombeiros em Portugal, de um modo global, são de longe muito superiores às receitas que fazem; então entram o Estado, as Câmaras Municipais, para sustentar isto. Os bombeiros prestam um serviço público, que sem o voluntariado seria incomparavelmente mais oneroso.

O que implica uma grande estrutura organizativa, certamente...

Sem dúvida. Os bombeiros têm duas grandes estruturas: uma estatal e outra organizativa. A estatal contempla o Serviço Nacional de Bombeiros, que tem por missão formar e orientar técnica e disciplinarmente os bombeiros, para além das dotações orçamentais. A estrutura administrativa, por seu turno, abrange todos os bombeiros portugueses de uma forma voluntária e associativa; não depende do Estado, é completamente autónoma, rege-se por normas democráticas e os seus órgãos são escolhidos através de eleições. Hierarquicamente, temos no topo o Congresso Nacional, depois a Liga (órgão dirigente a nível nacional), as Federações distritais, as Concelhias e as Associações.

Trata-se de uma estrutura consolidada, prestigiada e com uma grande capacidade de resposta.

É uma grande dedicação por parte dos que nela participam...

Sim, esta actividade exige uma grande dedicação e um grande sacrifício, de tal modo que alguns dos "desgraçados" que estão à frente destas estruturas dedicam mais atenção aos bombeiros do que à sua profissão e à família somados. É de toda a justiça salientar o caso particular dos reformados que trabalham nos bombeiros, pessoas activas e extremamente úteis à sociedade, que dão hoje mais horas a esta actividade do que dariam aos seus empregos, se permanecessem no activo, e à família, tudo junto.

O que é que motiva alguém a ser bombeiro?

Eu creio que o Povo português, apesar de todos os problemas da sociedade actual, não perdeu a sua vocação de solidariedade, de envolvimento com as coisas que servem a comunidade. Esse é um bem que, felizmente, ainda se preserva. Não quero dizer que não haja pessoas que vêm para os bombeiros por uma questão de promoção, pela farda, o galão, o desfile... mas estou convencido de que a maioria esmagadora dos que estão nos bombeiros - e os dirigentes associativos nem sequer usam farda! - são movidos pela sua vocação de intervir, como de resto acontece nas colectividades, nos sindicatos, nas atarquiadas, até mesmo na política, em prol do bem comum.

Se se tiver em conta que todo o território nacional está coberto por associações de bombeiros - ao todo são 464 -, percebe-se até que ponto este espírito está vivo em Portugal.

Os problemas do movimento sindical e as "contribuições" do Prof. Boaventura Santos (1)

OS PROBLEMAS do movimento sindical, e sobretudo os que se prendem com a chamada crise do movimento sindical, continuam a suscitar abundantes análises e diversificadas receitas capazes de levar à sua superação. A este respeito merecem particular atenção as receitas desenvolvidas pelo professor Boaventura Santos na comunicação feita no colóquio organizado pela CGTP-IN, no passado dia 15 de Março em Lisboa, sobre o futuro do sindicalismo intitulada "Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal seguidas de um Apelo".

O papel real e concreto do movimento sindical na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e pelo progresso social é coisa que merece muito pouca atenção, numa comunicação, que constitui a mais extensa e condensada sistematização das teses ditas renovadoras, teses que, partindo de um facto objectivo (as dificuldades e o enfraquecimento do movimento sindical), na verdade o que defendem é a integração do movimento sindical no sistema, apelidada de refundação do movimento sindical.

O movimento sindical enfrenta na actualidade problemas extremamente difíceis. O capital coloca abertamente o objectivo de liquidar a mais importante forma de organização e representação social dos trabalhadores.

Tal como o professor Boaventura, também nós consideramos a renovação do movimento sindical, superando atrasos e respondendo aos novos problemas, como uma tarefa imperiosa. Mas as nossas concordâncias terminam aqui. Somos pela superação das dificuldades do movimento sindical, mas pensamos que hoje, tal como ontem, isso passa pela salvaguarda da sua natureza de classe, passa também pelo combate às tendências liquidacionistas, quer venham do capital, quer venham daqueles que, apresentando-se sob a fraseologia "renovadora-refundadora", convergem objectivamente no mesmo objectivo.

A teoria da renovação-refundação desenvolvida pelo professor Boaventura Santos, tal como várias outras anteriormente surgidas (José Judas e A. Teodoro entre outros), o que recomenda é que o movimento sindical se transforme numa espécie de organização de solidariedade social, numa organização abstracta de cidadãos que, liberta dessa coisa que é a contestação social, tenha como objectivo supremo "civilizar o capitalismo" ou, na expressão de outros, "democratizá-lo".

"Equidistâncias"...

Confundindo causas e efeitos, sobrevalorizando as novas formas de organização do trabalho (as novas formas de exploração do trabalho assalariado, diremos nós) em função das novas tecnologias, não conseguindo perceber que as reestruturas em curso e a ofensiva brutal contra as condições de vida e os direitos dos trabalhadores, a que assistimos na actualidade, se prendem com a questão do processo de valorização do capital no quadro da fase actual da crise do capitalismo, o professor Boaventura mantém-se pretensamente equidistante face ao trabalho e ao capital, divagando sobre conceitos como "flexibilização das relações de produção", "relação salarial", "relação de produção e na produção", como se o lugar dos trabalhadores e dos capitalistas na produção e na apropriação dos seus resultados não fosse determinada pela posição subordinada e subordinante, em consequência de uns serem os detentores dos meios de produção e os outros terem apenas a sua força de trabalho.

Concebendo a sociedade capitalista como uma abstracção subjectiva, pairando acima do mundo das classes, da sua natureza e da sua luta, ignorando conceitos como correlação de forças, condições objectivas e subjectivas de luta, partindo de uma sociedade em que prolifera "uma imensidão de pequenos e médios empresários sem prática nem cultura capitalista" e na qual não "vislumbra ainda um padrão civilizado e consistente de relações entre trabalhadores e empresários", o professor Boaventura lança-se numa diatribe contra o movimento sindical, um movimento que é co-responsável "pelos erros do passado que desembocam no presente".

Assumindo-se como uma espécie de comandante em chefe dos processos sociais e teorizando confusamente sobre formas de luta, verbera os sindicatos por se terem enredado na abstrusa "estratégia defensiva dominada pela lógica da guerra de posição" quando deveria predominar "a lógica da guerra de movimento", deitando pela borda fora a rica e heróica luta dos trabalhadores, luta sem a qual a exploração e a miséria seriam incomparavelmente maiores.

Para o professor, um movimento sindical como este está irremediavelmente perdido, pelo que é urgente renová-lo começando-se por reformar os sindicalistas que "há 20 anos enfrentam os mesmos padrões" e pondo-se fim ao sindicalismo contestatário, um sindicalismo que "ao centrar-se prioritariamente nas questões do emprego

e do salário" leva "os sindicatos a tenderem a desinteressar-se dos desempregados, das mulheres, dos reformados...".

É pena que o sociólogo de Coimbra não tenha explicado o que entende por "cultura capitalista" ou por "capitalismo civilizado" ou se sabe sequer que o salário e o emprego são determinantes para as condições de vida de quem trabalha, mas se não nos esclarece quanto a isto, esclarece-nos suficientemente quanto ao que entende por nova cultura sindical, que, na sua opinião será talvez o maior desafio "com que se confronta o movimento sindical".

Assim, ficamos a saber que hoje o trabalhador "está menos interessado em eliminar o patrão do que forçá-lo a agir de modo a que dignifique o trabalho e o trabalhador e que conceda igualdade de condições quando não há nenhum motivo razoável ou justo para a desigualdade".

"Civilizar o capitalismo"?!"

Acerca da nova cultura sindical fica-nos uma dúvida e uma certeza. A dúvida é quanto ao entendimento que o professor terá da velha mania dos trabalhadores "em eliminar o patrão" (se o é no plano pessoal ou se o é como classe). A certeza é que para o professor, a grande tarefa do movimento sindical na hora presente é "civilizar o capitalismo".

Apesar da extensão da citação atente-se na prosa que se segue. "Os trabalhadores são cidadãos que trabalham e os sindicatos só farão justiça às suas preocupações e aspirações se os reconhecerem acima de tudo pelo seu estatuto de cidadãos. Para isso, a cultura sindical terá de mudar. Sem renunciar à história, sem a qual não estaríamos onde estamos hoje (obrigado professor pela sua atenção), é preciso substituir uma cultura obreirista, que associa progresso a crescimento do PIB, por uma cultura de cidadania activa para além da fábrica".

Ao professor, que nitidamente conhece pouco da luta dos trabalhadores, cabe perguntar: Onde e quando é que viu o movimento sindical (que intervém em torno de um conjunto muito vasto de reivindicações económicas, políticas, sociais e culturais) associar "progresso ao crescimento do PIB"?

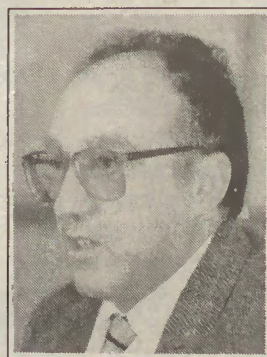
Saberá o professor que é precisamente com esse slogan dito "obreirista" que governos e reformistas de diferentes matizes de toda a Europa convidam os trabalhadores a sacrificar salários, emprego estável, segurança social pública, etc., para assegurar altas taxas de lucro?

E saberá que os sindicatos lutando pelo direito ao trabalho, por melhores salários, pelo acesso à cultura, em defesa das liberdades e contra a exploração, mobilizando e fazendo intervir os trabalhadores na resolução dos seus problemas contribuem decididamente para assegurar o direito de cidadania?

E, no entanto, a acusação de obreirista faz-se a um movimento operário que de há muito ultrapassou o nível da "consciência salarial", que regista magníficas páginas de luta por profundas transformações sociais, um movimento operário que, compreendendo a importância da luta pela satisfação de reivindicações imediatas, se recusa a discutir apenas o grau, maior ou menor, em que o querem explorar.

A desvalorização do papel do movimento sindical como organização de classe e do papel dos trabalhadores como força social autónoma e a sua arrumação na categoria geral de cidadãos, torna-se assim uma necessidade absoluta para o professor Boaventura enquanto teorizador do papel dos chamados novos movimentos sociais, nos quais os trabalhadores, quando muito, terão um papel apêndicular.

Partindo do princípio de que o trabalho "será cada vez mais desvalorizado enquanto cultura e ideologia" e que nestas condições "será cada vez mais cercada e relativizada por experiências culturalmente mais valorizadas tais como a experiência da cidadania contra a exclusão social", o professor Boaventura conclui facilmente que



DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão Política

A acusação de obreirista faz-se a um movimento operário que de há muito ultrapassou o nível da "consciência salarial", que regista magníficas páginas de luta por profundas transformações sociais.

"por esta via, far-se-á uma transferência progressiva da identidade operária para a identidade cidadã".

A própria periodização escolhida, para dividir a história do movimento sindical europeu do pós-guerra, só pode ser explicada pela necessidade de sobrevalorizar, a todo o custo, o papel dos grupos esquerdistas, das décadas de 60 e 70, apelidados de novos movimentos sociais que, pretensamente mais avançados que os sindicatos, "os pressionaram a abandonar o *status quo* sindical do pós-guerra".

As tendências reformistas

A pretensão da pequena burguesia intelectual de esquerda de orientar e dirigir o movimento operário e sindical é velha e reaviva-se naturalmente nos períodos de crise. O crescente assalariamento de camadas pequeno-burguesas cria um caldo de cultura favorável ao desenvolvimento de pressões e tendências reformistas sobre o movimento sindical. Entretanto, em nome do rigor histórico é necessário lembrar que a vitalidade e a coerência teórica e prática dos chamados novos movimentos sociais (incluindo a nova esquerda) não se verificou em parte alguma e que o período designado por "*status quo* sindical do pós-guerra", que pretensamente teria sido "abandonado pela pressão dos novos movimentos sociais", se caracteriza por uma extraordinária acção do movimento sindical. É aliás neste período que se conquistaram muitas das principais regalias socioeconómicas que marcaram o sentido do progresso social nos últimos 50 anos, conquistas que o professor Boaventura desvaloriza, mas contra as quais o grande capital desenvolve na actualidade uma poderosa ofensiva, no quadro da sua política de intensificação da exploração.

Não se nega a importância extraordinária de múltiplos movimentos mais ou menos estáveis, intervindo pela satisfação de reivindicações imediatas ou de natureza mais prolongada, na luta pelo progresso social.

Não é aqui, portanto, que está a nossa discordância.

Ela está no facto de os teorizadores dos novos movimentos sociais apresentarem este fenómeno como novo e original, quando o não é, a não ser na sua extensão.

Está sobretudo no facto de, hoje como ontem, chame-se-lhes nova esquerda ou novos movimentos sociais, não reconhecerem o carácter determinante da luta de classes, em particular entre o trabalho e o capital apesar da sua agudização e desvalorizarem o papel da classe operária e dos trabalhadores como a força mais organizada, mais combativa e consequente na luta pelo progresso social.

Finalmente, a nossa discordância está no facto de os teorizadores dos chamados novos movimentos sociais alimentarem a ilusão quanto à possibilidade de resolverem os graves problemas sociais retocando e suavizando as causas que os engendram, ou seja, a exploração capitalista.

Revelando um grande desprezo pela luta reivindicativa e uma enorme desconfiança em relação aos trabalhadores, transformando a sua ausência de perspectivas em teoria (ora radical ora capitulacionista de acordo com as épocas e a conjuntura), os teóricos "renovadores-refundadores" não apontam ao movimento sindical outro caminho que não seja, em vez da luta, as concessões, em vez do protesto, a submissão, em vez da acção pela transformação da sociedade e abolição da exploração o empenhamento na gestão "do capitalismo democrático" ou "civilizado".

Naturalmente que todas estas teorizações sobre o movimento sindical do futuro têm as correspondentes linhas de acção reivindicativa e organização.

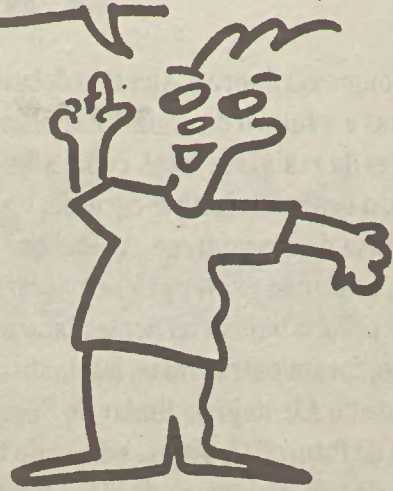
A estas questões ainda voltaremos na próxima semana.

Melhoramentos no terreno marcam diferença este ano

Festa

Avante!

1.2.3 SETEMBRO



A Comissão Nacional da Festa do «Avante!», organismo integrado por representantes das diferentes direcções regionais, sectores e frentes de trabalho do Partido, reuniu recentemente para discutir a 19ª edição da Festa. A ocasião foi também aproveitada para divulgar várias obras de melhoramento do terreno, que irão facilitar a circulação dos visitantes e valorizar algumas zonas periféricas.

Praticamente concluídos estão os trabalhos de construção de socalcos na encosta da Medideira, projecto que vem continuar as plataformas já existentes no ano passado e que utiliza solipas de madeira e gabiões de pedra para suportar as terras.

A zona do Bar do Palco 25 de Abril irá ser igualmente terraplanada, surgindo também ali socalcos. Com o objectivo de permitir uma

melhor circulação dos visitantes e aproveitar melhor o espaço existente, estão a ser abertos novos arruamentos com bom piso, que irão valorizar a zona periférica do terreno. Entre outras alterações, realce-se a criação de um acampamento na área ribeirinha da Quinta que será reservado aos camaradas que garantem o funcionamento da Festa.

Vender a EP é garantir a Festa

Todos estas obras de melhoramento representam um grande esforço financeiro que necessita de ser compensado, nomeada-

mente pela venda antecipada da EP. Já à venda ao preço de 1 750 escudos, comprar a EP é contribuir para a construção da Festa do «Avante!», que todos os anos procura surpreender os visitantes com melhores condições e mais motivos de interesse. E, sublinhe-se, têm-no conseguido.

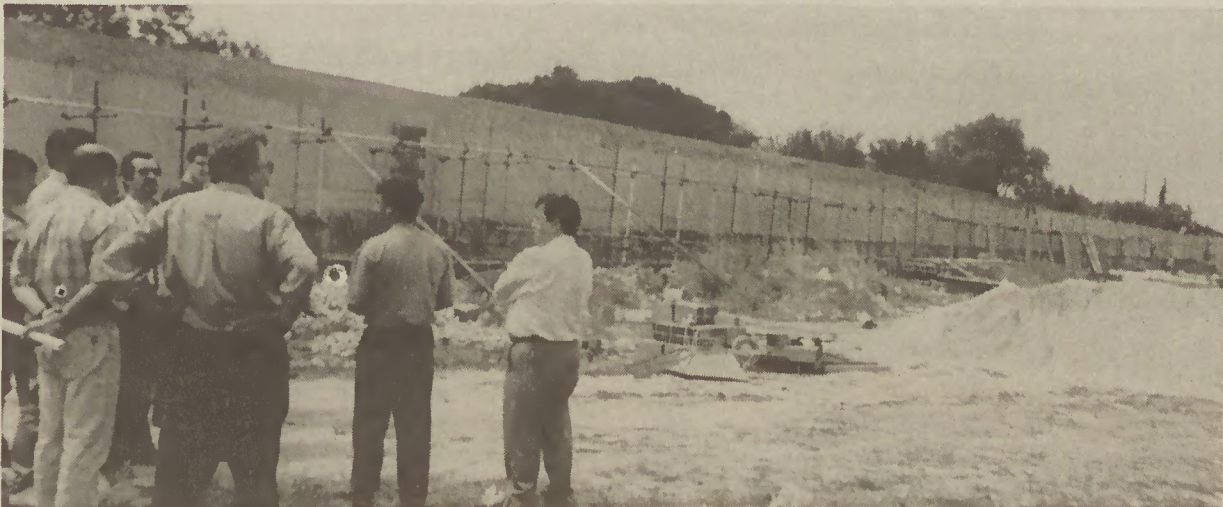
Jornadas de trabalho no sábado e domingo

Como em todas as edições anteriores, também este ano só será possível erguer a Festa graças ao trabalho voluntário de muitas centenas de camaradas e simpatizantes do Partido.

E como há muito trabalho pela frente, o melhor é mesmo começar já. Sábado e domingo têm início as primeiras jornadas onde todos os braços serão bem-vindos. As especialidades mais necessárias neste momento são pedreiros e electricistas. A Festa conta com a tua ajuda!



Socalcos na encosta da Medideira



Aqui fica o acampamento para serviços da Festa, situado junto ao rio. Em construção está um muro em tijolo



Estruturas de protecção para o Palco 25 de Abril



Gabiões de pedra



Portas de saída giratórias

VII Congresso Sobre o Alentejo

As chaves para a porta

O VII Congresso Sobre o Alentejo debateu, entre sexta-feira e domingo, os problemas e o futuro da região. Em discussão estiveram as questões mais prementes da realidade local, como a Regionalização, a Barragem do Alqueva, o desenvolvimento agrícola, o ambiente, os recursos hídricos e a elevada taxa de desemprego. A seca, que pelo quarto ano consecutivo assola a região, causando graves problemas no sector agro-pecuário, a desertificação, a indústria, nomeadamente a extractiva, e a educação e formação, foram outras matérias analisadas numa discussão que decorreu sob o lema "o Alentejo no limiar do Século XXI, a diáspora alentejana e os cenários de futuro". A sétima edição do Congresso sobre o Alentejo reuniu, ao longo de três dias, cerca de 800 participantes, tendo sido apresentada uma centena de comunicações, em cinco painéis distintos. A necessidade de definição de uma política de reestruturação da posse e uso da terra, tendo presente o Plano de Rega do Alentejo, foi uma das principais conclusões do Congresso, bem como a necessidade da implementação em Portugal da Regionalização.

Reafirmando a "absoluta necessidade de uma reserva estratégica de água", os congressistas reclamaram a "urgente aceleração" das obras da Barragem do Alqueva, implementando o Plano de Rega do Alentejo e alargando a sua influência à margem esquerda do Guadiana e ao Alentejo central.

Além da elaboração de um plano integrado de desenvolvimento do Alentejo, que contemple e promova as suas potencialidades e especificidades regionais, o fórum exigiu a criação das regiões administrativas.

A defesa da Regionalização "como chave para a mobilização de meios e vontades e a concretização de um imperativo constitucional, assegurando a transferência de poderes da administração central para a região e reforçando o papel insubstituível do Poder Local".

Na proclamação final, lida pelo presidente da Câmara Municipal de Beja, Carreira Marques, foram sintetizadas as principais conclusões dos trabalhos, que culminaram com uma sessão no Teatro Garcia de Resende, onde foi homenageado o professor Galopim de Carvalho e feita uma evoca-

ção do maestro Lopes-Graça, ao que se seguiu um espectáculo musical, no Jardim das Canas.

A criação das regiões administrativas, também defendida nos trabalhos pelo dirigente do PCP, Luís Sá, a rápida construção do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva e alterações na posse e uso da terra, foram as questões que dominaram o Congresso.

Água

Quanto ao empreendimento do Alqueva, os congressistas recusaram a cha-

mada "alquevinha" e exigiram do Governo espanhol que respeite os parâmetros de qualidade da água do rio Guadiana.

Os participantes no fórum, oriundos dos distritos de Évora, Beja e Portalegre e dos concelhos alentejanos de Sines, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Grândola (Distrito de Setúbal), elegeram, por outro lado, o turismo como "componente importante do desenvolvimento regional".

Salientaram a importância de reforçar as cidades alentejanas, como "forte contributo para a fixação de populações", e de definir uma nova filosofia industrial, como "fonte de modernidade e de desenvolvimento" da região.

Nos trabalhos foi também lembrada a "identidade cultural própria e muito forte" do Alentejo.

Na sessão de abertura do Congresso, discursou o Presidente da República, Mário Soares que centrou a sua intervenção nos problemas do Alentejo, focando a seca, o "desemprego crescente", a "pobreza" e a escassez de água. Considerou que, de entre os rios portugueses, a situação do Guadiana "é a mais grave de todas", lembrando que neste rio

o fluxo de água "desapareceu em cerca de 60 por cento". Ainda no âmbito dos recursos hídricos, aludiu aos "malefícios possíveis do Plano Hidrológico Espanhol" e "à ainda não existência de um verdadeiro plano hidrológico português".

"O caudal de água no Guadiana, vindo de Espanha, é muito reduzido, porque foi desviado", disse Soares, frisando que isso "levanta um problema sério de natureza internacional". "Ainda por cima", acrescentou, essa água vem mal, porque há descargas de produtos tóxicos e industriais para esse caudal."

Ao falar da situação do rio Guadiana, o Chefe de Estado referiu-se à Barragem de Alqueva, cuja construção defende, afirmando que defende um empreendimento de fins múltiplos.

Soares defendeu o desenvolvimento integrado da região do Alentejo, considerando que "as decisões devem ser tomadas com a participação dos interessados". Concordou com o reitor da Universidade de Évora, Jorge Araújo, quando este disse "não querer o Alentejo transformado em quintas, em coutadas ou em campos de golfe", cujo interesse económico Soares considerou "discutível". Exemplificou a sua opinião com o caso espanhol, em que foram construídos "150 campos de golfe, que custaram um desperdício de água maior do que custa um ano de abastecimento público à cidade de Madrid".

Forças vivas representadas

Antes do Chefe de Estado, entrevistaram os presidentes das câmaras municipais de Évora e Portalegre, o último dos quais, eleito pelo PSD, salientou a importância do fórum. No entanto, a estrutura de Évora deste partido entendeu não participar no Congresso.

O coordenador nacional da CGTP, Carvalho da Silva, também presente, defendeu a criação das regiões administrativas e a adopção de políticas específicas de apoio ao desenvolvimento do Alentejo.



«Uma nova Reforma Agrária»

Uma das principais matérias em discussão no Congresso sobre o Alentejo teve a ver com a agricultura e a posse e uso da terra. Neste âmbito, várias intervenções defenderam para o Alentejo uma reforma democrática das estruturas agrícolas para que se aproveite a terra.

Esta matéria foi apelidada por alguns dos participantes como uma "nova Reforma Agrária", tendo-se neste âmbito

destacado as intervenções dos deputados Lino de Carvalho e António Murteira, ambos do PCP, e Capoulas Santos, do PS.

O comunista Lino de Carvalho diria a este propósito à Agência LUSA ser "necessário alterar a estrutura da posse e uso da terra, entregando-a àqueles que a queiram trabalhar". Defendeu uma "nova Reforma Agrária", designadamente quanto à "redis-

tribuição" da terra, excluindo o "sistema de exploração latifundiária".

Também o parlamentar socialista Capoulas Santos diria à LUSA ser "necessário, olhando o futuro, que venha a existir uma verdadeira Reforma Agrária, que comece pelas áreas que venham a ser irrigadas pelo Alqueva". Posições que se reflectiram no documento final deste Congresso, como uma das suas principais conclusões.

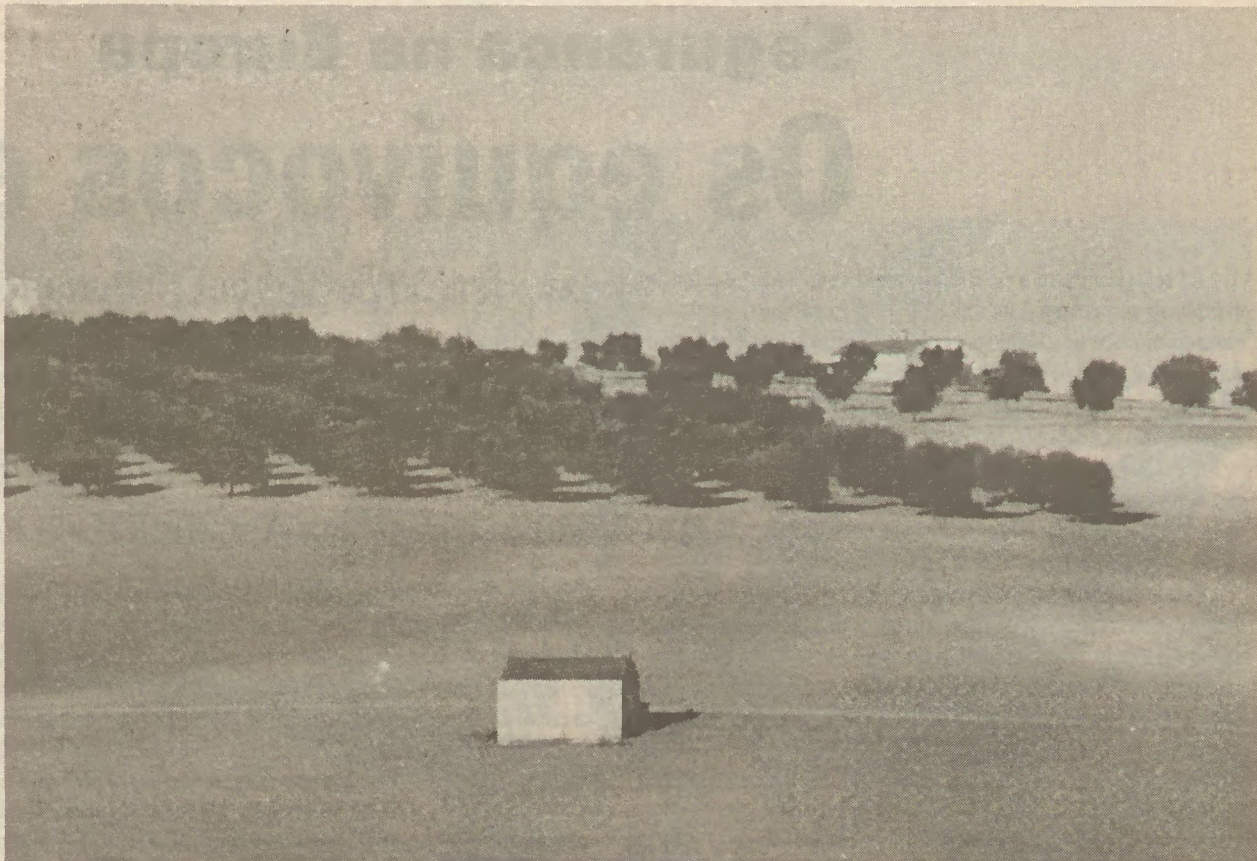
do futuro

Em declarações à Agência LUSA, Carvalho da Silva acusou o Governo de "não utilizar o essencial dos fundos comunitários nas regiões menos desenvolvidas".

Defendeu, por outro lado, uma "visão da agricultura numa dimensão dupla": económica e humana.

Os deputados Lino de Carvalho e António Murteira, ambos do PCP, Capoulas Santos, do PS, e Mário Tomé, da UDP, foram alguns dos participantes na iniciativa, além de numerosos autarcas alentejanos, sindicalistas, agricultores e docentes.

O arqueólogo Cláudio Torres, o dirigente nacional do PS, Carlos Zorrinho, o encenador Mário Barradas, o dirigente do PCP, Luís Sá, Faria Ferreira, especialista em assuntos hidráulicos, o reitor da Universidade de Évora, Jorge Araújo, e o euro-deputado Joaquim Miranda, eleito pela CDU, foram outros dos participantes nos trabalhos, que terminaram domingo numa sessão no Teatro Garcia de Resende, cabendo o discurso de encerramento ao presidente da Câmara de Évora, Abílio Fernandes, do qual publicamos alguns extractos.



Abílio Fernandes na Sessão de Encerramento

«Um grande êxito de participação e de esforço alargado»

(...) O Congresso sobre o Alentejo constituiu, na verdade, um grande êxito de participação e de esforço alargado, onde todos puderam participar livremente, dando a sua contribuição para o progresso e desenvolvimento desta terra. Foi o Congresso mais participado de todos apesar dos augúrios dos que preconizavam o seu definhamento. Só não participaram e foram poucos, os que se automarginalizaram por razões sectárias e com fundamentos nada democráticos!

Este VII Congresso abordou fundamentalmente a diáspora alentejana e o desenvolvimento do futuro.

Uma questão relevante equacionada na área do desenvolvimento foi o do desequilíbrio porventura existente entre diversas zonas dentro deste vasto espaço geográfico que é o Alentejo:

Temos três cidades capitais de distrito: Portalegre, Évora e Beja e temos os municípios do litoral alentejano. Cada uma destas zonas têm o seu potencial próprio de desenvolvimento, tem as suas características específicas. Importa que o desenvolvimento tenha em conta todas estas especificidades e se desenvolva de forma generalizada e harmoniosa. Só uma boa e franca colaboração entre todos poderá evitar desajustamentos e desequilíbrios maiores. Posso dizer-vos com satisfação que os municípios de toda esta vasta região do País, tem sabido trabalhar em conjunto e cooperar de uma forma solidária e o presente Congresso sobre o Alentejo é bem um exemplo desse esforço conjunto que estamos a desenvolver com todas as instituições e com todos os agentes interessados no desenvolvimento integrado do Alentejo.

Das análises sobre a situação actual do Alentejo, constatou-se em primeiro lugar que o Alentejo está a viver um momento de grande crise. Apesar de estarmos na Europa, apesar de termos recebido milhões de contos da Comunidade, apesar da vida democrática durante 20 anos, o Alentejo, para além da diáspora que o desertificou, possui um elevado índice de desemprego relativamente ao País sendo o dobro da média nacional.

E somos actualmente das regiões mais deprimidas da Europa! (...)

(...) Na verdade, a caracterização da actual situação já foi, por diversas vezes descrita, mas é bom lembrar que muitos dos avisos lançados e das soluções propostas que se reafirmavam, já foram feitos no passado e que se a Administração Central as tivesse tido em conta, ou não tivesse contrariando a dinâmica regional instalada no meio agrícola, seguramente, o Alentejo não teria chegado à situação dramática que hoje vive. (...)

Mas o Alentejo tem grandes potencialidades.

Em condições naturais, usufruindo dum subsolo riquíssimo (cobre, mármore, granito, quartzo, xisto e água mineral), de uma capacidade de utilização agrícola invejável, de

uma geografia natural, de raízes históricas, riqueza patrimonial e ambiental com condições para se desenvolver.

Tem, igualmente, condições para o investimento devido às suas vantagens comparativas. Nas acessibilidades (eixo - Lisboa/Madrid e Lisboa/Setúbal/Sines e ligação à Estremadura e Andaluzia), no facto de estar coberto por água e saneamento, na existência de zonas e parques industriais infra-estruturados e por possuir uma rede urbana equilibrada com equipamentos sociais e colectivos de qualidade, com um desenvolvimento urbanístico e ambiental harmonioso e valiosos patrimónios históricos preservados.

Daí o considerarmos que existem bases concretas para o desenvolvimento específico do Alentejo no aproveitamento pleno das condições naturais, culturais e patrimoniais de que usufrui.

Na indústria extractiva, designadamente as rochas ornamentais, os produtos regionais com certificados de origem demarcada e na produção agro-industrial derivada da produção florestal agrícola.

Mas o Alentejo é uma grande reserva nacional e, necessariamente, o seu desenvolvimento deve estar ligado ao País e às suas opções estratégicas.

Neste contexto assume especial importância a actividade agrícola, o Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo.

A agricultura continua a ter um peso dominante na estrutura económica e social.

Nesta matéria e como reconhece o próprio Programa Operacional do Alentejo, no âmbito do PDR, da responsabilidade do Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território «... a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso...»

Por isso defendemos que é necessário uma reforma das estruturas agrárias, uma reforma democrática que ponha a terra a produzir ao serviço de quem a cultiva e que ponha fim ao abandono dos campos desta vasta planície alentejana.

No que se refere ao Alqueva e à sua importância, é urgente acelerar as obras do projecto e contemplar de imediato outras pequenas barragens complementares, implementando o sistema de rega do Alentejo, alargando a área de regadio à margem esquerda do Guadiana e ao Alentejo Central, assim como se exige a participação das Autarquias na Comissão de Gestão do próprio empreendimento.

Refiram-se, ainda, pela sua importância estratégica nacional, duas grandes infra-estruturas existentes na região que carecem de apoio e intervenção. A Base Aérea de Beja e potencial desenvolvimento da indústria aeronáutica e aeroespacial com ligação aos aeródromos de Évora, Portalegre e Sines e a Plataforma Industrial de Sines (como elemento desconcentrador das zonas de Lisboa e Setúbal). Temos investidores estrangeiros interessados em investir no Alentejo e

estão à espera de decisão governamental, um desses projectos, a fabricação de autogiros, está para decisão já vai para um ano!

Com uma gestão correcta dos recursos hídricos, energéticos e ambientais, dinamizando as reservas aquáticas previstas (Alqueva em especial), com uma política florestal adequada (montado de sobro e azinho), transformando as matérias-primas existentes, promovendo vantagens específicas da região (vinho, cortiça, porco ibérico, ervas aromáticas, mel, queijos, etc.), desenvolvendo o Turismo, potenciado nas vertentes patrimonial, arquitectónica, cinegética e rural, complementando com produção animal (agro-indústria) - criando, enfim, uma base económica regional de fileiras com capacidade real para competir, é possível desenvolver o Alentejo e contribuir para a economia nacional.

Todo este plano deve ser acompanhado, necessariamente, de uma investigação científica e tecnológica concertada, envolvendo instituições como a Universidade de Évora, os Institutos Politécnicos de Beja e Portalegre, a UNESUL - Associação Universidade/Empresa do Sul, CEVALOR - Centro Tecnológico de Aproveitamento e Valorização de Rochas Ornamentais e Industriais, a Estação Nacional de Melhoria de Plantas de Elvas, Laboratório de Investigação Veterinária de Évora, Centro de Inovação Empresarial do Alentejo - CIEA e outras.

Finalmente, é fundamental que, a par de todas as medidas estruturantes já enunciadas, se reforcem as dotações financeiras ao Poder Local e se concretize o imperativo constitucional da Regionalização, assegurando a transferência de poderes da Administração Central para a Região.

O VII Congresso sobre o Alentejo concluiu que é necessário implementar a Regionalização em Portugal.

Consideramos que para além do imperativo constitucional que a Regionalização representa, ela é necessária e urgente como instrumento de desenvolvimento. Por um lado, para que os assuntos específicos da região sejam entregues a órgãos eleitos e por outro, porque esta medida reforçaria a participação dos cidadãos na vida pública, permitiria a mobilização das nossas capacidades endógenas e recursos, permitiria um planeamento regional eficaz que asseguraria uma melhor captação de financiamentos e finalmente, garantiria a subordinação dos organismos técnicos existentes na região, a órgãos eleitos, garantindo coordenação de actuações e reforçando a autonomia municipal.

Não colhe o argumento de que a Regionalização significaria mais custos e mais burocracia, pelo contrário, o que se trata é de substituir a que nos foi imposta, por uma legítima e democraticamente eleita. É possível regionalizar, sem custos a mais, e até diminuir a burocracia actualmente existente. (...)

Segurança na Europa

Os equívocos entre a NATO

As relações entre a NATO e a UEO constituem, há muito, assunto de um debate com características peculiares. Apesar do elevado número de encontros, colóquios, simpósios e relatórios dedicados ao tema, o interesse suscitado não se traduz numa clarificação do relacionamento entre as duas organizações, que continua marcado por ambiguidades, equívocos e contradições.

A nível dos governos dos EUA e da União Europeia essa situação é, porém, negada e, não obstante ser reconhecida a existência de problemas não resolvidos, afirma-se que a cooperação NATO-UEO avança, sendo cada vez mais harmoniosa.

Para o entendimento das ambiguidades a que aludi, torna-se indispensável recordar o contexto em que a UEO surgiu ao ser criada em Paris pelo **Tratado de Colaboração em matéria Económica, Social e Cultural e de Legítima Defesa**, colectivamente assinado a 23 de Outubro de 1954 e que entrou em vigor a 6 de Maio de 1955.

As origens remontam, contudo, a 1947, quando a França e o Reino Unido, prevendo uma futura ressurreição do poderio militar alemão, firmaram em Dunquerque uma aliança defensiva que foi alargada pelo Tratado de Bruxelas, a 17 de Março de 1948, aos três países do Benelux.

Entretanto, com a entrada da Alemanha na NATO — a pedido do presidente Truman —, chegou-se à conclusão de que era necessário modificar o Tratado de Bruxelas. Afinal, a aliança concebida contra o perigo potencial representado pela Alemanha acabou por incluir aquele país. A «guerra fria» já era uma realidade. A Itália, membro da Comunidade do Carvão e do Aço, matriz do Mercado Comum, ingressou também na UEO.

Posteriormente, pela Declaração de Roma a 27 de Outubro de 1984 — resultante de interpretações controversas sobre as reais intenções de Ronald Reagan ao tornar pública a sua iniciativa de Defesa Estratégica (IDS) ingenuamente apresentada como isolacionista — foram abertas, outra vez, as portas do alargamento. Portugal e Espanha foram admitidos em 1990 como membros da Organização e a Grécia em 1995.

É contudo consensual que a UEO, durante quase três décadas, não desempenhou qualquer papel relevante. Vegetou como organização fantasmática. As suas actividades limitaram-se fundamentalmente à produção de protocolos relativos à política de armamentos.

A Guerra do Golfo veio alterar a situação. Pela primeira vez, os países membros da UEO puseram-se de acordo para aplicar o artigo VIII-3 do Tratado de Bruxelas Modificado, a fim de participarem em iniciativas interaliadas coordenadas. Mais do que a solidariedade com a estratégia do imperialismo norte-americano numa guerra de agressão que dividia a opinião pública na Europa, o motivo dessa participação foi o desejo de afirmação. A operação mais importante foi uma simples desminagem marítima, mas o seu significado político foi muito comentado e valorizado.

Maastricht veio conferir novo protagonismo à UEO. O parágrafo 2 do Tratado declara que a União Europeia pede à UEO, como parte integrante do seu desenvolvimento, «que elabore e concretize as decisões e as acções da União que têm implicações no domínio da defesa».

Nas declarações dos Estados membros da UEO anexas ao Tratado de Maastricht é definido o papel da organização e às suas relações com a NATO. «A UEO — afirma-se ali — será desenvolvida como componente da defesa da União Europeia e como meio de reforço do pilar europeu da Aliança Atlântica. Com esse objectivo formulará uma política de defesa europeia comum e zelará pela sua concretização, desenvolvendo mais o seu papel operacional.»

Não cabe aqui entrar em pormenores. Mas a partir de Maastricht cresceram os equívocos e as indefinições no relacionamento NATO-UEO. A nível político e militar.

Indefinições

Não é fácil definir os contornos dos desacordos nem isolá-los de tendências emergentes, sobretudo na França e na Alemanha, que contestam a hegemonia militar americana na Europa e estão orientadas não para a criação de um autêntico sistema de segurança para o Continente, mas com a substituição de um tipo de militarização por outro. No próprio Eurocorpo, em cujo estado-maior são iden-

Intervenção de Miguel Urbano Rodrigues no colóquio sobre Segurança na Europa promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP, com o apoio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, em 12 de Maio de 1995 na Assembleia da República

tificáveis essas tendências, muitos oficiais superiores não escondem a convicção que formalmente lhe é atribuída pelo Tratado de Maastricht.

Simultaneamente, nos EUA, tanto no Departamento de Defesa como no Departamento de Estado, o discurso sobre a Segurança na Europa passou a tomar em consideração a existência da UEO.

Algumas polémicas internas tiveram eco na imprensa. Por coincidência de calendário, encontrava-me em Washington em 1992, como membro da Comissão Política da Assembleia Parlamentar da UEO, em visita de contactos e estudo, quando o New

York Times divulgou um documento secreto do Pentágono onde se defendia a tese segundo a qual os EUA deveriam evitar que os aliados da União Europeia chegassem, um dia, no tocante a armamentos e capacidade militar conjunta, a um nível de poderio susceptível de pôr em causa a supremacia dos EUA. Segundo o documento, a hegemonia militar americana, na Europa e fora dela, deveria ser mantida e perpetuada.

A publicação de textos oficiais como esses não favoreceu obviamente a clarificação das relações UEO-NATO.

Alargamento da UEO

Pessoalmente, em Outubro passado, ao visitar o Quartel-General da NATO, em Bruxelas, com as comissões Política e de Defesa da UEO, tive a oportunidade de reconfirmar o desinteresse ostensivo de altos funcionários norte-americanos da Aliança Atlântica pelo tema das relações UEO-NATO. Não obstante o motivo da visita ser precisamente esse, os nossos interlocutores evitaram sistematicamente responder às questões com ele relacionadas. O director do Nuclear Planning, Gregory Schulte, não se limitou a ignorar a existência da UEO. Fez uma exposição sobre a então recente Cimeira de Sevilha esclarecendo que a NATO decidira ali endurecer a sua posição relativamente ao conflito na Bósnia. Os bombardeamentos futuros contra os sérvios da Região seriam «robustos e rápidos» e desencadeados contra «objectivos múltiplos» sem consultas prévias. Curiosamente, essas declarações foram produzidas antes de o Conselho de Segurança haver apreciado as propostas da NATO. As decisões já haviam sido tomadas. Durou, contudo, pouco essa inflexão estratégica. O agravamento da situação no enclave de Bihac, em Novembro, levou a um recuo da NATO que suspendeu os bombardeamentos. A nova estratégia fracassou.

Recordo, aliás, que no Quartel-General da NATO, o major Petzold, da US Air Force, analista para os Estados da Europa Central e Oriental, ao ser interrogado sobre o Eurocorpo, esclareceu, não sem ironia, que o desempenho inicial deste era positivo mas que «não dispõe ainda de logística e transportes próprios, carecendo também de um serviço de informações adequado».

A discussão em torno do alargamento da UEO e do calendário da futura adesão dos países do Grupo de Visegrad permitiu também o afloramento de contradições entre o pilar europeu e a NATO. Esta, não obstante as repetidas declarações da Casa Branca favoráveis à adesão dos países europeus do extinto Tratado de Varsóvia, mostra grande reserva quanto à fixação de datas próximas. Tudo parece indicar que o pelotão da frente — Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia — dificilmente será integrado na NATO antes do final do século. A oposição da Rússia constitui factor cujas implicações não podem ser subestimadas.

Em contrapartida, o Conselho de Ministros da UEO elaborou um estudo especial para países não membros que lhes permite participar nas actividades da Organização e em missões previstas pela Decla-



ção do Conselho do Atlântico Norte para as operações da UEO conduzidas pelos aliados europeus na aplicação da sua política externa e de defesa comum. Apoiamos o desenvolvimento de capacidades separáveis mas não separadas que poderiam responder a necessidades europeias e contribuir para a segurança da Aliança. O pilar europeu e a Aliança em si mesma serão assim reforçados por uma coordenação e uma planificação europeias melhoradas. Estruturas europeias integradas e multinacionais, à medida que prossiga o seu desenvolvimento no contexto de uma identidade europeia de defesa, que também se esboça, terão igualmente e cada vez mais um papel importante a cumprir no reforço da capacidade dos Aliados para operarem em conjunto para a defesa comum e outras tarefas.»

Entretanto, a intervenção militar directa da NATO na Bósnia Herzegovina concretizada através de bombardeamentos que suscitaram polémica constitui uma primeira resposta àqueles que alimentavam a esperança de uma redução da presença da Organização. Ocorreu precisamente o inverso.

Recordo, aliás, que no Quartel-General da NATO, o major Petzold, da US Air Force, analista para os Estados da Europa Central e Oriental, ao ser interrogado sobre o Eurocorpo, esclareceu, não sem ironia, que o desempenho inicial deste era positivo mas que «não dispõe ainda de logística e transportes próprios, carecendo também de um serviço de informações adequado».

A discussão em torno do alargamento da UEO e do calendário da futura adesão dos países do Grupo de Visegrad permitiu também o afloramento de contradições entre o pilar europeu e a NATO. Esta, não obstante as repetidas declarações da Casa Branca favoráveis à adesão dos países europeus do extinto Tratado de Varsóvia, mostra grande reserva quanto à fixação de datas próximas. Tudo parece indicar que o pelotão da frente — Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia — dificilmente será integrado na NATO antes do final do século. A oposição da Rússia constitui factor cujas implicações não podem ser subestimadas.

Em contrapartida, o Conselho de Ministros da UEO elaborou um estudo especial para países não membros que lhes permite participar nas actividades da Organização e em missões previstas pela Decla-

ção do Conselho do Atlântico Norte para as operações da UEO conduzidas pelos aliados europeus na aplicação da sua política externa e de defesa comum. Apoiamos o desenvolvimento de capacidades separáveis mas não separadas que poderiam responder a necessidades europeias e contribuir para a segurança da Aliança. O pilar europeu e a Aliança em si mesma serão assim reforçados por uma coordenação e uma planificação europeias melhoradas. Estruturas europeias integradas e multinacionais, à medida que prossiga o seu desenvolvimento no contexto de uma identidade europeia de defesa, que também se esboça, terão igualmente e cada vez mais um papel importante a cumprir no reforço da capacidade dos Aliados para operarem em conjunto para a defesa comum e outras tarefas.»

Entretanto, a intervenção militar directa da NATO na Bósnia Herzegovina concretizada através de bombardeamentos que suscitaram polémica constitui uma primeira resposta àqueles que alimentavam a esperança de uma redução da presença da Organização. Ocorreu precisamente o inverso.



e a UEO

ração de Petersberg. A Islândia, a Noruega e a Turquia (a mais empenhada de todas em entrar) são membros associados. No momento, há cinco observadores: a Áustria, a Dinamarca, a Finlândia, a Irlanda e a Suécia. Os oito parceiros — Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, República Checa, Eslováquia e Roménia — participam regularmente nas reuniões das Comissões e aproveitam por vezes os plenários da Assembleia para se lamentarem das dificuldades encontradas para a abertura do portão da NATO.

Uma das áreas onde a ambiguidade das relações entre a NATO e a UEO não pode ser ocultada é a dos conflitos que têm por cenário o território da ex-Jugoslávia, nomeadamente a Bósnia. Os debates travados na Assembleia Parlamentar da UEO sobre o tema são disso a melhor prova, bem como as intervenções de membros do Conselho de Ministros da Organização quando ali discursam e respondem a perguntas dos deputados.

Em Dezembro findo, o debate de urgência sobre a situação criada no enclave de Bihac fez vir à tona contradições tanto no tocante ao papel operacional da UEO como à estratégia global da NATO para a região. Alguns deputados, esquecidos da fragilidade (para não dizer o artificialismo) das estruturas da Organização (que não dispõe de forças próprias) pretendiam que o Conselho de Ministros enviasse aos sérvios da Bósnia um ultimato cujo incumprimento implicaria o uso imediato da força. Chegou a ser invocada a decisão da Cimeira de Bruxelas que abre a porta ao emprego de forças da NATO sob comando da UEO. Essa posição radical não passou, mas a resolução aprovada não excluía também a hipótese do uso da força através da intervenção directa da NATO. Ao Conselho de Ministros foi sugerida então uma reunião urgente com o Conselho do Atlântico Norte.

Posições belicistas

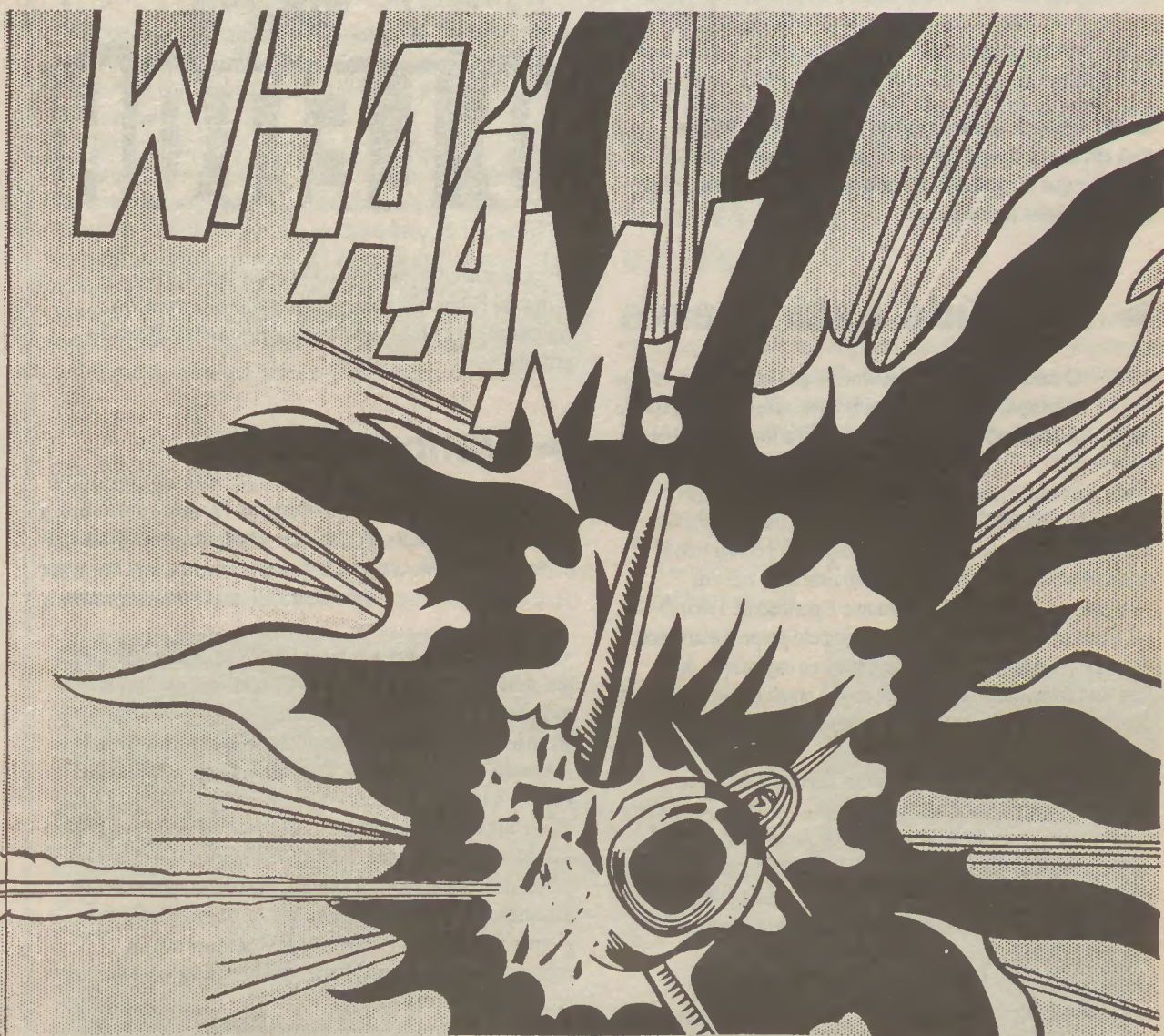
A existência de contradições entre a NATO e a UEO não impede que, relativamente a questões consideradas fundamentais, elas não sejam superadas. Governantes e militares americanos e europeus convergem e entendem-se então na elaboração de estratégias comuns. A solidariedade imperialista prevalece sobre interesses particulares. Aliás, o Reino Unido e a Holanda apoiam quase sempre o aliado americano contra a França e a Alemanha quando surgem posições divergentes.

A própria cooperação militar NATO-UEO, embora vagarosamente, tem progredido. Num discurso pronunciado, em Junho de 94, na Assembleia Parlamentar da UEO, o ex-secretário-geral, Van Eekelen, lembrou enfaticamente que os vários cenários de intervenções possíveis são objecto de estudos de planificação cuidada. O chamado Grupo de Forças Interarmadas Multinacionais (GFIM) tem desenvolvido um trabalho intenso com o objectivo de facilitar a utilização pela UEO dos meios colectivos da NATO. Van Eekelen sublinhou que se tem avançado muito no tocante às informações, à observação espacial, ao emprego das AWACS e às comunicações. Entretanto, o GFIM não garante a utilização automática das forças da NATO em caso de necessidade, sendo indispensável uma decisão do Conselho do Atlântico Norte. A UEO pretende, portanto, conservar a sua capacidade de planificação independente e desenvolver a sua capacidade operacional para, eventualmente, actuar por si própria ou, ou que é mais provável, a pedido da União Europeia.

A Assembleia Parlamentar, apesar da sua quase nula influência política, é um mostruário interessante das diferentes tendências identificáveis na Europa quanto ao relacionamento entre a UEO e a NATO.

Existe nela um sector maioritário cujas posições belicistas se expressam de maneira contraditória. Por um lado, não escondem a sua discordância da estratégia de hegemonia dos EUA na Europa, exercida através da NATO, muito embora sejam cautelosos nas reservas formuladas sobre o seu envolvimento em conflitos na Europa. Paralelamente, defendem cada vez mais abertamente uma política de segurança na Europa assente em bases perigosas. Na prática, propõem a substituição de um tipo de militarização liderado pelos americanos para outro, sem eles.

Cito, como exemplo, um relatório do deputado liberal belga Armand de Decker, debatido em Junho de 1994, na Assembleia da UEO. Na reco-



mendação ao Conselho de Ministros, o relator admite que as armas nucleares podem responder a uma necessidade inelutável, desde que utilizadas de maneira racional. Recorrendo a argumentos que visam estimular o nacionalismo europeu mais primário, sugere concretamente a criação, a médio prazo, de uma forma de dissuasão nuclear europeia. Dirigindo-se ao Conselho de Ministros da UEO, foi directo ao que pretende: «Não haverá uma política externa e de segurança comum, não haverá uma política de defesa comum enquanto não discutirmos e elaborarmos as grandes linhas de uma dissuasão nuclear europeia.» Para tal, sugere que a França e o Reino Unido partilhem futuramente os seus arsenais nucleares com a Alemanha e os demais países da União Europeia que se tornariam participantes de um clube atómico de dimensão continental.

Mais preocupante do que o projecto em si mesmo foi a imediata e grande receptividade que encontrou no plenário. A recomendação foi aprovada por quase unanimidade. Fui o único deputado presente a votar contra (não havia no momento outros comunistas no plenário).

O novo inimigo

Ao defender a proposta de De Decker, o presidente da Comissão de Defesa, ex-ministro francês Jacques Baumel, abordou uma temática vinda dos EUA que parece fascinar ultimamente um amplo sector da direita europeia ligado a círculos militaristas: a necessidade de elaborar estratégias defensivas e ofensivas contra o novo inimigo, ou seja, contra ameaças (imaginárias) de potências emergentes no Terceiro Mundo. A argumentação é conhecida desde a guerra do Iraque. Qualificando o trabalho de De Decker de fundamental e audacioso, Baumel manifestou-se apreensivo com as ameaças que na sua opinião envolvem a Europa. «O Norte — disse — está a desnuclearizar-se prudentemente enquanto o Sul desenvolve esforços desesperados para se nuclearizar. É assim que a ameaça apocalíptica de um ataque nuclear vindo de um certo país do Leste é substituída cada vez mais pelo risco de ataques vindos de outros continentes ou de outros países que seriam muito menos poderosos, utilizando alguns mísseis isolados e selvagens, mas susceptíveis de criar um perigo para populações civis submetidas a chantagem nuclear por parte de certos estados terroristas.»

A citação dispensa comentários. É bem expressiva da perigosa mentalidade militarista enraizada em sectores ponderáveis da direita europeia. Não é por acaso que a obsessão do perigo vindo da margem sul do Mediterrâneo se tornou uma constante na UEO.

Confundindo proposadamente os fundamentalistas muçulmanos com o Islão como totalidade, esses sectores utilizam uma linguagem de modernos templários desejosos de partir em cruzada contra medonhos inimigos.

Esses sonhos belicistas coincidem com os esforços desenvolvidos para dotar a UEO de capacidades operacionais autónomas.

É, aliás, de lamentar que a Presidência Portuguesa da UEO se tenha caracterizado pelo alento dado a teses segundo as quais — a declaração é do embaixador Martins da Cruz — «a UEO dispõe agora pela primeira vez de meios para decidir fazer o que a NATO não quiser fazer por oposição dos seus Estados membros não europeus, principalmente dos EUA».

As situações que durante quatro décadas serviram à direita europeia para reivindicar o esforço permanente da NATO já não existem. A sobrevivência da NATO é um absurdo e um obstáculo à paz, e a uma verdadeira segurança na Europa. Mas apresentar a UEO como alternativa à NATO é outro absurdo. Que pretendem, afinal, os modernos cruzados?

Num momento em que a NATO, antecipando-se inclusive a resoluções do Conselho de Segurança, faz, através de acções de agressão armada em território europeu, demonstração do que para ela significa a nova ordem internacional americana, é inquietante que o espírito militarista e intervencionista alastre na UEO. Era definida como «o pilar europeu». Agora principiam a chamar-lhe «o braço armado da União Europeia».

Não foi assim sem preocupação que tomei conhecimento da realização de um colóquio sobre a Segurança no Mediterrâneo promovido pela Assembleia da República. Está marcado para a próxima semana e ainda se desconhece o seu programa. Para Barcelona está previsto outro, similar mas mais ambicioso, no próximo Outono.

Na próxima semana, dia 15, reúne-se em Lisboa o Conselho de Ministros da UEO. Segundo o ministro Durão Barroso admitiu, na passada terça-feira na Assembleia da República, o Conselho aprovará quase certamente uma resolução tendente a conferir uma real capacidade operacional à UEO. A notícia é inquietante.

Os factos confirmam que a Presidência Portuguesa da UEO está a ir mais longe no estímulo às tendências militaristas do que qualquer outra das anteriores. Tal política não conta com o apoio do nosso povo. Uma política de segurança europeia digna do nome terá de assentar antes de mais em mecanismos preventivos de natureza pacífica nascidos do diálogo e da negociação e nunca do uso da força.

Ora, desde a Guerra do Golfo, as teses belicistas que preconizam o recurso às armas e defendem a ingerência dos blocos militares em conflitos irrompidos em estados soberanos impõem-se, implantando a violência e a desordem internacional. São teses imperiais, inaceitáveis, monstruosas. Os resultados estão à vista.

O reconhecimento de que a NATO deveria já ter desaparecido e de que, em qualquer hipótese, não pode intervir no Continente Europeu não implica como alternativa a transformação da UEO numa caricatura de NATO europeia.

E aqui vão mais algumas cartas que os nossos leitores têm enviado à Redacção nas últimas semanas. Convirá lembrar que algumas delas, pela sua extensão, não podem ser publicadas na íntegra.

► A Saúde está doente

O nosso leitor Jorge Antunes, de Lisboa, escreve-nos a propósito das referências que sobre a privatização do Hospital Amadora/Sintra têm vindo a lume na imprensa.

«Para mim não é importante se foi o privado A ou B que ganhou a privatização, mas sim a saúde ser tratada como um negócio, especialmente quando o Hospital foi construído e equipado com o dinheiro dos contribuintes, no valor de 18 milhões e 160 mil contos, durante o período de 1987/95.

«O Governo de Cavaco Silva apoiado pelo grupo parlamentar do PSD sem qualquer problema, entrega a exploração do Hospital ao privado e ainda paga com o nosso dinheiro cerca de 7 milhões e 800 mil contos/ano, sendo esta verba atualizada anualmente.

«Porque os números ainda não foram desmentidos, sou a acreditar que são reais e como tal sou da opinião que devia ser considerado crime por esbanjamento do dinheiro público e responsabilizado o ministro (?) Paulo Mendo, porque nada justifica que não fosse a Segurança Social a gerir o Hospital se o custo em relação ao privado era mais barato em um milhão e trezentos mil escudos.

«Enfim, tudo seria de estranhar se não fosse o PSD que estivesse por detrás desta decisão.

«Também é importante estar atento à posição do Partido Socialista, pois alguma responsabilidade também é sua, porque, na última revisão da Constituição, aceitou que a saúde passasse a ser tendencialmente gratuita aceitando que os contribuintes pagassem parte dos gastos com a sua saúde.

«Basta ir às Urgências de um Hospital e pagar 1000\$00 de taxa moderadora para comprovar o que atrás foi dito, sob a responsabilidade do PS.

«Por último basta acrescentar a impunidade do Governo porque os números envolvidos nesta privatização são tão elevados que o comum dos mortais nem faz uma pequena ideia do seu valor, pode é contribuir para que em Outubro os Mendos que gerem o nosso dinheiro deixem de o fazer.



«Para adiantar, fica desde já o alerta que também na CP (Empresa Pública) se anda a gastar milhões de contos em equipamentos e obras para depois se entregar a exploração a privadas.»

► Venceremos

O camarada Fernandes, da Portela, enviou-nos, a acompanhar a sua carta, um recorte de imprensa. Indignasse ele, com toda a razão, com o que «a imprensa burguesa vai vomitando sobre o Comunismo»...

«Os serventuários dessa imprensa, às vezes, deixam escapar manifestações de muito medo do Comunismo, que dizem ter morrido com a implosão da ex-URSS.»

Referindo-se ao recorte que nos manda, excertos de um artigo de «The Spectator», da autoria de Robert Haupt, escreve o nosso leitor:

«É o curioso é que a pergunta — “Como é que vai ser, quando a Rússia virar novamente comunista?” — não revela uma pergunta, é antes uma afirmativa, cheia de medo que eles, os capitalistas, têm do Comunismo, que — dizem — morreu! «Suponho que é importante dar a conhecer aos nossos companheiros de luta o “cagaço” (passe o plebeísmo) dos nossos inimigos de classe.

«Vale a pena lutar até ao fim pela nossa causa, que é a dos explorados e oprimidos. Apesar de todos os erros cometidos, nós venceremos!»

► Cartas em Abril...

Duas cartas nos enviou, no mês passado, o nosso leitor Ramiro Rodrigues Cardoso, de Peniche. A primeira diz respeito à denúncia, revelada em fins de Março de que, entre 1991 e 1994, haviam sido cometidas 2400 fraudes e desviados três milhões e meio de contos relacionados com os Fundos Europeus:

«Com efeito, números publicados por Bruxelas, confirmaram o que já se sabia. E o mais grave, apesar do já elevado grau de gravidade, é que as revelações agora feitas correm o risco de constituir somente a ponta do enorme iceberg de irregularidades.

«Após tudo isto, seria tremendamente difícil de imaginar a inexistência de corrupção, e igualmente difícil de admitir que todos estes personagens não estejam atolados num imenso lamaçal de corrupção.

«Quando se perceber que nada foi feito em Portugal no interesse do País e consequentemente dos portugueses, quando se compreender que só foram construídas auto-estradas impostas pela Europa “connosco”, a fim de que esta possa transportar os seus produtos com mais rapidez e segurança, transformando Portugal num país essencialmente importador e consumista, em detrimento da sua própria produção, quando se entender tudo isto, os “amigos” em questão estarão longe.»

► «Um pobre ministro»

O mesmo leitor, na segunda carta, lembra uma recente entrevista do ministro Valente de Oliveira que afirmara «sem rir, que os políticos são muito mal pagos». O nosso leitor achou a brincadeira de muito mau gosto:

«A admitir que a versão deste senhor é verídica, é de facto de lamentar a triste sorte destes ministros e não só. Imagine-se um pobre ministro recebendo 50 ou 60 contos por mês, habitando em condições precárias ou nas barracas, vivendo permanentemente o espectro do desemprego, ou fazendo parte do exército dos cerca de 30 mil com salários em atraso...»

► Correspondência

E, por fim, escreveu-nos, em inglês, um leitor alemão. Que deseja corresponder-se com membros do PCP ou da CDU, em inglês, e nos pede para lhe publicarmos o seu endereço. Aqui o fazemos: Wolfgang Kaiser, Altenburgstr., 29 - 81243 München, Alemanha.

Bispos, políticos e seitas... Contradições!...

■ Jorge André

O «tabu» que os bispos mantiveram em torno da divulgação das conclusões extraídas pela sua recente assembleia acabou por ser desfeito, ao cabo de apenas uma semana de incertezas.

Por tudo quanto nos foi dado entender, o episcopado abordou no seu plenário três temas de grande actualidade nacional: inventariou parte dos principais problemas sociais que envenenam o país; preocupou-se com o imparável alastramento das seitas religiosas; e, com notável antecipação, veio a público divulgar posições episcopais que têm a ver com a realização, daqui a cinco meses, das eleições legislativas.

A importância social das situações denunciadas pelos bispos portugueses é inegável: aumento da criminalidade, da marginalidade, do desemprego, da insegurança no trabalho, da exclusão, da corrupção, do materialismo e da ambição a qualquer preço, da quebra da produtividade, etc. Reconheça-se que, neste capítulo das suas conclusões, tiveram os bispos toda a razão. E, se pecaram, foi por defeito... É que, na realidade, sobre esses assuntos eles sabem muito mais do que aquilo que confessam!

Relativamente à questão do avanço fulminante das novas seitas religiosas, o episcopado nacional alarma-se com a nova situação criada, o que revela estar consciente da grande contradição que tem perante si: manter-se fiel ao dogmatismo romano e continuar a afastar-se das suas próprias bases, em puro benefício das novas seitas; ou atenuar a permanente hemorragia que a igreja oficial suporta, através da concretização, embora tardia, das reformas conciliares tendentes à democratização da igreja e à dinamização das suas relações com o mundo profano.

Mas os bispos portugueses ainda não reuniram forças para enfrentar as realidades. Procuram ganhar tempo. Desta vez, lembraram-se de dirigir às paróquias sábios e paternais conselhos que todos - padres, religiosos e leigos - sabem ser de aplicação impraticável. Veja-se, por exemplo, de que forma poderão as paróquias fortalecer a sua dimensão comunitária ou renovar a igreja local, mantendo uma rígida ligação disciplinar à tutela diocesana ou incentivando, simultaneamente e tal como é aconselhado, as práticas de piedade popular?

Nesta complexa questão das novas seitas religiosas, há um aspecto importante que raramente é referido. Trata-se de reconhecer que todas as grandes religiões organizadas partiram de uma fase inicial em que numerosos pequenos núcleos se reúnem em torno de um texto sagrado passível de leituras diferentes. Só depois, com o tempo, esse sistema vai ganhando força homogénea. Uma grande religião transnacional no seu apogeu oferece uma imagem de indestrutível unidade. Mas essa apenas é a sua face aparente. As religiões em declínio percorrem, em sentido inverso, a sua caminhada inicial e vão semeando, ao acaso, os pequenos grupos sectários, nela adormecidos, que subera em tempos aglutinar.

Os bispos portugueses têm consciência de que um dos maiores riscos que actualmente ameaçam a sua velha igreja, orgulhosa do seu duplo milénio, caso a sua base de apoio continue a diminuir de forma tão brutal, é o da sua redução a uma simples seita religiosa. No fundo, os bispos não têm ilusões quanto a correntes eclesiais do tipo da Opus Dei, do Movimento

Carismático, etc. Esses (e vários outros) representam um tremendo risco potencial que os bispos conhecem mas preferem calar. Para os padres portugueses, as seitas estranhas têm sempre natureza diabólica...

Finalmente, o episcopado abordou com larga antecedência o problema da atitude a assumir pela igreja portuguesa por ocasião das próximas eleições legislativas, em Outubro.

Sem bem que o silêncio da igreja portuguesa no plano social se tenha vindo a manter, ao longo dos últimos anos, não deixa de ser positivo constatar que os bispos retomam agora o discurso da sua «opção pelos pobres». Mas não encontram, ao fazê-lo, as palavras justas, talvez por falta de prática pastoral. Repetem que os católicos estão em toda a parte, como todos sabemos que estão! E afirmam que os fiéis devem viver a sua prática social «na coerência da fé», o que não é novidade para ninguém.

Os bispos repetem automatismos anteriores, em circunstâncias idênticas, e escolhem mal o espaço e o tempo para esta repetição. Se olharmos à nossa volta, nenhuma força viva deixa de clamar a alta voz, agora, contra o desemprego e a exclusão.

A hierarquia católica tem que encontrar caminhos próprios, não os pode decalcar. Só vivendo na «rua», dia a dia com o povo, os bispos se farão respeitar. Um dos principais ensinamentos do Vaticano II é que a igreja católica não pode pretender situar-se à margem da humanidade mas que lhe cumprir lutar pela justiça, sem prévios cálculos de lucros ou de benefícios do poder.

Palavras e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Do lado de lá do Atlântico

Não havia um anjo a sobrevoar a cidade em asa delta, como em Alexandra Alfa, para ir esmagar-se na Ponta do Arpador, mas eram quase trinta anos de memórias a separar-me e a reaproximar-me da última passagem pelo Rio de Janeiro. Olhava as mudanças de tom da baía de Guanabara, vendo as linhas de luz na água poluída, escutando os lamentos das gaivotas, tentando arrancar angústias pela raiz. Mas sempre voltavam: tanto equívoco, tanta vida falhada. O Pão de Açúcar ainda será mais belo, longo, na noite cósmica do Rio, com as estrelas sobre o Corcovado e o Cruzeiro do Sul muito nítido, quase de prata.

Tenho andado por aí a pé e até num «táxi pirata» (exemplo pitoresco da economia paralela), observando as «feiras» improvisadas: a favela tem agora mais dinheiro e desce à cidade para mercadejar - e também, é claro, para assaltar e roubar. O Governo pôs mais polícia na rua e até o exército. Mas a insegurança e o medo persistem. É uma espécie de «guerra civil» entre pobres e ricos; muitas vezes, para pior, entre pobres e pobres.

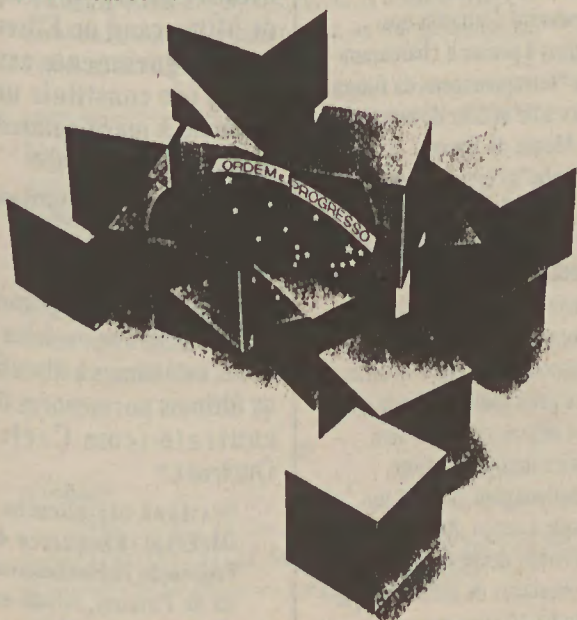
Com os meus colegas e amigos do júri do Prémio Camões, visitei alguns dos lugares emblemáticos do velho Rio: a igreja de São Bernardo, a Capela da Glória, a Chácara do Céu, onde reencontrei as árvores do pão; o clássico e mimoso Largo do Boticário e, no centro antigo, a Rua do Ouvidor, o Palácio do Catete. Ali, pela ruidosa Rua do Ouvidor, passei há mais de trinta anos com Jorge Amado, que me levou a comer «bacalhau com todos» num restaurante português, eu, eufórico, a descobrir o Brasil. A quente e húmida atmosfera parada é agora a mesma, apenas com um pouco de brisa na Avenida Atlântica, em Copacabana. Há poucos dias, um turista francês, do hotel onde me hospedei, foi passear sozinho para a praia e desapareceu: acharam-no, quarenta e oito horas depois, atordoado, num banco, e sem um rim.

A política de Fernando Henrique Cardoso, nos domínios do ensino, da saúde e da liberalização económica encontra a oposição da esquerda, de muitos intelectuais e da juventude universitária.

Não se avista solução para os grandes problemas estruturais do Brasil, mesmo que o Governo consiga conter a inflação e dar algumas satisfações mínimas à classe média.

Cada vez mais me convengo de que os grandes e angustiados problemas ecológicos do nosso tempo estão intimamente associados aos modelos de desenvolvimento e aos grandes desnivelamentos nacionais e sociais e que estão por inventar as fórmulas radicais e democráticas de combate e esses males, a nível mundial.

Mas voltemos ao meu modesto roteiro de viagem. Caminhos bem diversos, com toda esta beleza, o marzão, os arranha-céus, os morros, trazem-me de volta a melancolia. O que vale, para a ajudar a dissipar, é um passeio à floresta da Tijuca, que fica, caso único no mundo, no meio da cidade do Rio. Ali, sim, encontro a seiva, o ar vivo, o intenso delírio verde do trópico. E, pelo meio dos altíssimos fustes e das grandes copas das árvores, descubro vitrais e ogivas das mais puras e remotas basílicas do Verão brasileiro.



Livros & Publicações

A Busca de Sentido

Em edição patrocinada pelo Instituto Camões e pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, a Caminho lançou recentemente mais um livro de ensaios do Professor Óscar Lopes, «A Busca de Sentido».

Trata-se, como diz o Autor na Apresentação, de «uma busca de sentido em dezoito ensaios dispersos sobre temas literários portugueses», cujas conexões o leitor encontrará. Textos aparentemente tão díspares como estes que se debruçam sobre o «Claro-escuro camiliano» ou sobre «O narrador da Relíquia», alguns sobre Antero ou António Patrício, sobre Mário de Sá-Carneiro ou Aquilino. E também sobre obras de autores mais próximos no tempo - Irene Lisboa, Eugénio de Andrade, Saramago. E outros nomes, outras vozes que Óscar Lopes percorre, em busca de sentido.

Poéticas da Imagem

Ainda da Caminho, na sua Coleção Universitária, este livro de Nuno Saldanha, «Poética da Imagem - a Pintura nas Ideias Estéticas da Idade Moderna». Uma interessante obra «que se pre-

te como um contributo para o desenvolvimento da História e Teoria das Ideias Estéticas», como se diz na apresentação, estabelecendo ao longo das suas quatrocentas páginas nas relações entre várias formas de expressão artística, entre a palavra e a imagem num trajecto histórico. Um livro abundantemente ilustrado e cuidadosamente produzido.

Guia da Terra e do Espaço

Isaac Asimov, que tantos conhecem pela sua obra vastíssima e deslumbrante no campo da Ficção Científica, propõe aqui nada menos que... a realidade. Mas é também uma deslumbrante viagem que podemos assim seguir, em mais de trezentas páginas e em uma centena de pequenos textos, dando respostas a outras tantas perguntas, que todos fazemos - ou que esquecemos tantas vezes de fazer...

Que forma tem a Terra? Que faz o vento soprar? O que é a energia? A Terra é o centro do Universo?

Ou mais adiante - O que é uma supernova? E um buraco negro? E um quasar?

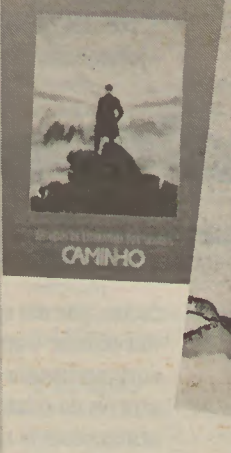
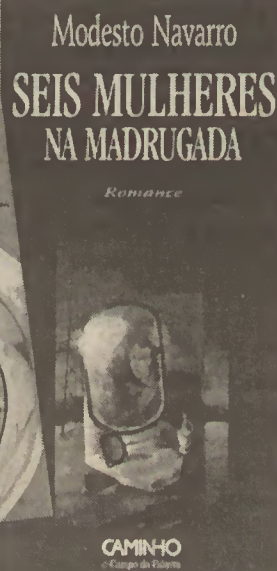
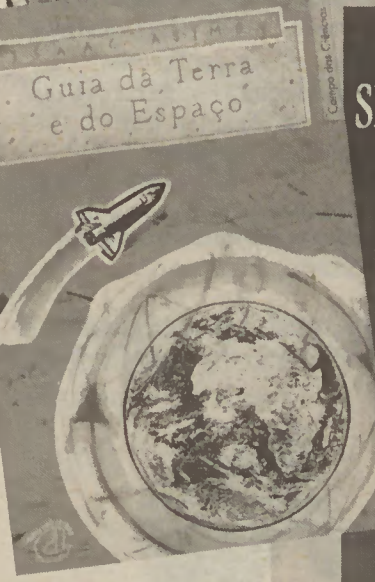


Manuel Alegre
Coimbra
Nunca Vista

NUNO SALDANHA
Poéticas da Imagem
A Pintura nas Ideias Estéticas
da Idade Moderna

ÓSCAR LOPES
A BUSCA
DE
SENTIDO

JUAN MARSE
O FEITIÇO
DE XANGAI



tende como um contributo para o desenvolvimento da História e Teoria das Ideias Estéticas», como se diz na apresentação, estabelecendo ao longo das suas quatrocentas páginas nas relações entre várias formas de expressão artística, entre a palavra e a imagem num trajecto histórico. Um livro abundantemente ilustrado e cuidadosamente produzido.

Coimbra Nunca Vista

Manuel Alegre com mais um livro de poesia. A «propósito» de uma cidade - Coimbra - que o Poeta nos propõe ao longo de noventa páginas, numa edição das «Publicações Dom Quixote». Porque muito particularmente nos toca, transcrevemos aqui o remate do soneto «Adriano»:

O corpo grande e a alma de menino
trazia no olhar aquele assombro
de quem queria caber e não cabia.

Os pés fora do berço e do destino
pediu uma cerveja e poesia.
E foi-se embora de viola ao ombro.

Portugal, a Guerra e os Novos Rumos da Europa

Com uma bela capa - sobre um fabuloso quadro de Vieira da Silva - esta bem cuidada edição promovida pelo Instituto da

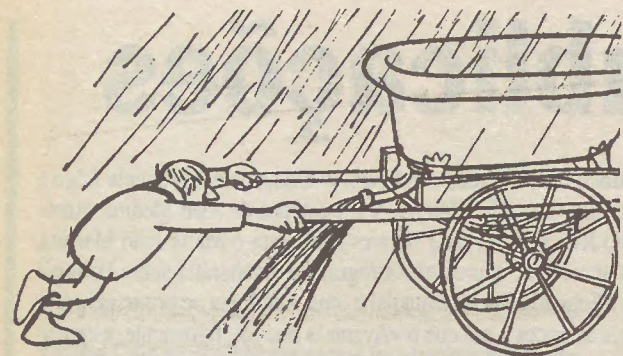
Há quem saiba disto tudo. E quem saiba menos. Para todos, e no entanto, uma leitura fácil e atractiva, proposta pela editora Campo das Letras.

O Feitiço de Xangai

Ainda no Campo das Letras - que recentemente também publicou o romance «Arqueologia Sentimental», do nosso camarada de Redacção, Filipe Leandro Martins - um novo título da Coleção «Campo da Literatura». Trata-se nada menos que do romance distinguido com o Prémio Europeu da Literatura 1994, «O Feitiço de Xangai», de Juan Marsé, em tradução de Cristina Rodrigues e Artur Guerra.

Seis Mulheres na Madrugada

E, lançado há dias, mais um livro de Modesto Navarro. «Seis Mulheres na Madrugada», mais um romance a juntar-se à já vasta obra do Autor, que foi apresentado pela socióloga Helena Neves, na passada terça-feira. Da Editorial Caminho.



PONTOS CARDEAIS

Coruche – A Terra das Promessas (1)

A beterraba é uma espécie de batata que dá açúcar. Talvez seja por isso que as promessas do Governo de Cavaco Silva sobre a construção de uma fábrica de açúcar de beterraba em Coruche, seja uma história

com lógica de tubérculo. A coisa começa em 1987 - já lá vão oito anos - quando o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, se deslocou a Coruche, acompanhado do ministro do Trabalho e do secretário de Estado da Agricultura e, perante um vasto campo de beterraba, então em fase de ensaio,

declarou, como Napoleão para as pirâmides: "Estas terras são economicamente viáveis para a cultura da beterraba, dadas as suas características de regadio." Posto isto, defendeu que a fábrica de beterraba sacarina, a entrar em funcionamento em 1990, deveria situar-se no Vale do Sorraia, em Coruche.

Coruche – A Terra das Promessas (2)

Os anos passaram e chegou-se a 1990. Em Coruche, da

fábrica de beterraba nem sinal. Em compensação, apareceu-lhe o Primeiro-Ministro em pessoa para, com a maior das naturalidades, informar que a fábrica - que, segundo as promessas de três anos atrás, devia entrar em funcionamento nesse preciso momento -, "já era um projecto definitivamente desbloqueado", prometendo o Governo "apoios substanciais de fundos comunitários". À falta de uma Terra Prometida para oferecer aos portugueses, Cavaco Silva começava já a desenhar uma

Terra das Promessas - Coruche. Não consta da Bíblia, mas não se pode ter tudo.

Coruche – A Terra das Promessas (3)

Dois anos depois foi a vez de um novo ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, voltar a Coruche para manter aceso o seu destino de Terra das Promessas. Dessa vez o governante garantiu que "tudo aponta para que dentro de dois anos a fábrica possa entrar em funcionamento, beneficiando os agricultores do Ribatejo e dos distritos de Évora e Beja, estando previsto que um terço da produção seja obtida em regime de sequeiro". À falta de cumprimento, a promessa alargava-se. Já transbordava das várzeas ribatejanas para os distritos de Évora e Beja e até a beterraba ganhava novas qualidades, já podendo ser obtida tanto em regadio como em sequeiro. O açúcar é que continuava a não poder ser produzido, por causa daquele pormenorizado da fábrica não construída. Mas a coisa estava mais que encaminhada: estava triplamente prometida.

Coruche – A Terra das Promessas (4)

E mais dois anos passaram, chegando-se ao de 1994, o tal que "tudo apontava" para que a fábrica entrasse em funcionamento. Como alguém se enganou, apontando para outro lado, Coruche continuou a produzir beterraba sacarina sem a poder transformar. Em compensação, já podia gabar-se de ter a melhor e mais antiga fábrica prometida do País. Coruche, como Terra das Promessas, já era uma instituição nacional. Atentos ao facto, o PSD e o seu Governo deslocaram-se de novo ao local, agora nas ilustres pessoas do ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, e do novo líder do PSD, Fernando Nogueira. Fizeram-no numa data estratégica, 25 de Abril, e como estamos em ano eleitoral, vestiram a promessa da fábrica de beterraba a preceito: mandaram desbastar uns baldios à pressa e chamaram-lhe "terraplanagens da futura fábrica de açúcar de beterraba em Monte da Barca - Coruche". Tratou-se de um passo significativo: a promessa foi tocada, finalmente, por algo de concreto, ao alargarem-lhe substancialmente o nome. Quanto à região de Coruche, deve estar animadíssima: oito anos depois continua sem fábrica mas já tem uma terraplanagem, o que é um grande avanço. Assim já tem sítio onde despejar os milhares de toneladas de beterraba que anda há 10 anos a produzir.

PONTOS NATURAIS

Ver e pensar

Quando partires para um debate político, na televisão, entre o PSD e o PS, não te esqueças de levar o despertador.

«Slogan» de certas mesas-redondas: «Comigo, o governo vai sempre atrás.»

O Dr. Marques Ferreira confirma: 70 por cento da população prisional tem ligações à droga. Da população em geral, também. A droga é que muda de nome. Chama-se televisão.

são o pão (envenenado) nosso de cada dia. E não há Polícia Judiciária que nos socorra...

Foi dito que, para a Tourada Real, se pintou a Praça de Touros do Campo Pequeno. A Praça já não era pintada desde os tempos de Manuel dos Santos. Em jeito de fábula: a pintura é outra, mas a tourada continua.

Os grupos de imprensa tornaram-se impérios que passam por cima dos oceanos. É por isso que «informação» e «jornalismo» foram rebaptizados de

«comunicação». Palavra mais pretensiosa mas mais perigosa, visto que significa a transmissão de

factos, por um agente neutro, entre um emissor e um receptor e já não o enriquecimento de um público através do relato de um acontecimento transformado em

informação graças ao trabalho especializado do jornalista. Uma outra ameaça ainda paira sobre a liberdade da informação: a importância crescente do lugar ocupado pela publicidade nos media. A publicidade deixou de ser uma receita complementar da empresa, para finalmente ditar a sua lei, quer se trata da fabricação e mesmo da concepção (publi-reportagens, separadores publicitários nas séries, filmes e telenovelas) de um produto da imprensa escrita, radiofónica ou televisual. Olhados outrora de modo sobranceiro, como apoios secundários para os media, os publicitários passaram agora a considerar os media como meros «suportes» seus. É o mundo ao contrário!

(Textos de Informação Manipulação, de Alain Woodrow, com notas preciosas de José Manuel Barata-Feyo)

Mário Castro

Na SIC, um dirigente das claques desportivas aponta-as como alternativa à política e à religião. Ninguém contestou. Estaremos em vias de uma tentativa de legalização das claques como parceiros sociais?

«Se dúvidas houvessem...» — disse aquele jornalista. Uma tarde solarenga... — disse outro jornalista, a propósito do casamento de Duarte Pio. A língua portuguesa sofre diariamente tratos de polé. Os crimes



REUNIÕES DE CÉLULAS E SECTORES DO PCP

AMADORA

Plenário de militantes da freguesia de Venteira, com a participação do camarada Vítor Dias: sexta-feira, 19, às 21h, no CT da Amadora.

Plenário de militantes de Moinhos da Funcheira: dia 19, no CT da Amadora.

Reunião de militantes da freguesia de Carenque: sexta, dia 19, às 15h, no Centro de Reformados de Carenque.

CASCAIS

Reunião com todos os camaradas que trabalham na Alcatel Portugal para discussão da situação social na empresa e eleições legislativas: dia 24, às 17h30, no Centro de Trabalho de Cascais.

Sessão-debate com Reformados promovida pela C. Freguesia de S. Domingos de Rana, com a participação do camarada Jaime Félix: quinta-feira, dia 25, às 15h30, no CT de Tires.

LISBOA

Plenário da célula da Carris, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: 5ª feira, dia 25 de Maio, às 18h30, no CT Vitória.

LOURES

Plenário de militantes de Santa Iria de Azóia sobre «As grandes transformações no concelho e na freguesia», com a participação de Francisco Brandão: sexta-feira, dia 19, às 21h30, no Centro de Trabalho da Sta. Iria.

PORTO SALVO

1ª Assembleia da Organização da Freguesia de Porto Salvo: sábado, dia 20, às 15h, no Centro de Trabalho local, com a participação do camarada Carlos Chaparro.

S. BARTOLOMEU DE MESSINES

Reunião regional de Quadros do PCP do Algarve para discussão da preparação no distrito das próximas eleições legislativas e definir linhas de trabalho para a campanha eleitoral: no CT de S. Bartolomeu, sábado, 20, a partir das 15h.

SEIXAL

Plenário de militantes da freguesia de Arrentela: sexta-feira, 19, às 21h, com a participação do camarada Américo Costa. Plenário de militantes da organização local de Miratejo: sexta-feira, dia 19, às 21h, no Centro de Trabalho de Corroios.

SINTRA

Para discutir o projecto de Resolução Política e eleger os delegados à 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra, marcada para 27 de Maio, continuam a realizar-se reuniões de células e sectoriais. Durante esta semana terão lugar as seguintes:

- Sintra - de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho, hoje, às 21h30, no CT de Sintra;
- Terrugem - sexta-feira, dia 19, às 21h, com a participação de Jaime da Mata;
- Militantes das empresas do concelho de Sintra - sábado, dia 20, às 16h30, no CT de Cacém, com a participação de Romeu do Rosário;
- S. Pedro de Penaferrim - sábado, dia 20, às 16h, em casa da camarada Vitória Lagarto (na Abrunheira)

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Plenário de militantes no Centro de Trabalho local, para discussão das próximas Eleições Legislativas, com a participação do camarada Júlio Filipe: quarta-feira, 24, às 21h30.

VIALONGA

Plenário de militantes, para discussão da situação política e social e eleições legislativas: sexta-feira, 19, às 21h30, no Centro de Trabalho.

Lisboa

REUNIÃO GERAL DE MILITANTES DO SECTOR PÚBLICO

sobre as Eleições Legislativas e o reforço da organização do Partido

com a participação do camarada Domingos Abrantes

CT Vitória - hoje, dia 18, às 18h30

*

Lisboa

CT Vitória - Sábado, 20, das 10 às 18h

ENCONTRO DISTRITAL SOBRE QUESTÕES DE SAÚDE

Intervenção de encerramento por Edgar Correia



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Sábado, a partir das 10h no Parque Eduardo VII, Lisboa **FESTIVAL NACIONAL DA JUVENTUDE CDU**

Festa-comício, às 15h, com várias bandas

Às 17h: Intervenção de

CARLOS CARVALHAS

Às 17h30, espectáculo de encerramento com

Sérgio Godinho

Sábado, dia 20 de Maio
PIQUENIQUE CDU
promovido pelas Mulheres da CDU
do distrito de Lisboa
na Quinta do Marquês de Suberra
V. Franca de Xira
com a participação
de **CARLOS CARVALHAS**
e de outros dirigentes do PCP, Os Verdes e ID
(Inscr.: Tel. 3562715 - Paula Sousa ou Isaura
Moreira)

Loures

Domingo, 21, a partir das 10h
Convívio CDU
no Parque Municipal de Montachique
Espectáculo com Luísa Basto
Às 14h30, intervenção de
Carlos Carvalhas

Homenagem a Catarina Eufémia

Baleizão, domingo, dia 21 de Maio,
com a participação do camarada

ÁLVARO CUNHAL

- às 15h, romagem ao cemitério de Baleizão
- às 16h, comício

Excursões organizadas:

- Com. Freg. de Algés: inscrições pelo tel. 4115746
- Com. Freg. Feijó: inscrições pelo tel. 2590820
- Org. Cidade de Lisboa: inscrições pelo tel. 3561715

Álvaro Cunhal em Santarém...

O camarada Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, estará, na próxima terça-feira, em Santarém para participar numa conferência subordinada ao tema «A Revolução de Abril e os Valores da Democracia», que terá lugar no Instituto da Juventude, a partir das 21h30.

... e nos distritos de Évora e Portalegre

Nos dias 20 e 21, sábado e domingo próximos, o camarada Álvaro Cunhal participa ainda nas seguintes iniciativas das Direcções Regionais de Portalegre e Évora e das respectivas organizações locais:

- em Foros de Arrão (Portalegre), almoço-convívio no sábado, nos Pavilhões da Cooperativa. Inscrições para este convívio podem ser feitas pelos telefones 042.22778 e 045.21305;
- em Estremoz, jantar-convívio no Ginásio dos Bombeiros, sábado, às 20h;
- em Monte Trigo, visita à freguesia seguida de almoço-convívio no domingo.

2, 3 e 4 de Junho Grande jornada nacional da CDU

Uma grande jornada nacional de esclarecimento da CDU está marcada para os dias 2, 3 e 4 de Junho. A sua realização deverá dar um forte e mobilizador sinal público do arranque de uma campanha da CDU caracterizada pelo diálogo vivo e pelo contacto directo com os portugueses e sustentada no activismo de base e na responsabilização e na iniciativa dos militantes do Partido e apoiantes da CDU nos locais de residência, nas escolas, nas empresas e outros locais de trabalho.

A realização desta jornada será centralmente apoiada pela produção de um folheto, que constituirá o suporte principal do contacto na jornada, de um pendão, de uma casete áudio e de cartazes para utilização nos painéis de grande formato que estão em processo de fabrico e instalação.

Importa por isso que, em cada organização do Partido, se proceda à adequada preparação desta Jornada, designadamente estimulando a participação de dirigentes do Partido, candidatos, deputados, eleitos autárquicos, sindicalistas e outros apoiantes da CDU a par da indispensável dinamização da participação de militantes e activistas das organizações de base, e planificando e organizando acções viradas para o exterior (porta-a-porta em freguesias e bairros; visitas e contactos com empresas; bancas e distribuições em zonas de grande movimento e circulação de pessoas; pequenas caravanas para contacto com a população e distribuição do folheto; iniciativas de esclarecimento e debate).

● Amadora

Activistas da CDU e dirigentes sindicais visitam os Cabos Ávila dia 18, e no dia 25 a CM da Amadora. No mesmo dia 25, participam numa acção de rua junto das empresas da Venda Nova. Visita CDU ao Bº de Sta. Filomena, com a participação do vereador Manuel Vieira e de outros eleitos: domingo, 21.

● Estoril

Encontro do vereador Carlos Sota e de eleitos CDU na freguesia com os moradores dos Bairros da Martinha (dia 20 às 17h, no Largo, junto ao Parque Infantil) e das Areias (dia 20 às 15h, junto ao Arco da Praceta António Enes).

● Lisboa

Jantar de confraternização de Apoiantes da CDU com o Gen. Vasco Gonçalves: sexta-feira, 19, a partir das 20h, no Café Império (à Alameda). Reunião de jovens activistas e apoiantes da CDU da Zona Oriental de Lisboa: quinta-feira, dia 25, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória.

● Loures

Sessão-debate da CDU na Pontinha: «A alternativa democrática e as lutas das populações», com a participação de Luís Sá e Fátima Amaral. Na Esc. Prim. do Bairro Falcão, sábado, 19, às 21h30. Plenário CDU de S. Julião do Tojal com Jorge Cordeiro: sábado, 20, às 15h, no CT do Zambujal. Sessão CDU com Reformados: no Centro da Terceira Idade do Prior Velho, terça-feira, 23, às 15h.

● Sesimbra

Encontro concelhio da CDU, com a participação de Luís Sá. Tema: «Ideias para uma Nova Política». Sábado, 20, às 14h30, na Sala Sesimbra do Hotel do Mar.

● Seixal

Debate CDU: «A alternativa para uma Nova Política». Sábado, dia 20, às 15h30, na Soc. Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, com a participação de Vicente Merendas (PCP), João Caetano (Independente), Raul Canal (ID).

● Sintra

Reunião de eleitos da CDU da freguesia de Aqualva-Cacém: no Centro de Trabalho do PCP local, hoje, quinta-feira, às 21h30.

● Odemira

Plenário CDU com a participação de José Soeiro, da Comissão Política do CC do PCP, sobre as eleições para a Assembleia da República e as tarefas dos eleitos e activistas da CDU no concelho de Odemira: sábado, 20, às 15h, no Salão do Núcleo Desportivo e Cultural.

● Oeiras

«A CDU e as questões da Educação - pela melhoria da Educação e Ensino no concelho de Oeiras» - encontro-debate no Palácio Ribamar, em Algés, sábado, dia 20, a partir das 15h.

● Porto

«O Padrão da Légua em debate» - debate na Escola Secundária do Padrão da Légua, segunda-feira, 22, às 21h30.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 18

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.15 Vizinhos
15.40 Rumo a Avonlea
16.30 Motociclismo
17.45 Corpo Santo
19.10 Com a Verdade me Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 Isto Só Vídeo
22.10 Selecção de Esperanças
23.10 Coisas da Vida
00.10 24 Horas
00.50 Remate
01.05 O Cão dos Baskervilles
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.00 Televentas
17.05 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.25 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 Timewatch
21.10 Magazine - «Ver Artes»
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Investigação de Um Crime
23.35 Musical: «Recollections - Lendas do Jazz»
00.25 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo



«O Verdadeiro Oeste»: Sam Shepard encenado e representado por portugueses

14.30 Os Rivais
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.35 Os Trapalhões em Portugal
22.15 A Máquina da Verdade
23.15 A Noite da Má-Língua
00.20 Último Jornal
00.35 Ciclismo
00.50 Internacional SIC

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.55 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Pelo Contrário
23.30 TVI Jornal
24.00 Protagonistas
00.35 Dar que Falar
01.25 O 8º Dia

Sexta, 19

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.15 Vizinhos
15.40 Rumo a Avonlea
16.30 Grande Desporto
17.45 Corpo Santo
19.10 Com a Verdade me Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 Concurso 1, 2, 3
23.15 Férias sem Volta
00.05 24 Horas
00.45 Remate
01.00 Contos Assombrosos
01.30 Peter Gunn, Detective Especial
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

17.05 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 O Mundo em Guerra
21.00 À Roda do Mundo
21.05 Ver Para Ler
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou
23.10 Musical: «Recollection - Lendas do Jazz»
24.00 Desaparecida
(ver «Filmes na TV»)
01.35 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto

12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Encontro de Família
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Minas e Armadilhas
23.50 Os Donos da Bola
01.05 Último Jornal
01.30 Ciclismo
01.45 Playboy

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.30 Os Inimigos
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Dar que Falar



«Recollection» esta semana em duas edições com grandes músicos de jazz

Sábado, 20

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Sonhos de Mulher
14.00 Made in Portugal
14.35 Clube Disney
16.05 Eternos Novatos
16.30 As Aventuras de Brisco County Jr.
17.15 Arca de Noé
18.15 Um Novo Arranque
(ver «Filmes na TV»)
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
20.30 Noite Mágica
21.30 Parabéns
23.35 24 Horas
23.55 O Exército das Trevas
(ver «Filmes na TV»)
02.00 A Mulher Detective
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 Jogo Falado
15.00 TV2 Desporto
15.45 Futebol: Everton-Manchester United (Final da Taça Inglesa)
20.00 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.30 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 Foragidos da Noite
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Justiça Selvagem
19.00 Vidas Cruzadas
20.00 Irmãos Coragem
21.00 Jornal da Noite + A Semana
22.15 Uma Noite de Sonho
23.50 Último Jornal
00.05 Ciclismo
00.20 Vá para Fora Cá Dentro
00.30 Campo de Sonhos
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

09.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Caixa de Perguntas
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 O Céu como Horizonte
18.15 Em Busca de...
18.45 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
20.20 África Aqui
22.30 Ficheiros Secretos
23.35 Por Trás do Crime
00.05 Últimas Notícias
00.30 O Quarto Mandamento
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 21

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
11.30 Sem Limites
12.00 Top +
13.00 Jornal da Tarde
13.15 86-60-86
14.00 Automobilismo
15.45 A Lei de Burke
16.35 A Grande Pirâmide
17.25 Os Gangsters Malandros
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Casa Cheia
19.55 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Eu Tenho Dois Amores
21.55 No Calor da Noite
22.40 Domingo Desportivo
00.10 24 Horas
01.30 E Tudo o Vento Levou
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Missa
11.00 TV2 Desporto
13.00 Regiões
14.00 Euronews
15.00 600 Anos dos Bombeiros
16.00 TV2 Desporto
19.30 Um País de Floresta
20.10 Música ao Domingo: «Concerto com Maria José Morais»
21.05 Os Descobrimientos Portugueses
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo (incluindo o documentário «Sevilhanas» e o filme «Dancen»)

SIC

11.00 Buéréré
13.00 Vida Selvagem
14.00 Walker, o Ranger do Texas
14.50 Big Show Sic
16.50 Belarmino
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Médicos sem Fronteiras
20.00 Assuntos de Família
21.00 Jornal da Noite
22.20 Uma Mulher de Sucesso
(ver «Filmes na TV»)
00.35 O Senhor que se Segue
01.35 Último Jornal
00.55 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
10.45 Missa
13.00 O 8º Dia
13.35 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.45 Mini Gladiadores
16.30 Babylon 5
17.30 Adultos à Força
18.30 O Poder da Lei
19.25 Telejornal
20.00 Bang-Bang
20.35 Detectives na Onda
21.45 Não te Enerves
22.15 Cluedo
23.15 Últimas Notícias
24.00 Jornal do Mundo

Segunda, 22

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.35 Malha de Intrigas
15.30 Gente da Frente
15.55 A Minha Amiga Lúcia
16.20 Com a Verdade M' Enganas
17.00 Paixões
18.00 Corpo Santo
18.50 Motores
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 Nio d' Obra
22.05 Moda - Nina Ricci
22.55 Zona+ Carlos Cruz
00.30 24 Horas
01.00 Caminhada sem Tréguas
02.05 Remate
02.20 A Maledição dos Mortos Vivos
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.00 Televentas
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.20 Que Família
20.45 Magazine - «Saúde»
21.15 Segunda Parte
21.40 Ver para Ler
21.50 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Magazine - «Teatro»
23.10 Teatro - «O Verdadeiro Oeste»
01.20 As Teias da Lei
02.15 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso dos Três Mosqueteiros
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 Robcop II
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Último Jornal
01.00 Flash Back

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.25 A Canção da Saudade
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Prolongamento
00.30 Dar que Falar
01.20 Novos Ventos

Terça, 23

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.35 Malha de Intrigas
15.30 Gente da Frente
15.55 A Minha Amiga Lúcia
16.20 Com a Verdade M' Enganas
17.00 Paixões
18.00 Corpo Santo
18.50 Golo Europa
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.05 Eferreá
23.00 Prova Oral
00.15 24 Horas
01.55 Remate
01.10 História de Amor
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.00 Televentas
17.05 Immenhof
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 Rotações
21.10 Magazine - «Cinema»
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Histórias Extraordinárias
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Alta Frequência
01.40 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Crime a Bordo
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.25 Último Jornal
00.40 Laços de Sangue
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Ódios Recalcados
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Jornal de Negócios
00.30 Dar que Falar
01.30 Caixa de Perguntas



«Trimewatch», da BBC: à procura do tempo para ajudar a compreender a História



Lena D'Água na «Música dos Outros»

Quarta, 24

CANAL 1

08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.35 Malha de Intrigas
15.30 Gente da Frente
15.55 A Minha Amiga Lúcia
16.20 Com a Verdade M' Enganas
17.00 Paixões
18.00 Corpo Santo
18.50 NBA
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.25 Futebol: Ajax-AC Milan (Final da Liga dos Campeões)
23.15 Desencontros
00.15 24 Horas
00.55 Remate
01.15 Duelo em Chicago
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

15.30 Televentas
16.30 Andebol
18.10 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 O Fogo e a Terra
21.45 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.40 As Teias da Lei
00.25 Longe de Liverpool
01.20 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Os Campeões
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Cenas de um Casamento
22.20 Miss Universo 95
00.20 S6 para Inteligentes
01.55 Último Jornal
02.10 Tostões e Milhões

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
22.00 A Polícia Não É Azul
(ver «Filmes na TV»)
23.40 TVI Jornal
00.10 Dar que Falar

Por isto e por aquilo...

Desaparecida

(Sexta, 00.00, TV 2)

Durante uma viagem de comboio que a transporta dos Balcãs a sua casa, uma jovem passageira estabelece ligação com uma velha senhora que, entretanto, durante o sono da jovem, desaparece sem deixar vestígio, surgindo em vez dela uma outra senhora vestida da mesma maneira. Mas tudo isto não é mais do que a superfície de uma intrigante história de espionagem entre duas potências... Hitchcock, neste seu mais famoso filme do «período britânico», presenteia-nos com a sua habitual mestria em criar ambientes de um inquietante *suspense*, passando imperceptivelmente de um ambiente de *humor negro* para a mais terrível das angústias e prendendo o espectador à cadeira enquanto assiste, impotente, à investigação que a jovem empreende na companhia de outro passageiro, um músico.

O Quarto Mandamento

(Sábado, 23.35, Quatro)

Na sequência de *O Mundo a seus Pés* (transmitido a semana passada pela Quatro), Orson Wells prossegue, aqui, o seu ajuste de contas com personagens extraídas à realidade da sociedade americana. É através do relato do percurso de duas famílias abastadas - uma, com raízes «feudais», num Estado do Sul, e outra, industrial, mais a Norte - que ele abrange toda uma época. Ao contrário de *Citizen*, os eventos são aqui contados cronologicamente, mas mantém-se o princípio da recordação do passado. E, como em certos episódios isolados de *Citizen*, um comentário irónico produz a necessária distanciamento face a esse relato. A prodigiosa utilização dos *planos-sequência*, das *elipses* e da criativa montagem da imagem e do som, mantêm-se de novo, em Wells - a par da irrepreensível caracterização das personagens, do uso dos cenários e guarda-roupa -, como brilhantes dispositivos cinematográficos que deixam ver ao espectador o fluir do tempo e emprestam a cada sequência o carácter impressionante de algo que é meticulosamente reconstruído, mesmo que estropeado pela produção no retalhar da cópia final.

Foragidos da Noite

(Sábado, 23.40, TV 2)

De produção britânica e cruamente filmado no claro-escuro da capital londrina - o argumento deste *filme negro* americano gira à volta de um aventureiro da noite (*Fabian-Richard Wydmak*), ao serviço do gerente de um clube nocturno (*Nosseros-Francis Sullivan*), mergulhado nos negócios escuros da luta livre. Mas, um dia, um dos espectáculos corre mal e, no combate entre *Gregorius* e o *Estrangulador*, o primeiro sucumbe a uma crise cardíaca. *Fabian*, depois de uma longa fuga, morre às mãos do *Estrangulador* e o seu corpo flutua no Tamisa... Num filme duramente realista encenado por um mestre do género (*Jules Dassin*), duas excelentes interpretações: *Wydmak*, no papel principal, e *Francis Sullivan*, um grande secundário.

Campo de Sonhos

(Sábado, 00.15, SIC)

Como aqui já foi escrito, as referências consideram-no um filme extremamente curioso que regressa, em moldes modernos, à tradição da encenação do «maravilhoso» que constituiu um terreno por excelência dos mecanismos de evasão do cinema clássico norte-americano: inspirado por «uma voz» que vem do Além, um agricultor de Iowa cria, no meio do seu milheiral, um recinto de *baseball* que constitui o «chamamento» para que ali surjam os espíritos de alguns dos mais míticos jogadores do passado, em particular o de *Shoelless Joe Jackson* - cuja trajectória inspirara o livro de W. P. Kinsella que serviu de base à adaptação do argumento. A boa interpretação de *Kevin Costner* e a excelente banda sonora de *James Horner* são tónicas positivas do filme. Mas, a exemplo do que sucede com outros filmes desta semana, a sua enésima projecção nos vários canais já não consegue trazer nada de novo.

Belarmino

(Domingo, 16.50, SIC)

A seguir a *Verdes Anos*, de *Paulo Rocha*, *Belarmino* (realizado por *Fernando Lopes*) é a segunda grande obra do chamado Cinema Novo português do início dos anos 60. Estruturado em forma de *documentário*, o filme só à superfície surge como uma abordagem (dir-se-ia que quase *televisiva*) do quotidiano de *Belarmino Fragoso*, campeão do pugilismo nacional, constituindo sobretudo uma crónica sobre o desalento e o vazio de uma época negra da vida nacional. Admiravelmente fotografado por *Augusto Cabrita*, excelentemente montado e com uma cuidada banda sonora, *Belarmino* só por confusão é incluído no conjunto de filmes portugueses que a SIC escolheu para a sua rubrica «Chiado Terrasse».

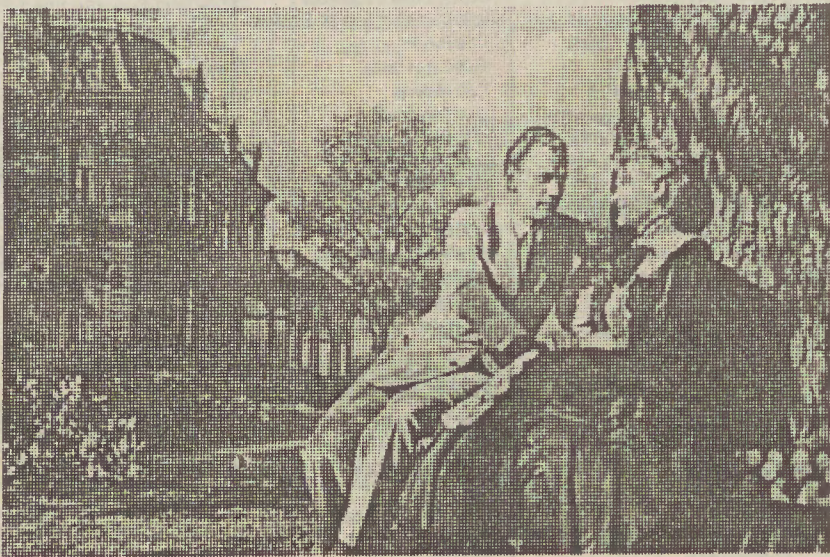
Uma Mulher de Sucesso

(Domingo, 22.20, SIC)

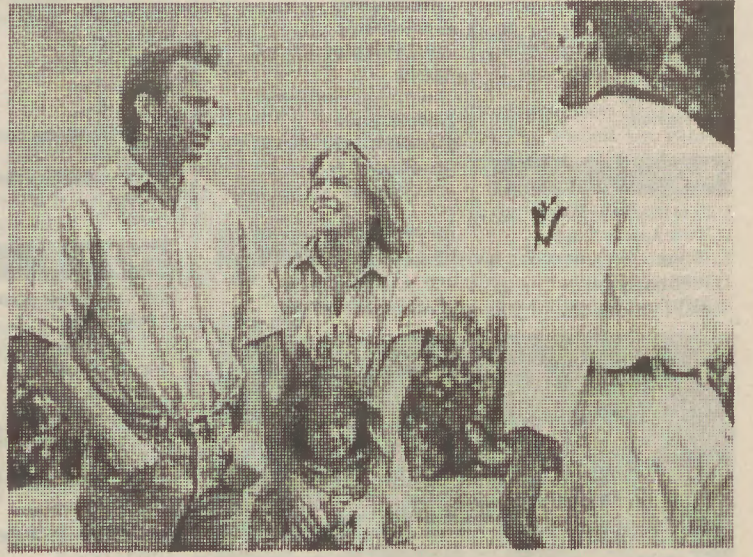
Outro filme já conhecido dos espectadores, ainda há pouco transmitido noutro canal. É uma interessante comédia que conta a histó-



O fotógrafo Augusto Cabrita durante a rodagem de «Belarmino», de Fernando Lopes



Joseph Cotten e Dolores Costello, numa cena de «O Quarto Mandamento», de Orson Wells



Kevin Costner e Amy Madigan, em «Campo de Sonhos», de Phil Alden Robinson

ria da ascensão profissional da anónima secretária de uma firma que, servindo-se da sua grande intuição e não menores atributos físicos, procura «subir na vida» para conseguir o cargo profissional que ambiciona - vingando-se, aliás, da sobrançeria da sua «patroa», retida no leito por causa da fractura de uma perna. Um par de actores e actrizes no topo da forma (com *Griffith* e *Ford* em dois excelentes papéis principais e *Weaver*, surpreendentemente, a fazer de «secundária»), num filme bem engendrado por um eficaz *Mike Nichols*. A canção-tema «*Let The River Run*», de *Carly Simon*, conquistou o Oscar da categoria.

E Tudo o Vento Levou

(Domingo, 00.30, Canal 1)

A RTP não cuidou de divulgar sequer a ficha técnica do filme que, com este nome chamativo, transmite nesta data, pelo que se ignora se se trata do que foi realizado, em 1978, por *Lou Adler*. Se isso se confirmar, trata-se de uma comédia relativamente inofensiva e sem grandes voos mas que vale uma espreitadela ao contar-nos

a história (repleta de momentos hilariantes) das aventuras de dois jovens em busca de *marijuana*. Para tal contribui a interpretação de uma parrelha irresistível - *Cheech Marin* e *Tommy Chong*.

O Regresso dos Três Mosqueteiros

(Segunda, 14.30, SIC)

É mais uma das inúmeras adaptações ao cinema das aventuras dos *Mosqueteiros*, saídas da pena de *Alexandre Dumas*. Desta vez, trata-se de uma co-produção, cheia de aparato e grandiosidade, servida por um inesgotável naipe de intérpretes de nomeada e encenada, a preceito, por um rotineiro realizador britânico (*Terence Young*), especialista nas grandes produções.

Histórias Extraordinárias

(Terça, 22.45, TV 2)

O destaque apenas se justifica para prevenir o espectador de que - como costuma geralmente acontecer com os chamados filmes em *sketches* - também este padece da ausência de qualquer homogeneidade. Desta vez, trata-se da adaptação ao cinema de três contos de *Edgar Allan Poe*: aquele a cargo de *Vadim* é para esquecer, pelo ridículo do resultado final; *Louis Malle*, apenas se contenta em ser competente e aplicado; e *Fellini*, o mais bem sucedido de todos, está como «peixe na água» quando se trata do *fantástico*.

O Maior Roubo de Sempre

(Quarta, 14.30, SIC)

Estrelado por um respeitável elenco, este filme do realizador *Peter Yates* é mais uma versão, para o cinema, do famoso caso do comboio da *British Royal Mail*, encenado com desenvoltura e reproduzindo (com assinalável rigor) a cronologia e as consequências desarmantes de um dos mais famosos roubos do século. Para entreter.



Harrison Ford, Melanie Griffith e Sigourney Weaver, intérpretes principais de «Uma Mulher de Sucesso», de Mike Nichols

«É como se fosse a Fórmula 1!»

■ Francisco Costa

A expressão que escolhi para intitular esta crónica não fui eu que a inventei - ela foi avançada, textualmente (no *Telejornal* da noite que antecedeu a reportagem directa pelo Canal 1 do casamento de Duarte Pio e Isabel Herédia), por Luís Andrade, o responsável técnico pela produção e direcção televisiva do referido evento.

Convenhamos que não é de estranhar a desastrosa candura e leviandade com que aquele funcionário principal da RTP qualificou a desproporcionada mobilização de meios técnicos e humanos para o acto final que veio culminar essa gigantesca operação desenvolvida pela estação da 5 de Outubro, ao longo de mais de uma semana, para promover as bodas de um cidadão, dito «pretendente» a... rigorosamente nada! É naturalmente assim que a televisão do Estado de facto se comporta quando se trata de cobrir acontecimentos que, por uma ou outra razão, caem no goto ou vão ao encontro das convicções, gostos pessoais ou «critérios editoriais» dos seus responsáveis funcionando no resto do tempo como uma estação de televisão que, no essencial, se afasta das verdadeiras preocupações sociais, políticas e culturais da sociedade, não se distinguindo assim dos projectos televisivos mais sensacionalistas, primários e comerciais.

É que nem sequer a eventual invocação do estatuto de «serviço público» poderia, neste caso, ser aceitável para disfarçar uma das mais escandalosas operações de divulgação (nas entrelinhas) das ideias mais caducas e restauracionistas que o nosso principal canal arbitrariamente impôs a milhões de cidadãos, por completo à revelia da realidade política circundante e dos sentimentos republicanos e democráticos da esmagadora maioria desses cidadãos - o que foi patente no chorrilho de disparates e nos inenarráveis comentários que nos foram infligidos durante a transmissão directa das ditas bodas ou ainda, por exemplo, nesse espectáculo de retrógrado marialvismo e de imbecis mundanices em que as expressões utilizadas pelos comentadores de serviço transformaram a Corrida de Gala à Antiga Portuguesa.

Mas o mais grave deste empreendimento exclusivo, «pago» a peso de ouro, é a noção - hoje generalizada pelas oportunas denúncias da comunicação social, aliás desmentidas pela sua Direcção de Informação de forma arrogante, sofismada e canhestra - de que, na base de tudo isto, estiveram contrapartidas obscuras traficadas pelos mesmos agentes que promovem a RTP, indo-se ao ponto de estabelecer um aproveitamento rasteiro dos inúmeros *écrans* de publicidade que, com plebeia frequência, interrompem o objecto fulcral da transmissão directa, numa promiscuidade de interesses que nada abona em favor da decantada nobreza de tão destacados protagonistas! E que tiveram a sua expressão máxima na série de peças que quotidianamente o Canal 1 impôs aos espectadores, com o inqualificável arbítrio de interromper a meio (!) o seu principal serviço noticioso: um estratagemma aberrante em qualquer televisão que se preze e que o posterior recuo (face ao escândalo público) nada desculpou ou atenuou, antes veio reforçar e sublinhar. Para tudo terminar, já na segunda-feira, com o frete de um «compacto» elaborado à boa maneira do que se faz para as telenovelas e que apenas parece ter servido para fazer desfilar o cardápio das nobrezas e realzas que, na véspera, os comentadores se mostraram incompetentes para descobrir ou reconhecer...

Enfim, fiel ao seu passado e ao seu presente, a RTP não se desviou um milímetro de uma prática que ali é quotidiana: a de transformar os seus espectadores em súbditos, agora de um «reino das bananas». O que não pode deixar de ser repudiado.

O delírio da guerra

Nestes tempos de nojo televisivo, não podem entretanto deixar de ser assinalados dois outros programas que, com maior ou menor felicidade, pelos seus propósitos de qualidade puderam despertar nas

últimas semanas o interesse dos espectadores portugueses - e, curiosamente, ambos transmitidos pela SIC.

Em primeiro lugar, o mais recente de todos - «Madina do Boé - A Retirada» - um documentário que nos transportou aos tempos dramáticos da Guerra Colonial e a um dos seus tantos episódios desconhecidos: a retirada da Companhia de Caçadores nº 1790 da zona de Madina do Boé, decidida em Junho de 1968 e concretizada em 6 de Fevereiro de 1969, com o conseqüente e trágico desaparecimento de 46 militares portugueses.

Construído com base em documentos de surpreendente mobilidade e realismo filmados à época no teatro de guerra (e extraídos de arquivos institucionais ou particulares ou do filme «Acto dos Feitos da Glória», de Fernando Matos Silva), a «escrita» do

Ainda Abril

Se a pedagogia do antióidio entre combatentes ontem colocados em oposição pelas nefastas circunstâncias políticas de uma época tenebrosa da História portuguesa foi, em «A Retirada» - com a única e notória excepção de Almeida Bruno - sempre tocada pela emoção das memórias, já «A Cantiga é uma Arma» que a SIC transmitiu há pouco mais de duas semanas - e em relação ao qual a falta de espaço me impediu de aqui fazer referência na crónica do penúltimo número do «Avante!» - padeceu de uma notória frieza face à exaltação dos acontecimentos de há 21 anos, só explicáveis pela postura que presidiu à elaboração e concepção do programa.

Partindo de uma excelente ideia de Miguel Esteves Cardoso - mas servido por um texto de surpreendente pobreza, se comparado com a qualidade a que polémica personagem nos habituou, apesar da sua tradicional e subjacente ganga ideológica - o programa configurava-se como um *docudrama* em que os vários episódios de Abril, aproximando-se interessantemente de uma estratégia narrativa quase-ficcional, como que eram compartimentados em capítulos, todos eles sujeitos a um fortíssimo, arrojado e inovador tratamento da imagem e do som. A chamada *video-arte*.

Os dispositivos eram claros: a colagem dentro da colagem, para chegar à justaposição (quase sem solução de continuidade) de uma multiplicidade de efeitos visuais e sonoros, em muitos momentos notáveis, mas em geral feridos do esteticismo mais frio e da mais completa *desligação afectiva* face ao próprio material manipulado.

O que nos conduz à expressão ideológica do programa. Aparentando, à superfície, ensaiar quanto ao passado e mesmo relacionar com a actualidade uma peça de contestação ao poder - não excluindo o poder actual, justamente entendido como fonte de novos desalentos e conseqüentes revoltas - essa expressão foi quase sempre sinónimo de um posicionamento anarca, pretensioso e vagamente *snob*, até pelos jogos da montagem e da transfiguração electrónica com que, em simultâneo, eram tratados uma confusa multiplicidade de sinais iconográficos de raiz esquerdista, utopismo serôdio ou trejeitos nacionalistas.

Exemplares, por antítese, deste polivalente tratamento ideológico do material de arquivo disponível ou especialmente recolhido foram as peças «Renovação» e «Fugas», respectivamente realizadas por Edgar Pêra e Ricardo Andrea. Em particular esta última, que constituiu um autêntico e indistigável arsenal de simbologias - *armas, braços, campinos, caravelas, armaduras, Zé Povinho, abobadas, campanários, vitrais, azulejos, castelos* - associáveis pelo espectador, em termos de leitura e recepção, aos anteriores desenhos evocando D. Sebastião e reforçadas pelas palavras que, de forma dispersa e subliminar, iam desfiliando pelo televisor - *identidade, orgulho, serenidade, alturas, princípio, Portugal, sempre velho, sempre novo...*

Ora bem: as reservas aqui avançadas quanto ao *sumo ideológico* do citado programa, sendo impossíveis de calar para que se não diga que andamos distraídos, não pretendem em boa verdade escamotear de forma primária o notável esforço de renovação da linguagem televisiva que ele ao mesmo tempo constituiu. E se também é sintomática, porque esdrúxula, a escolha dos *Madredeus* como coerente «peça de resistência» para o conteúdo musical do programa, não menos oportuna foi a recordação de excertos de canções que, então, em Abril e Maio de 74, de facto foram uma arma - associadas que acabaram por ser, pelo espectador, às imperecíveis e memoráveis imagens desses tempos que continuam a projectar-se, queira-se ou não se queira, no nosso presente e no nosso futuro!

Pelo muito que prometia e chegou a alcançar e pelas insuficiências ou admanes tão em voga que veio a desvendar, digamos, em conclusão, que «A Cantiga é uma Arma» resultou num revelador programa em que Abril foi visto como que... a partir do «Frágil»!

O contrário é que seria para admirar.



documentário da responsabilidade do jornalista José Manuel Saraiva resultou exemplar na contida sobriedade pedagógica com que foi elaborado: doseando com particular cuidado a complementaridade entre o texto de enquadramento da narração, as entrevistas com alguns dos homens que viveram esses acontecimentos e a qualidade das imagens captadas nos nossos dias, em tempos de paz e reconstrução - um domínio em que veio a primeiro plano a excelente sonoplastia e o brilhante trabalho de direcção de imagem de Manuel Costa e Silva que, juntamente com Manuel Tomás, o realizou.

«Madina do Boé - A Retirada» valeu mais ainda pela análise implícita ou explícita do sofrimento incalculável que se projectou sobre os combatentes dos dois campos em confronto, hoje lado a lado procurando compreender a realidade de então e, sobretudo, recordando com os olhos postos no futuro a tragédia que sempre está na base de uma guerra injusta e imposta por um poder ditatorial. Para que não venha a repetir-se.

de FOICE

Os Bonifrates (III)

[Bonifrates (fig.): pessoas ridículas, que se não levam a sério, frívolas/ pessoas que outras fazem manobrar a seu talento, que são joguete nas suas mãos/ pessoas que pecam contra a gravidade e decoro do seu estado e sexo]

O Mosteiro de Nossa Senhora de Belém, popularmente conhecido por Jerónimos, viu a sua primeira pedra lançada em 1500 por El-Rei D. Manuel I, que assim pretendia assinalar a descoberta do caminho marítimo para a Índia.

Repararam no condicional aplicado ao verbo pretender. Foi de propósito e jamais tão necessário.

Na verdade, compreendemos este fim-de-semana o real alcance desta obra do Rei Venturoso. O que, afinal, o homem queria era casar ali a família até vir a mulher da fava rica, cuja vir, até veio: apareceu 400 anos depois, armada em República e com o objectivo expresso de mandar à fava a monarquia.

Pois é o mandas. Mais 100 anos no lombo (desta vez da República) e cá estamos outra vez com os Jerónimos casando a descendência do Rei da Pimenta, agora assente nos agrónomos ombros de D. Duarte, duque de Bragança.

Pelo que, caminho marítimo para a Índia, uma ova! Vá lá a gente fiar-se na História que o Hermano Saraiva titila na polpa dos dedos, quando não os tem ocupados a vender selos e outros produtos bancários historicamente negociáveis...

E para que dúvidas não assaltassem os mais cépticos de que os Jerónimos mudaram o País neste fim-de-semana, lá esteve o Presidente da República, em pessoa, a autenticar o acontecimento.

A profundidade do Acto dos Jerónimos foi tão ao âmago da Pátria que conseguiu novo prodígio: desbloquear sob as mesmas abóbadas estilo açafata (o estilo manuelino foi outro garruço que nos enfiaram) um Presidente da República e um Primeiro-Ministro que há anos só se falavam por obrigação.

Agora também não se falaram, mas foi por compenetração.

Um desvelo por tudo o que ali, finalmente, os unia: os fraques, os fliques e os flaques.

Alteração tão fantástica no País - a "revolução de veludo" do Vaclav, ao pé disto, é palha-de-aço da mais ordinária - influenciou o próprio cardeal patriarca, celebrante da real união, ao ponto de nos deixar confundidos sobre se a Igreja Católica casa pessoas ou títulos.

É que, nas sacramentais perguntas, o noivo não foi chamado apenas por "Duarte" - como a Igreja ensina na sua afirmação mais bela, a de que os homens são todos iguais aos olhos de Deus -, mas por "Sua Alteza o duque de Bragança".

De qualquer modo, compreende-se esta precipitação a casar duques. Quem não fica perturbado, assim à primeira, com o oficial patrocínio do casamento dum rei abstracto numa República concreta?

Só o povo. E tão pouco perturbado ficou que não pôs lá os pés, apesar dos estímulos do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, duma carrada de ministros, das 40 câmaras de televisão nos Jerónimos e do desarranço ficcionista da RTP com a real telenovela "Duarte e Isabel".

A coisa acabou por se resolver com o medieval expediente da representação do terceiro estado, embora adaptada: como os "homens bons" são, hoje em dia, mais difíceis de encontrar que um emprego, encheu-se a Praça do Império com ranchos folclóricos que, como até dizia o SNI, são o povo a bailar.

Quanto a D. Duarte, pelo menos já experimentou o sucesso teorizado pela sua antepassada D. Luísa de Guzmão, provando que "mais vale ser rei por um dia que duque toda a vida".

No tocante ao cognome, pode ficar na História como D. Duarte, o Republicado.

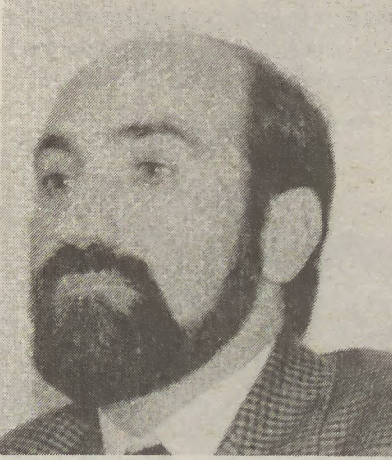
■ HC

Mais cabeças de lista da CDU

Évora, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança e Europa

No seguimento do anúncio, anteriormente iniciado, dos nomes dos candidatos indicados pelo PCP para as listas da CDU — Coligação Democrática Unitária — às eleições legislativas do corrente ano, divulga-se hoje um terceiro conjunto de cabeças de lista, tal como ontem foram anunciados pelo Gabinete de Imprensa do Partido.

EVORA



Lino António Marques de Carvalho
Técnico de contas
48 anos de idade

Antes do 25 de Abril foi activista do movimento associativo estudantil e teve participação activa no movimento de Oposição Democrática, designadamente na CDE.

É Vice-Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA) e foi activo interveniente no processo da Reforma Agrária.

É membro da Assembleia Municipal de Évora.

Integra o Comité Central do PCP desde Dezembro de 1988 e faz parte da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP.

Deputado à Assembleia da República, exercendo actualmente o cargo de vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

VIANA DO CASTELO



José Honório Faria Gonçalves Novo
Licenciado em Engenharia Electrotécnica
44 anos de idade

Enquanto estudante participou nas lutas académicas de 1969 (Coimbra) e 1971 (Porto).

Desempenhou funções lectivas no ensino secundário, tendo sido membro do Organismo de Direcção do Sector Intelectual da Organização Regional do Porto.

Entre Abril de 1990 e Setembro de 1994 foi Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, eleito nas listas da CDU.

Foi candidato da CDU ao Parlamento Europeu nas eleições de 1994 assumindo o cargo de deputado europeu do PCP desde Setembro desse ano. No Parlamento Europeu é membro das Comissões de Relações Económicas Externas e de Política Regional e integra a Delegação para as Relações com os Países da América Central e o México.

É membro do PCP.

VILA REAL



Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Engenheiro químico-industrial
50 anos de idade

Antes do 25 de Abril participou activamente na organização de lutas académicas, entre 1968 e 1970, tendo sido dirigente do Movimento Estudantil na Faculdade de Engenharia do Porto. Participou nas lutas da Oposição Democrática entre 1968 e 1972.

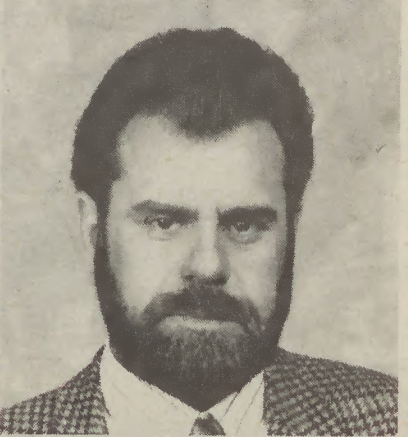
Depois de 1975 desenvolveu actividade partidária no Norte do país, tendo sido responsável pela Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes de 1980 a 1988.

Foi candidato à Assembleia da República pelo círculo de Vila Real nos actos eleitorais realizados entre 1979 e 1987. Deputado eleito pelo distrito de Santarém em 1991.

Eleito membro da Comissão Política do PCP desde 1988.

É actualmente membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

EUROPA



Manuel Afonso Lourenço Beja

Dirigente sindical na Suíça
50 anos de idade

Antes do 25 de Abril participou activamente na oposição ao regime fascista, intervindo ao lado dos movimentos democráticos.

Emigrou para a Suíça em 1972, residindo actualmente em Zurique.

É membro da Direcção da Comissão Cantonal de Zurique para os problemas dos estrangeiros.

É Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Zurique e membro do Conselho de País (Suíça) desde a sua fundação.

É Secretário Nacional do maior sindicato suíço, o SIB (Sindicato da Construção e Indústria), sendo aí responsável pela mão-de-obra portuguesa.

É membro do PCP.

BRAGANÇA



António Alberto Vaz Pereira Morais
Sociólogo
46 anos de idade

Técnico Superior do Parque Natural de Montesinho.

Foi membro da Assembleia de Freguesia do Lumiar (Lisboa) e activista sindical na Função Pública.

Foi cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Bragança, nas eleições autárquicas de 1993.

É membro do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP.

Carvalhas recebe Embaixadora dos EUA

A pedido da Sra. Embaixadora dos Estados Unidos da América, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, encontrou-se, no dia 17, na sede do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, com a Sra. Elizabeth Frawley, tendo feito a seguinte declaração à Imprensa:

«Tratou-se de um encontro de cortesia da Senhora Embaixadora dos EUA, no quadro do relacionamento normal que mantemos com as diversas missões diplomáticas representadas no nosso país.

«Somos um Partido com peso e real influência na sociedade portuguesa, com representação institucional na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e na UE, com importantes relações internacionais nos vários Continentes, pelo que é natural tal relacionamento.

«Neste encontro houve a possibilidade de se trocar opiniões sobre a situação nacional e internacional, o que consideramos útil.

«São conhecidas as nossas posições sobre a política externa dos EUA e as nossas preocupações sobre a sua política agressiva e hegemónica, mas é também conhecido que, mesmo em textos programáticos do meu Partido, sempre defendemos a cooperação e o estreitamento das relações entre os nossos dois países, na base do respeito mútuo pela soberania e a independência entre os nossos dois Estados.»

